

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS.

Regis Mendes Munhoz

A trajetória da Oposição Bancária de São Paulo (1972 – 1979)

Guarulhos

2019

Regis Mendes Munhoz

A trajetória da Oposição Bancária de São Paulo (1972 – 1979)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História da Escola de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade Federal de São Paulo.

Orientador: Prof.º Dr. Luigi Biondi.

GUARULHOS

2019

Munhoz, Regis Mendes

A trajetória da Oposição Bancária de São Paulo (1972 – 1979) /

Regis Mendes Munhoz. – Guarulhos, SP, 2019. 172 f.

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Paulo,
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós
Graduação em História, 2019.**

Orientador: Luigi Biondi.

**Título em inglês: The trajectory of the Banking Opposition of
São Paulo(1972-1979)**

**1. Bancários. 2. Sindicalismo. 3. Oposição. 4. São Paulo (cidade) –
História. I. BIONDI, Luigi. II. Título.**

Para Luiza Akemi Munhoz Yzumida.

Minha filha e o amor da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Orientador, Luigi Biondi, que me deu a chance de desenvolver tal pesquisa. Sem ele o projeto de pesquisa talvez nem tivesse sido aceito. Agradeço a ele pela paciência, pela cobrança e claro, pela disposição de sempre responder meus e-mails enviados nos mais sortidos horários e dias. Fico grato pelo café que diversas vezes fui convidado a tomar em sua residência.

Agradeço aos professores do Programa de Pós Graduação da UNIFESP e toda a paciência que vários tiveram para com minha pessoa, dada meu baixo grau de conhecimento acerca de Historiografia, Bibliografia, Conceitos, Categorias e elaboração de projetos. Não posso esquecer que cheguei às aulas sem saber o que era um objeto, metodologia, confundindo periodização com periodicidade e escrevendo palavras puramente para “encher linguiça”, todos riram, mas esses entraves foram superados.

É impossível não agradecer do fundo do coração, ao mais que amigo, o irmão Bruno Cacavelli, que foi o primeiro a me dizer que eu podia realizar uma pesquisa de mestrado. Bruno me ajudou do começo ao fim. Enfim, não há palavras para expressar o carinho e gratidão que tenho. E aproveitando o ensejo e agradeço à Cristiana Cacavelli, ou Cris Munhoz, a prima que sempre esteve presente aos debates entre Bruno e eu, levantando as mais impossíveis dúvidas.

Fico grato pelo carinho, atenção, abraço, orientação de vida, do meu amigo André Abreu, amigo de história e de bandas, um dos melhores guitarristas que conheci na vida. A ele agradeço pelos empurrões que me fizeram seguir vivo e ativo.

Agradeço ao Fabão, figura icônica que completa o grupo de amigos, Andre, Bruno, Fabio e Regis, cujas histórias estarão para sempre na lembrança.

Tenho que agradecer aos amigos, Alonzo, Clasher e Guilherme pelos momentos de Punk e Hardcore, que ajudaram a atravessar o período, e que embora o tempo fosse escasso em nenhum momento me desencorajaram.

Agradeço e peço desculpas aos amigos Carla Daiane e Alex Marangoni, ao qual me distanciei consideravelmente para poder realizar tal pesquisa. Amo vocês e meu afilhado, Nicolas.

Agradeço a toda turma que esteve comigo durante o curso. Preciso dizer que conheci pessoas maravilhosas e mais outras pessoas maravilhosas através delas, portanto, obrigado Vanessa Nadotti, amiga de cerveja, conselheira, organizadora de chá de fralda e do ombro amigo com mais espaço que existe. Conheci e agradeço também à Lílian Falcão por todas as cervejas, conselhos, histórias de alegria e tristeza; Ao Elson que quando precisei segurou a minha mão e disse que estava tudo bem; às irmãs Juliana e Letícia, companheiras e todas as risadas que tivemos juntos; à Marina que, como vamos dizer? Marina sempre nos fez rir acima da média; à Suzi que me ajudou a entender a teoria do caos e ajuda com o imposto de renda; à menina Samanta que mesmo deixando a gente com medo desperta muita risada; ao camarada Bruno, que nunca negou um cigarro. Agradeço muito também ao futuro papai Fabio Dantas, pessoa que me fez rir diversas vezes e que por inúmeras vezes conversamos sobre orientação, história, álcool e que em algum momento nunca deixou de nos apoiar, agradeço pelo seu coração enorme. Não é possível citar a todos e todas aqui, mas preciso agradecer aos amigos Gustavo Moura que me indicou várias leituras e me acompanhou em alguns shows de rock; ao amicíssimo Ricardo Arruda, que diversas vezes me auxiliou com textos, discussões e algumas vezes me colocou no rumo certo; aos amigos Igor Seemann e Thamires Menezes, que estiveram comigo em algumas trincheiras.

Ao Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo Osasco e Região, agradeço na figura de Ivone Silva, Neiva Maria, Ernesto Izumi, Reginaldo Casemiro e Carlos Garcia, pessoas que foram responsáveis por garantir o conforto material para que a pesquisa fosse realizada dando um jeito de me manterem empregado e estudando.

Agradeço ao amigo Alberto Moreno, um grande historiador sem graduação, que me ajudou muito durante a pesquisa, ao amigo Marcelo Alves, que me ensinou mais do que eu poderia esperar aprender sobre o mundo sindical, sobre formação e a história dos bancários, além de tudo são grandes amigos de trabalho e militância aos quais tenho dívida infinita. Não posso deixar passar sem agradecer ao amigo Lellis, que me apresentou ao militante Luizinho Azevedo, sendo possível eu dar o pontapé inicial a essa pesquisa, agradeço a ele pelas dicas, pelas cervejas, risadas e amizade. Agradeço à Erica de Oliveira, por me aturar no caixa do banco quando fui Office boy e, anos depois, seu funcionário na secretaria de formação sindical. Por final, dentro do sindicato, preciso agradecer aos meninos do CEDOC, Robson e Alexandre, meus guias na árdua busca por documentação. Ao amigo Jose Batista Magrão, que ensinou o que é companheirismo na prática, um obrigado de extremo carinho. Ao professor

Jose Luiz com quem aprendi história e às professoras Sueli Vasconcelos e Sueli Giotto, grandes mestras.

Agradeço aos meus pais. Minha mãe bancária do Bradesco, banco que perdi a simpatia desde cedo ao ver minha mãe ser sumariamente demitida. Meu pai, um metalúrgico e trabalhador aguerrido, o corintiano mais importante da minha vida. Eles me colocaram no mundo e me cuidaram, me garantiram conforto, alimentação, enfim, tudo que uma criança precisa. Sem eles essa pesquisa nunca seria possível. Preciso agradecer à Tatiane Mendes Munhoz, minha irmã, confidente, minha amiga de primeira ordem, de bar, de filmes, de vida e escrevo essas palavras em seu computador, pois o meu quebrou. Obrigado Tati, por tudo. Agradeço à Maria Madalena, minha avó, que me criou e foi a primeira pessoa que me ensinou por que o mundo era desigual, isso nunca irei esquecer.

Agradeço ao ex-presidente Inácio Lula da Silva, preso por ter criado a oportunidade para que gente como eu, filho de trabalhadores pobres, pudessem estudar em uma faculdade pública.

Agradeço à Fernanda Mieko Yamazaki Yzumida, mãe de Luiza Akemi, minha filha. Obrigado pelo meu maior presente. É por nossa filha que estou terminando essa pesquisa.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo pesquisar a formação de um grupo de trabalhadores bancários no município de São Paulo entre os anos de 1972 e 1979, responsáveis pela organização da Oposição à direção do Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, no início da década, até a eleição sindical na qual o grupo ascende ao poder. Vai se orientar pela ideia de fazer-se, ou, de constituírem-se como grupo, através das experiências de classe, geracional, educacionais, religiosas, regionais e por identidades que caracterizem os trabalhadores bancários. Busca-se entender também, como foi possível que a direção anterior do sindicato (1965 – 1979) foi capaz de se isolar e perder a máquina sindical. Finalmente, o objetivo é entender, entre esfacelamento da direção antiga e a construção de uma visão, como o grupo que se formou conseguiu se eleger em 1979.

ABSTRACT

This work aims to investigate the formation of a group of bank workers in the city of São Paulo between 1972 and 1979, who were responsible for organizing the Opposition to the São Paulo Banking and Finance Union at the beginning of the decade. the union election in which the group ascends to power. It will be guided by the idea of becoming, or of constituting themselves as a group, through class, generational, educational, religious, regional experiences and by identities that characterize banking workers. It also seeks to understand how it was possible that the previous direction of the union (1965 - 1979) was able to isolate itself and lose the union machine. Finally, the objective is to understand, between the shattering of the old direction and the construction of a vision, as the group that was formed managed to elect in 1979.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Carta da Oposição aos Banespianos da eleição de 1975	92
Figura 2 - Boletim 1, página 1 - Comissão Salarial de 1977	99
Figura 3 - Boletim 1, página 2 - Comissão Salarial de 1977	100
Figura 4 - Mosquitinho em 1978	119
Figura 5 - Concentração dos bancários no centro de São Paulo em 24/08/1978	121
Figura 6 - Passeata dos bancários de 24/08/1978.....	121
Figura 7 - Assembleia dos bancários de 30/08/1978 na Casa de Portugal	127
Figura 8 - Assembleia dos bancários em 02/09/1978 na Câmara Municipal	131
Figura 9 - Jornal da Chapa 2 em 1979	139

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – DA AÇÃO AO IMOBILISMO	22
1.1 - A peculiaridade do trabalho bancário.....	22
1.2 – O Sindicalismo bancário até 1964	25
1.3 – Sem Trabalho aos sábados	27
1.4 - IAPB – O poderoso e político instituto	29
1.5 - Conquistas salariais: 1959 – 1964.	34
1.6 - Ataque aos Direitos Pós 1964 e resistências	38
1.7 – O problema das esquerdas.....	47
1.8 - O problema das esquerdas na categoria bancária.	49
1.9 – Surge a Participação Ativa (P.A).....	52
1.10 - A morte de Salvador Tolezano.....	57
1.11 - A Mudança do Trabalho Bancário	60
CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO DA OPOSIÇÃO BANCÁRIA A PARTIR DE 1972 E O RESSURGIMENTO DO SINDICALISMO COMBATIVO BANCÁRIO.	66
2.1 – 1972, um racha, uma eleição e uma construção.	68
2.2 - Pessoas que se cruzam.....	73
2.3 - Juventude, trabalho, estudos, idas e vindas.	83
2.4 - A oposição se organiza: 1975 e 1977.	90
CAPÍTULO III – A RETOMADA	107
3.1 - Rumo à greve de 1978	107
3.2 - A Greve no Baneser	108
3.3 - Bancários a caminho da greve de 1978.....	113
3.4 - A Categoria Radical	125
3.5 - A eleição de 1979	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
Apêndice A: Entrevista realizada com Luiz Antonio Alves de Azevedo via e-mail em 16/04/2018	151
Apêndice B – Entrevista Realizada com Vitor Benda via e-mail em 22/05/2018.....	160
Apêndice C – Entrevista Realizada com Rubens Dos santos via e-mail em 04/06/2018.	165
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	170

INTRODUÇÃO

Fim da década de 1970 e o Brasil assistia ao renascimento do sindicalismo combativo de forma organizada aparecendo por várias partes do país, representado dessa vez pelo que se concordou em chamar de *Novo Sindicalismo*. Depois de mais de 15 anos de dura repressão e permanente aparelhamento dos sindicatos pelo Regime Militar a década traz consigo a lenta e gradual reabertura política do Brasil e nesse momento os trabalhadores voltam a tomar o controle de suas instituições de classe e, também a combater sistematicamente a tradição econômica de arrocho salarial imposta pelo Regime aliado ao capital financeiro e industrial nacional e internacional. O ano de 1978 é um ano de quebra de paradigmas, pois, carrega consigo o histórico do reaparecimento das greves organizadas pelos trabalhadores aglomerados em seus respectivos sindicatos. É um período de *Retomada* sindical.

Ao empregar o termo “Retomada”, algumas questões colocam-se à frente, pois quem retoma toma algo novamente, porém, retoma o que, de quem, como e porque? A Ditadura Civil Militar que foi imposta no Brasil a partir de 1964 transformou as relações de produção, as relações sociais, políticas e culturais do país e trouxe consigo a perseguição, a tortura além da censura da produção cultural. Mas, além disso, o Regime foi o responsável por um histórico aparelhamento dos sindicatos ao aparato estatal. Sabe-se que, segundo quadro de pesquisa de Eduardo G. Noronha¹ as greves no Brasil do ano de 1969 até 1977 praticamente inexistem, sendo “retomadas” já em 1978. Nesse mesmo período, não só as greves, mas diversas formas de manifestações políticas da classe trabalhadora passaram a ser coibidas pelo regime que, baseado na teoria do “Inimigo Interno” e da “Segurança e Desenvolvimento”, trata de combater qualquer ameaça social ou à esquerda. A repressão se dá em todos os campos, como já foi dito, e principalmente na estrutura sindical, que vê seus quadros sistematicamente sumirem.

É durante o final da década de 1970 que os bancários organizados *Retomaram* seu sindicato, que até então, era conduzido pelo que muitos chamavam de *Pelegos*. Neste período essa mudança de direção colocou o sindicato nas mãos de um conjunto de trabalhadores com uma visão política diferente da diretoria que estava até 1979. Entender essa *Retomada* é, portanto, entender as ações da classe trabalhadora e como elas serão fundantes de movimentos e acontecimentos históricos de complexas implicações na realidade daquelas pessoas e do país

¹ Noronha, G. Eduardo - Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007, pág. 126, quadro 1. *Lua Nova*, São Paulo. 2009.

que estava sendo construído. A ação sindical dos bancários foi se confundindo com as ações de outras categorias e que iria a formar o *Novo Sindicalismo*, um sindicalismo que se opunha ao que os trabalhadores do período entendiam como um *sindicalismo velho*. Esta pesquisa, por final, vai tentar buscar a forma com que a *Oposição Sindical* se constituiu como alternativa e como ela, por final, foi levada à direção sindical pelo conjunto da categoria.

A pesquisa que se apresenta tem como pedestal principal as pesquisas desenvolvidas por E.P. Thompson, isso por que entendemos que:

“A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas, valores, ideias e formas institucionais.”²

Portanto podemos entender que bancários faziam parte de uma classe social, sentiram e articularam suas identidades e interesses contra os interesses de outros homens, no caso, os banqueiros e a direção sindical, que controlava o sindicato na época. Entender como um grupo de trabalhadores de bancos distintos, de lugares, idade e histórias diferentes, se articulou durante uma década toda, é um dos intentos da pesquisa. A forma com que se constituem e que se agrupam é uma questão básica dessa busca.

Para achar as respostas dessa busca outras ferramentas de pesquisa precisaram ser empregadas. É preciso entender que os bancários, como já dito, eram de vários bancos e com histórias distintas uns dos outros, portanto, o que se forma é um grupo de militantes que se constitui e essa coligação de pessoas é a que vai ocupar o sindicato em 79.

Esse grupo é uma porção reduzida da categoria bancária e da classe trabalhadora, assim sendo, o que se intentou fazer foi um trabalho de micro análise, já que as ações desse grupo vai refletir na categoria toda e também no conjunto da classe. Podemos chamar atenção para a fala de Giovanni Levi sobre micro história.

² THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. v. 1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Pág. 10.

“Seu trabalho tem sempre se centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito de comportamento do homem no mundo que reconhece a sua – relativa – liberdade além, mas não fora das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressores. Assim, toda ação social é vista como resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões dos indivíduos, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais.”³

O historiador ainda nos diz:

“A micro análise como uma prática é essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental. Essa definição já suscita possíveis ambiguidades: não é simplesmente uma questão de chamar atenção para as causas e efeitos do fato, de dimensões diferentes coexistirem em cada sistema social; em outras palavras, o problema de descrever vastas estruturas sociais complexas, sem perder a visão da escala do espaço social de cada indivíduo e partir daí, do povo e de sua situação na vida. (...) Para a micro história, a redução da escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado.”⁴

O que precisamos entender é que para que seja possível se dar conta da retomada do sindicato dos bancários, analisar o fato apenas como um todo, ou, pesquisar toda a categoria para esclarecer como o fato ocorreu, pode incorrer em uma prática metodológica que deixe de fora aspectos particularmente importantes do acontecimento, sendo assim, precisamos nos utilizar da micro história para dar cabo de compreender boa parte do fenômeno. Ou seja, no momento em que reduzimos a escala de análise para o grupo de oposição, esse movimento nos dá mais margem para compreendermos as ações dos indivíduos dentro dos acontecimentos.

Dessa forma se fez necessário compreende em panorama o grupo da oposição, o que nos leva à outra ferramenta de pesquisa histórica, a Prosopografia. Nas palavras de Neithard Bulst *“Como a pesquisa prosopográfica é essencialmente uma pesquisa quantitativa (...)”*⁵

³ LEVI, Giovanni “Sobre Micro História”. In: BURKE, Peter (Organizador): *A Escrita da História – Novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991. Pág. 135.

⁴ LEVI, Giovanni “Sobre Micro História”. In: BURKE, Peter (Organizador): *A Escrita da História – Novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991. Pág. 136.

⁵ BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método Prosopografia. In: Revista POLITÉIA: História e Sociedade. V.5, N.1. Vitória da Conquista, BA, 2005. Pág. 49.

vamos portanto, através da análise quantitativa levantar alguns integrantes do grupo de oposição afim de colher resultados na pesquisa que nos de dimensão do quanto o grupo tem de importância no resultado eleitoral de 1979. E por que a abordagem prosopográfica? No mesmo artigo de Bulst, podemos ver que ele entende a Prosopografia de uma forma não engessada, de certa forma, maleável, como ele escreve:

“As ideias precisas aqui articuladas sobre a abordagem prosopográfica, que afirmam a necessidade de rigor no trabalho com as fontes e sua exploração, não podem, no entanto, ser consideradas como universalmente reconhecidas. Stone formulou uma noção muito mais ampla de *prosopography*, reunindo a Prosopografia clássica dos historiadores da antiguidade, a ‘biografia coletiva’ dos modernistas e a ‘linha de análise de múltiplas carreiras’ dos cientistas sociais.”⁶

No nosso caso a forma mais apropriada para a Prosopografia que utilizaremos é a do estudo de uma biografia coletiva, ou seja, do grupo de oposição. Dessa forma algumas tarefas desse tipo de estudo são bastante importantes, como a aplicação de um questionário preciso para a averiguação pontual da construção biográfica daquele agrupamento. Bulst também alerta para o fato de que um questionário precisa ser padronizado:

“Uma análise de catálogos prosopográficos antigos, mas também de trabalhos mais recentes ou mesmo uma análise quantitativa por meio de questionários diferenciados, se mostra, em geral, impraticável. Isso é frequentemente explicado pelo simples fato de que os critérios, segundo os quais um catálogo é estabelecido, permanecem bastante vagos, por que para toda exploração estatística é indispensável saber se certas lacunas se devem à inexistência de algumas fontes, à ausência de uma exploração sistemática ou escolhas a escolhas de ordem racional. Em suma, a coleta de dados prosopográficos pressupõe uma coleta padronizada de dados que corresponde aos problemas colocados, enquanto o catálogo, estabelecido em seguida, deve explicar detalhadamente os critérios de coleta e as lacunas na documentação de base, para que ele possa conservar alguma utilidade quanto utilizado em contextos diferentes”.⁷

Em vista disso, a nossa coleta de informações, padronizada a cerca da biografia do grupo foi aplicada apenas a indivíduos do mesmo grupo, de forma que pudesse dar consistência à afirmação de que aquele grupo havia se formado, se constituído.

⁶ BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método Prosopografia. In: Revista POLITÉIA: História e Sociedade. V.5, N.1. Vitória da Conquista, BA, 2005. Pág. 51.

⁷ BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método Prosopografia. In: Revista POLITÉIA: História e Sociedade. V.5, N.1. Vitória da Conquista, BA, 2005. Pág. 52.

Ainda no esteio da Prosopografia, mas dando um enfoque maior para análise da formação de redes, a historiadora Patrícia Falco Genovez, salienta que:

“Do ponto de vista histórico essas redes podem se constituir em redes familiares, políticas, de sociabilidade, de favores, econômicas e outras de acordo com a complexidade social. Em função desta complexidade, Hanneman parte do pressuposto de que qualquer conjunto de atores pode estar conectado com diferentes tipos de laços e relações, o que facilita o diálogo com as propostas das análises da História Política, da História Cultural e da Prosopografia no que se refere aos seus objetos por excelência: o poder, o rito, a sociabilidade e as relações que envolvam sentido simbólico, cruzando os diversos âmbitos da sociedade e da mentalidade de uma época.”⁸

Assim sendo, as pessoas, dada sua sociabilidade militante, constituíram redes das quais poderemos identificar e indicar como nasce a Oposição Sindical.

Esse fato nos desloca para outras duas questões metodológicas de bastante relevância, o uso da história e memória e história oral.

O que pretendemos averiguar é a materialização do fato histórico a partir da memória. A socióloga Eclea Bosi é claramente entusiasta desse ponto:

“Graciliano Ramos faz ver como um objeto vai ganhando concreção à medida que outras pessoas dele têm conhecimento e se comunicam com a criança, reafirmando sua presença. Se assim não fosse, talvez nossas lembranças deslizassem para a ilusão e nos deixassem em dúvida, o que é comum, quando nos dedicamos a pesquisar lembranças remotas.”⁹

A memória de sujeitos, das quais, pretendemos levantar nessa pesquisa, esbarra nas dificuldades e limitações em se trabalhar com história e memória, mas tais não impedem o trabalho do pesquisador, aja visto que, os trabalhadores pesquisados, em muitos momentos, reafirmam uns a visão dos outros, o que corrobora a ideia de Bosi, de que a memória e sua concretude estão postas na afirmação de uma memória pela outra. As tensões existentes são comuns, o que não obsta a pesquisa de ser realizada, já que, além da memória, outros métodos e fontes são aplicados. Mas o importante é ter que:

⁸ GENOVEZ, Patrícia Falco. “Barões numa perspectiva reticular: Análise de redes sociais, poder e nobreza na zona da mata mineira no segundo reinado”. In: *Revista Tempo*. N 30, Vol. 15. Universidade Federal Fluminense, RJ, 2015. Disponível em < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018481011> >. Último acesso em 17/01/2019. Pág. 247.

⁹ BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. Ed. Cia das Letras, São Paulo. 17ª edição, 2012 Pág. 406.

“Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige, e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação. Quando sentimos necessidade de guardar traços de um amigo desaparecido, recolhemos seus vestígios a partir do que guardamos dele e dos depoimentos dos que o conheceram.”¹⁰

A forma com que o grupo *Oposição Sindical* conta suas vivências parte, principalmente, da experiência deles, individualmente, e que direcionam ao entendimento de como um grupo foi se constituindo. É um indício da formação dele mesmo.

Bancários da retomada sindical de 1979, em sua maioria, estão vivos, conscientes e ativos, portanto, em condições de dar relatos sobre o período. Ao se trabalhar com Prosopografia e com história e memória, uma forma de se dar conformação à pesquisa é a utilização da história oral. Nosso interesse não é ater nas problemáticas suscitadas pelo uso da história oral, ou, para além, pretende-se usar tal ferramenta para ajudar na construção das respostas no decorrer da nossa busca.

O fato de contarmos com trabalhadores bancários da época, vivos até os dias atuais, nos impõe a tarefa de compreender que a memória daquelas pessoas é uma fonte de enorme peso. A intenção não é ignorar as limitações da história oral, mas sim, alia-la, a outras fontes, dando-lhe, dessa forma, concretude.

Em alguns casos a fonte oral é tida como secundária, dada a primazia da fonte documental, ou seja, a devida importância não lhe é dada, mas alguns pontos devem ser tratados quando é esse o tema do debate. Para a historiadora Gwyn Prins a fonte oral não deve ser necessariamente complementar à fonte documental:

“A questão é que o relacionamento entre as fontes escritas e orais não é aquele da prima dona e de sua substituta na ópera: quando a estrela não pode cantar, aparece a substituta: quando a escrita falha, a tradição sobe ao palco. Isto está errado. (As fontes orais) corrigem as outras perspectivas, assim como as outras perspectivas as corrigem.”¹¹

¹⁰ BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. Ed. Cia das Letras, São Paulo. 17ª edição, 2012. Pág. 408.

¹¹ PRINS, Gwyn. *Historia Oral*. In: BURKE, Peter (Organizador): *A escrita da história - Novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991. Pág. 166.

Esse tipo de ideia tenta mostrar que a história oral não é secundária, mas figura com bastante importância ao ponto de que outras fontes sejam dela complementar, ou que outras surjam na intenção de comprovar a suposição a cerca do objeto construído à partir dos indícios das fontes orais. Quando o cerne da fonte oral é a memória do indivíduo, isso quer dizer que o centro dela é a reminiscência, a lembrança do indivíduo sobre a questão que lhe foi colocada, para Gwyn Prins a reminiscência é uma das formas da fonte oral:

“O outro tipo de fonte oral é a reminiscência pessoal. Esta é uma evidência oral específica das experiências de vida do informante. Tal evidência não passa de geração para geração, exceto de modo altamente esmaecido, como em narrativas privadas familiares.”¹²

A preponderância da reminiscência, para essa pesquisa, é importante e isso se dá por que bancários militantes da oposição tiveram suas experiências próprias em relação à sua própria ação militante e constituíram sua memória a cerca da experiência que tiveram. Isso em termos de pesquisa pode ajudar a mostrar perspectivas significativas para que se alcance respostas das questões que o historiador colocou a sua frente. Essa fonte também é rica para a elaboração de uma Biografia de um indivíduo, mas não só, ela serve também como fonte quantitativa para a constituição de uma biografia de um grupo, ou, uma Prosopografia, como é uma das intenções aqui.

Dessa forma pretende-se pensar o jeito que a *Oposição Bancária* se formou, se articulou, dialogou com o restante da categoria bancária até o momento em que ganhou as eleições sindicais.

Embora a categoria bancária de São Paulo tenha fundamental importância para a história social são raros os estudos históricos a cerca desses trabalhadores e o que existe é uma bibliografia muito curta a cerca deles, sendo que duas publicações são, respectivamente, a dissertação de mestrado e tese de doutoramento da historiadora Letícia Bicalho Canêdo, e os demais são livros da história do Sindicato dos Bancários de São Paulo encomendados pela própria direção sindical, um à época 70º aniversário da Instituição o outro, vinte anos depois, em decorrência do aniversário de 90 anos do Sindicato. Existe, ainda dentro do campo da História, uma tese de doutoramento da historiadora Danielle Franco da Rocha. Por final, as

¹² PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (Organizador): A escrita da história - Novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1991. Pág. 172.

demais pesquisas relacionadas ao mundo dos bancários e seu sindicato estão em outros campos, com atenção especial ao da Sociologia, onde abundam pesquisas sobre esse tema.

Embora a historiografia relacionada aos bancários seja diminuta ela foi fundamental para a elaboração do primeiro capítulo desta pesquisa. Neste, abordamos, primeiramente, através da leitura de pesquisas sociológicas, as características do trabalho bancário, aquilo que confere a esse tipo de trabalhador sua identidade e seus conjuntos de experiências, assim como proporciona o lucro do banqueiro a partir da exploração desse tipo de trabalho. O capítulo recupera não só o tipo do trabalho desempenhado por bancários, mas analisa brevemente as principais conquistas de direitos dessa categoria desde a fundação do Sindicato. Nesse caso a fonte principal é o jornal periódico do sindicato. Esse resgate é feito apenas até 1964, que foi quando o Golpe Civil Militar entrou em cena e até então as conquistas haviam sido as mais variadas. Após o Golpe é possível notar um grande movimento para a retirada dessas conquistas e o mais sintomático, a perda dos direitos mais importantes dos bancários e da classe trabalhadora.

Após essa recuperação breve da história dos bancários, analisamos baseado em bibliografia, uma tensão grande na esquerda brasileira nos anos 1960 e a crise da hegemonia do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O PCB, era preponderante na esquerda do país, mas logo a crise hegemônica do partido aparece, as tensões se materializam em rachas e fundações de outras correntes, tendências e partidos, principalmente após 1964. Essa realidade também se replicou no movimento sindical, de forma que fomos analisar como tal fato se deu dentro do sindicato dos bancários, já que a diretoria contava com militantes ligados ao PCB. Esse processo da esquerda, com reflexo no sindicalismo, trouxe novas oportunidades para outras visões à esquerda, e surge uma tentativa de oposição à direção sindical após a chegada dos militares ao poder. Nesse interim ainda temos um fato muito importante que é o assassinato de um importante militante bancário, ligado ao PCB, o Salvador Tolezano, fato que pode ter abalado a confiança de boa parte da direção sindical.

Por fim, observamos as mudanças no processo do trabalho bancário a partir dos anos 1960, recorrentes do desenvolvimento tecnológico e o surgimento dos Centros de Processamento de Dados, os CPD's. É nesse momento que se dá uma grande renovação na categoria com a entrada de muitos jovens para realizarem o trabalho nos CPD's.

Esses estudos foram importantes para que entendêssemos como foi possível que uma direção que vinha de muitas conquistas de direitos entra em um grande refluxo, que não se deu apenas pelo Golpe de 1964, mas sim, pela soma de uma série de fatores que levou da retração das ações sindicais até o total comodismo e imobilismo. Entender como se deu esse processo é seminal para dar conta da lacuna que possibilitou à Oposição uma crítica ao sindicalismo até aquele momento e que viabilizou outra ação sindical até a retomada do movimento sindical, em 1979.

No segundo capítulo a atenção é voltada para a formação do grupo de oposição. A Oposição que se consolidou direção em 1979 não surge no momento de sua eleição, parafraseando E. P. Thompson, ela se forma, e sua formação se deu por um processo que envolveu uma série de questões relacionadas às experiências daquelas pessoas que são experiências geracionais, religiosas, acadêmicas, regionais, entre outras. Esse fazer-se da Oposição datamos a partir de 1972, pelo fato de que as oposições anteriores ficaram de fora do processo. Isso por que em algum momentos os militantes bancários precisaram fazer escolhas de como agiriam frente a Ditadura e a maioria se decide por outras ações que não o movimento sindical.

No ano de 1972 vemos as características fundamentais do movimento de oposição que se oxigenou e formou a Oposição em 1979. Examinamos a eleição do sindicato de 1972 e como se deu o processo de formação da chapa 2, quais os sujeitos responsáveis por essa formação de chapa, onde estavam ou onde transitavam. Essa chapa surge a partir do vácuo deixado pela direção sindical, conforme mostramos no primeiro capítulo, e junto dela aparecem figuras proeminentes que vão se consolidar como lideranças para o movimento sindical bancário, como é o caso de Antonio Augusto de Oliveira Campos, mais conhecido coma Augustão, a figura mais relevante da Oposição que transita na categoria dos anos 1960 até sua aposentadoria, Augusto Campos é o sujeito que aparece na maioria dos momentos estudados na pesquisa e vai acabar por se tonar o presidente do sindicato em 1979, além de encabeçar a chapa da oposição em eleições anteriores. Portanto, é importante reforçar o fato de que o pleito de ano de 1972 é o momento que se inicia a formação da Oposição Sindical, logo, nosso ponto de partida para compreender como o grupo se formou.

Posto isto, foi necessário dar conta de entender como foi a formação do grupo que culminaria na Chapa de 1979. Esse é um ponto importante já que é aqui que aplicamos o estudo das fontes a partir da ótica da microanálise tendo como ferramenta a Prosopografia, a

memória e a oralidade. Nesse momento procuramos captar a forma com que as pessoas foram se organizando no grupo de oposição, seja pelo banco, por conhecerem pessoas que eram ligadas à luta sindical, pela militância na sua religião, no movimento estudantil, no bairro entre outras. Aqui o grupo começa a tomar forma e é onde construímos sua biografia. Os bancários militantes tinham, antes de tudo semelhança geracional, sendo muito jovens vindos, em boa parte, de outra realidade que não a realidade urbana das capitais metropolitanas e não estavam ligados, em momentos anteriores de sua história, a outras lutas sociais. Nossa hipótese é que essas condições são bastante férteis para que se formem enquanto agrupamento e criem visões sindicais próprias e relacionadas.

Com o início da consolidação da Oposição sua organização também se assenta, sua visão de como deveria ser o movimento sindical estava mais apurada. Em 1975 um novo pleito ocorreu e a oposição estava na disputa, porém com outros membros em sua formação. Embora derrotada, a militância oposicionista, naquele mesmo ano, conta com a chegada de novos militantes, fato que revigora o grupo.

O ano de 1977 é importante, e não só para bancários, por ter sido o ano que se descobriu a manipulação dos índices da inflação de 1973. Após essa descoberta a campanha salarial dos bancários daquele ano tomou outras direções e é possível notar uma maior radicalização do grupo. A visão de como deveria ser o movimento sindical em relação ao movimento sindical existente está a todo o momento nos materiais impressos pela Oposição e em suas falas em reuniões e relatos. É um ano realmente fértil no que diz respeito à produção documental daquele grupo, não só a sua própria confecção de materiais impressos, mas a produção documental do DOPS é vasta, o que deu ensejo para perscrutar as ideias daqueles sujeitos.

O terceiro e último capítulo busca os rastros da retomada e como ela se deu. Obviamente o processo de erosão da direção sindical, a formação da Oposição, sua constituição e suas formas de atuação são momentos importantes para os resultados da eleição, porém, assim como 1977 é um ano importante o ano de 1978 também se mostra de grande valia para a categoria.

Em maio de 1978 os metalúrgicos iniciaram sua paralisação, é a primeira depois de um período infértil para esse tipo de movimentação dos trabalhadores. Mas bancários não vêm na rabeira daquele movimento do ABC. O ano de 1978 dá sequência ao de 1977, ou seja,

a briga que se deu por causa da fraude da inflação de 1973 não se finda. Mesmo não estando na máquina sindical a Oposição já acenava para indicação de uma greve, o que nos leva a crer que uma interrupção do trabalho na categoria bancária não tardaria acontecer. A documentação levantada direciona para a suposição de que a Oposição estava envolvida com uma greve muito próxima da categoria bancária, do Baneser, que se deu em julho de 1978. A intenção é relacionar essa movimentação do pessoal dessa empresa prestadora de serviços com a da categoria. Seria possível que ela tenha influenciado bancários a paralisarem seu trabalho?

Após entender essa greve, vamos, num segundo momento, traçar os caminhos da Oposição e um pouco do comportamento da categoria até a greve de 1978. A intenção é compreender como a Oposição conseguiu organizar a categoria de forma que ela chegasse a interromper o suas atividades, além de retratar, também, a gradual massificação das decisões do sindicato através das assembleias e de como os trabalhadores bancários vão, aos poucos, ocupando espaço maior nas decisões, mas não só isso, já que essa abertura, capitaneada pela Oposição, é possibilitada pelo aumento de pessoas participando mais ativamente das ações sindicais sendo em atos de rua, reuniões ou assembleias. É um momento único de conscientização dos trabalhadores bancários.

É importante lembrar que as ações tomadas em 1978 vão surtir efeitos nas eleições do ano seguinte e serão os resultados desses efeitos que vamos delinear na última parte do capítulo. É a partir daí que descrevemos como foi que se deu a eleição de 1979, a construção da chapa, que apresentava diversas posições e orientações políticas de pessoas ligadas à partidos, movimentos e grupos de esquerda, as dificuldades de campanha eleitoral e as dificuldades durante o período de coleta de votos. Discutimos a consolidação da visão política da Oposição que aparece em seus materiais de campanha. Mas ao fundo, o que buscamos é dar visibilidade a essa eleição de forma mais apurada, fato que jamais foi realizado em outras pesquisas e mostrar que todo o acúmulo, que vem desde 1972, chega até aquele ano tendo como produto a consolidação da Oposição Sindical na qualidade de liderança a ponto de ser a nova direção sindical.

CAPÍTULO 1 – DA AÇÃO AO IMOBILISMO

1.1 - A peculiaridade do trabalho bancário

O trabalhador bancário, embora não deixando de ser um trabalhador, apresenta um caráter muito próprio impregnado em seu trabalho. Esse caráter é o que pode ser chamado de peculiaridade do trabalho bancário. Diferentemente de qualquer operário fabril que produz diretamente a mercadoria, ou seja, objetiva o trabalho, bancário, não produz absolutamente nada. E nem por isso deixa de ser explorado pelo capitalista banqueiro. Assim, nos deparamos com a existência de uma especificidade vista apenas naqueles que se empregam no ramo financeiro:

“Uma das peculiaridades do trabalho bancário é seu objeto: a mercadoria-dinheiro. Com efeito, ao manusear dinheiro (ou papeis e dados que o representam), realizando uma série de operações de registro e controle das transações de crédito e captação efetuadas, transferindo e redistribuindo os valores excedentes criados durante o processo capitalista de produção, os trabalhadores bancários lidam diretamente com essa mercadoria particular: a forma dinheiro da mercadoria.

Essencialmente, o trabalho bancário concretiza os valores de troca criados e viabiliza a apropriação daqueles valores excedentes pelo capital, transformando-os em capital produtor de juros. É nesse processo fetichizado, de dinheiro gerando dinheiro, que se fundamenta o trabalho bancário.”¹³

O trecho, retirado da pesquisa da socióloga Nise Jinkings fala por si só e traz à tona a importância desse trabalho para a realização do capitalismo. O trabalhador bancário não produz diretamente uma mercadoria de caráter fabril, portanto, uma mercadoria em que a força de trabalho aplicada não muda a natureza da matéria, mas é um trabalho, de caráter virtual. Esse trabalhador coloca o dinheiro (papel ou digital) excedente, advindo das trocas, e o coloca em circulação gerando juros, logo, mais dinheiro, mais capital. Esse giro só é possível através do trabalho bancário, esse é o trabalho do bancário. Portanto, é esse trabalhador que o sistema financeiro explora.

De uma forma ainda mais aprofundada, outra socióloga que também estuda os bancários, Liliana Segnini, explica mais sobre a mercadoria trabalhador bancário. Para este

13 JINKINGS. Nise. O mister de fazer dinheiro – Automatização e subjetividade no trabalho bancário. São Paulo: Boitempo editorial, 1995. Pág. 17-18.

intuito ela analisa brevemente como se dá, ou de onde vem o lucro do banqueiro e aponta que o capital financeiro:

“Surge aparentemente como capaz de expandir o capital sem a necessidade de passa-lo através de qualquer processo produtivo. No entanto, sua essência encontra-se a concentração de mais – valia apropriada em outra esfera, em outro local de trabalho: no mundo da produção da mercadoria.”¹⁴

Ou seja, é um trabalho improdutivo, mas de caráter importante para o produtivo e nesse tipo de produção do capitalismo o juro aparece como central para produzir lucro ao banqueiro.

Portanto, sobre o juro:

“No desenvolvimento da prática dos capitalistas banqueiros surge um campo de postulados lógicos. Nele, a natureza mais íntima da produção capitalista se reflete através da coisificação, da fetichização da relação capital-juros, na qual o capital é entendido como se fosse um valor que valoriza a si mesmo.

O Juro é visto como mercadoria, mercadoria que não é produzida em relação ao trabalho bancário, mas em relação direta com o próprio capital, em relação entre capitalistas.”¹⁵

Logo, a mercadoria do banqueiro é o juro que consegue em relação ao capital produtivo. O banqueiro empresta seu dinheiro para o setor produtivo que por sua vez devolve esse dinheiro ao banqueiro acrescido do juro, aumentando a acumulação desse capitalista sem necessidade de produzir algo.

Logo em seguida a autora vai nos incluindo na questão específica em que se dá a exploração do bancário.

“Neste campo lógico, determinante e determinado pela prática dos capitalistas banqueiros, é a contabilidade, o registro numérico que aparece como uma forma fantasmagórica de produção.”¹⁶

Ela analisa a relação entre ambos capitalistas (produtivos e improdutivos) e chega a conclusão de que:

14 SEGNIINI. Lílana. A liturgia do poder: Trabalho e disciplina. Editora Educ. São Paulo, 1988. Pág, 18.

15 Idem. Ibidem.

16 Idem. Pág. 20.

“A análise do trabalho bancário revela que ele realiza a concretização dos valores de troca, mas não acrescenta valor excedente à acumulação. Ele se encontra a serviço da expansão do capital: quanto maior a sua massa, maior se torna a necessidade de atividades improdutivas que servem ao desvio de excedente e sua distribuição entre capitalistas.”¹⁷

Ou seja, quanto mais o capital produtivo toma do financeiro, mais trabalhadores bancários são necessários para a efetuação do juro para seu patrão. Logo em relação direta ao trabalho do bancário Segnini afirma:

“A exploração do trabalho bancário pode não significar nenhuma alteração na apropriação do excedente reservado ao capitalista passivo, tendo em vista que a determinação do juro está intimamente vinculada às condições expressas pelo mercado no qual se realiza a concretização dos valores de troca. Porém, a exploração do trabalhador bancário possibilita ao capitalista ativo (banqueiro) uma apropriação maior do excedente concentrado em suas mãos sob a forma de lucro, posto que este é determinado a partir da relação que estabelece com o juro, e através da exploração da força de trabalho (minimização dos custos de funcionamento).”¹⁸

A disputa entre aqueles que exploram e os explorados nesse sistema de juro-mercadoria está na quantidade que vale o preço do trabalho bancário. Quanto menor e mais barato esse trabalho, mais do juro é apropriado pelo banqueiro, mais ele lucra.

Essa análise é central para a proposta desta pesquisa, já que essa contradição pode nos levar a solucionar questões que desembocaram em 1979 e na retomada de seu sindicato por desses trabalhadores.

17 Idem. Pág. 20.

18 Idem. Pág. 21.

1.2 – O Sindicalismo bancário até 1964

Até o ano do golpe o movimento sindical bancário vivia um período de amplas conquistas a nível organizacional e de condições da vida material dos trabalhadores. Até 1964 os sindicatos, inclusive o de São Paulo, se democratizam, criam uma estrutura que os organiza nacionalmente, a CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, que data de 1958). É um período de maior liberdade de organização interna, com decisões em assembleias amplamente convocadas.

Sabe-se bem sobre a implantação de um sistema sindical, quando Getúlio Vargas implanta a CLT e cria o Ministério do trabalho junto da justiça do trabalho. Até 1964, mesmo com todas as limitações impostas pelo atrelamento do sindicalismo ao Estado (embora muitos sindicatos acreditassem que esse atrelamento fosse importante para seus planos nacionalistas¹⁹) os bancários se organizavam na Confederação e:

“As principais resoluções do VIII congresso, relativas à organização sindical, foram tomadas com base em toda uma prática realizada. Nestas resoluções, de forma cautelosa, a confederação procurou privilegiar alguns aspectos de sua atuação, tomando-os como veículos para um novo sindicalismo, com ‘formas de organização mais amplas e democráticas.’”²⁰

Ainda no plano organizacional sindical Canêdo conta que algumas tarefas eram exigidas para se modificar a sociedade:

“Estas tarefas diziam respeito à democratização do sistema decisório, participação dos assalariados nas instituições e organizações da sociedade, formação de lideranças sindicais e a influência dos sindicatos sobre as condições trabalho e remuneração.

As modificações deveriam vir de decisões da própria coletividade, ‘realizando, inicialmente, aquelas que não atentem contra as expressas proibições legais e afastando aquelas outras superadas pela própria evolução legal.’”²¹

19 Segundo Canêdo. Idem, pág 161: “Com base em sua atuação, a CONTEC considerava inviável a construção de uma nova estrutura sindical. Para os líderes da Confederação, o que se impunha fazer era capacitar esta estrutura para novas tarefas exigidas pelas modificações na sociedade.” Nota-se um acomodamento em relação à forma de organização sindical atrelada ao Estado.

20 Idem, Ibidem.

21 CANÊDO, Leticia Bicalho. Op. Cit. Pág 162.

Notamos pelo trecho que o movimento sindical bancário, embora buscasse sua democratização, preferia permanecer no esteio do Estado, fato que leva o sindicalismo desta época ao seu fim, como veremos mais em frente.

Ainda conforme a mesma historiadora, no ano de 1962:

“Os sindicatos passariam a ser administrados pelos seguintes órgãos:

- Assembleia Geral
- Conselho Consultivo
- Conselho Fiscal
- Conselho diretor
- Comissão (ou delegados) de empresa”²²

A busca pela democracia interna, repito, embora lastreada pelo atrelamento ao Ministério do Trabalho, teve como consequência sindicatos mais abertos e com ampla participação dos trabalhadores. Logo, as conquistas e as greves seriam resultados óbvios dessa forma de organização.

A seguir pretende-se mostrar algumas das principais conquistas dos trabalhadores bancários. Essa pequena análise se faz importante pelo fato de que todas quase todas as conquistas daqueles trabalhadores foram esmagadas pelo movimento de abril de 1964.

22 Idem, Ibidem.

1.3 – Sem Trabalho aos sábados

A Folha Bancária (periódico impresso do sindicato de São Paulo) de outubro de 1962 mostra uma das mais importantes conquistas dessa categoria:

“No acordo firmado com nossos empregadores consta a seguinte cláusula:

‘Constituição de comissão de estudos para extinção do trabalho aos sábados, compensadas nos outros dias da semana às correspondentes horas’.

Grande número de bancários pergunta: ‘ Por que motivo já não ficou estabelecida a extinção definitivamente, se na Guanabara os bancários não mais trabalham aos sábados? ’

Desejamos informar, inicialmente, que no Estado da Guanabara foi aprovada, em 17 de novembro de 1961, pela Assembleia Legislativa Estadual, a lei nº 58, extinguindo o expediente aos sábados nas repartições administrativas daquele Estado.

Baseado nessa Lei, o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça da GB baixou a portaria nº 67-31 de 19-12-1961, determinando o não funcionamento, aos sábados, da secretaria do Tribunal. Os Cartórios de protesto, diante dessa portaria, também deixaram de funcionar aos sábados.

Tendo em consideração esses fatos, os bancários da Guanabara passaram a pressionar os empregadores, no sentido de conquistar o fechamento os Bancos naquele dia da semana. A campanha dos colegas cariocas foi plenamente vitoriosa. Em 21 de agosto de 1962 era finalmente assinado o acordo estabelecendo a extinção do trabalho aos sábados nos bancos, a partir de 22 de setembro de 1962. ” ²³

Este fato, como se pôde notar, mobilizou os trabalhadores bancários de São Paulo, para tentativa de mesmo acordo. Segundo Canêdo, esse item de reivindicação já fazia parte do “contrato coletivo de trabalho” á pelo menos cinco anos. A conquista em São Paulo sai em novembro de 1962,²⁴ após uma alteração na tática de luta que “Foi de apresentar projetos isolados ao congresso nacional”.²⁵

Além da conquista do fim do trabalho aos sábados, uma série de greves de 1962 até 1964 foram realizadas pela categoria. Os anos de 1961, o ano em que Jânio Quadros renúncia

23 Folha Bancária, outubro de 1962. Número 265. Pág,2.

24 Folha Bancária, novembro de 1962. Número 266. Pág,1

25 CANÊDO, Leticia Bicalho. Op. Cit. Pág 146.

e que segundo Canêdo “reabriu uma crise econômica, e institucional com grande intensidade, colocando o problema do poder na ordem do dia.”²⁶. Os trabalhadores bancários, organizados nacionalmente pela CONTEC deflagram greves durante os anos de 1961, 1962 e 1963. Somam-se a este fato uma proposta de reforma do sistema financeiro nacional, uma reforma de cunho “progressista” segundo os próprios sindicalistas

Além de terem acabado com o trabalho aos sábados e ser uma categoria com jornada de seis horas de trabalho diários²⁷ os bancários contavam com um sistema de aposentadoria exemplar, o IAPB (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários), muito utilizado por estes para exercer poder político em favor dos trabalhadores do ramo financeiro. É interessante aqui fazer uma breve análise sobre esse instituto.

²⁶ Idem. Ibidem

²⁷ CANÊDO. Leticia Bicalho. O sindicalismo bancário em São Paulo. Editora Símbolo, 1978. Pág.41.

1.4 - IAPB – O poderoso e político instituto

Nos anos 1920 o Governo brasileiro vinha criando as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs). Segundo Ana Lúcia de Oliveira, socióloga, a Lei Eloy Chaves, de 1926 inicia a previdência para os trabalhadores no Brasil. Essa lei é responsável pela criação da CAPs dos empregados em estradas de ferro²⁸.

Os bancários contavam com um instituto muito interessante, chamado Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários, o IAPB. Foi criado por decreto em 1934, assinado pelo presidente Getúlio Vargas e se constituiu em uma poderosa máquina política em que o sindicato estava massivamente presente. Mas a instituição do IAPB foi muito conflituosa e marcada por disputas desde o início dos debates para sua criação. Vejamos:

“No início de 1934 o governo nomeou uma comissão paritária para a confecção do anteprojeto do instituto reivindicado. No dia 2 de maio, os Diários Associados iniciaram a campanha contra o projeto de Caixa; seis dias depois, o Sindicato reuniu bancários em assembleia permanente. A primeira resolução desta Assembleia foi a organização de uma passeata de protesto às redações dos jornais ‘com o intuito de desagrar as notícias tendenciosas publicadas pelo Diário de São Paulo. No fim do mês, a Assembleia apoiou a constituição de uma frente única, com fim de conseguir a promulgação da lei.’”²⁹

Nota-se que o surgimento do instituto é permeado por grande tensão, mas que provoca a união desses trabalhadores frente a dificuldade da criação do mesmo. Dando seguimento, em 1934 a constituição só seria promulgada em julho e a assembleia constituinte poderia ser transformada em câmara dos deputados, diante dessa oportunidade os bancários apressam-se para a criação do instituto para tentar resolver uma série de problemas de representação:

“A representação classista até então fazia prever uma atuação desfavorável à aprovação do projeto, após discussões legais. Ela havia sido feita através de manobras do ministério do trabalho, que reconheceu vários ‘sindicatos de carimbo’, conseguindo a maioria dos delegados a seu favor. O Sindicato de Bancários de Campinas e Ribeirão Preto, por exemplo, não conseguiram o reconhecimento do Ministério. A diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo, como a dos demais, já havia retirado o apoio ao representante bancário na constituinte, por discordar de suas atitudes de apoio à maioria da Assembleia, representante da

28 OLIVEIRA. Ana Lúcia. IAPB e sindicato: Duas estruturas interligadas. In: Revista de Sociologia e política. Nº13. UFRJ, RJ, 1999. Pág. 142

29 CANÊDO. Opus cit. Pág. 158.

política oficial, em detrimento dos ‘princípios proletários’. Por isso a diretoria concitou à greve, na assembleia de 13 de junho, onde se reuniam cerca de 1.200 bancários. O dia 4 de julho a Assembleia autorizou Álvaro Cechino a representar o Sindicato de São Paulo na Assembleia-monstro a se realizar no Rio de Janeiro. No dia seguinte, foi declarada a greve, em nível nacional.”³⁰

Os trechos foram retirados do trabalho sobre a história dos bancários da historiadora Letícia Bicalho Canêdo e serve para ilustrar o surgimento do instituto. A greve, segundo a autora, tinha como intuito resolver algumas reivindicações importantes, quatro no total, para o seu funcionamento:

“A greve foi levada a e por 8 efeito por 8 dos 10 sindicatos do país, e repousou em 4 pontos: 1) Aposentadoria ordinária aos 30 anos de serviço e aos 50 de idade; 2) Estabilidade no emprego a partir do primeiro ano de serviço; 3) Contribuição de 3% sobre o lucro bruto dos bancos; 4) unidade da Caixa, de caráter nacional.”³¹

Como podemos notar, reivindicações de peso, que garantiriam uma boa aposentadoria e garantia de emprego para os bancários. A historiadora coloca uma disputa entre mídia e bancários acerca do tamanho e efetividade da greve, mas podemos avalia-la pelo seu resultado:

“ A assinatura do decreto criando o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários deu-se no dia 9 de setembro. As reivindicações dos bancários sofreram duas modificações básicas: 1) A contribuição mensal dos empregados à Caixa foi fixada em 9% dos vencimentos mensais dos respectivos empregados, em vez de 3% sobre a renda bruta dos bancos, como queriam os bancários; 2) O tempo para estabilidade foi fixado em 2 anos, em vez de 1 ano (como queriam os bancários) ou de 10 anos (como queriam os banqueiros). ”³²

Os bancários, na luta, conquistaram estabilidade de emprego, fator importante para essa categoria, já que a média era como queriam os banqueiros, 10 anos. Essa conquista era muito valorosa já que a garantia de emprego aos trabalhadores era estratégica para o Sindicato, tendo em vista que com o emprego garantido os trabalhadores teriam mais facilidade em se mobilizar. Organizar e representar a categoria, que são valores

30 Idem. Pág. 159.

31 Idem. Ibidem.

32 Idem. Pág. 161.

imprescindíveis para o movimento sindical, à partir desse momento podia ser muito mais efetivo e podia garantir mais conquistas nas organizações futuras.

Porém, além de um caráter central para a organização e representação o IAPB se mostrou uma ferramenta eficaz, quando se fala em disputa política. O Instituto foi transformado, pelos bancários, no maior e mais organizado Instituto de todos no Brasil. É esse viés que Ana Lúcia Oliveira trabalha, as características dessa utilização do IAPB pelos bancários. Segundo ela:

“Junto com a criação de uma legislação regulamentando as relações trabalhistas, o Estado brasileiro implementou, a partir de 1930, uma política de ampliação dos serviços de assistência e previdência social, dando início aos Institutos de Previdência Sociais (IAPs).”³³

Neste artigo ela vai buscar mostrar a utilização política do IAPB pelo sindicalismo bancário.

“Com efeito, os Institutos, ao contrário dos sindicatos, foram organizados como entidades centralizadas nacionalmente, enquanto os sindicatos eram entidades municipais. Além da organização em nível nacional, e mais importante, os Institutos não seguiram à risca, como os sindicatos, a estrutura das categorias profissionais. Dessa forma, enquanto em relação ao movimento sindical o governo estabeleceu uma organização rigidamente vertical e municipal, na previdência buscou a unificação horizontal e nacional.”³⁴

Seu trabalho dialoga com o de Canêdo, mas traz ótimas análises e informações de como essa categoria se organizou e atuou dentro da ferramenta, para isso explica um pouco sobre administração das CAPs e dos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões):

“A administração das Caixas era feita por um Colegiado formado por um número igual de representantes dos empregados e empregadores. O Estado não tinha qualquer participação na gerência destas instituições. Já nos Institutos, o presidente da entidade era escolhido pelo poder público, sendo assistido por um Conselho Administrativo. Ou seja, os IAPs eram órgãos diretamente ligados ao Estado.”³⁵

33 OLIVEIRA, Ana Lúcia. IAPB e sindicato: Duas estruturas interligadas. In: Revista de Sociologia e política. Nº13. UFRJ, RJ, 1999. Pág. 141.

34 Idem. Pág. 142.

35 Idem. Pág. 143.

A briga dos bancários logo após a implantação do Instituto seria pelo controle da administração dele. Não queriam o governo intervindo como acontecia em todos os outros Institutos. Instalou-se um debate conflituoso sobre quem iria administrar o IAPB:

“ Porém o ponto nevrálgico das disputas com o governo dizia respeito à gestão dos IAPs: ‘(...) em 1937, o manifesto que apresentava o candidato a delegado-eleitor do Rio nas eleições para a Junta-Administrativa do Instituto, declarava: ‘ O instituto hoje é uma grande realização. Precisamos, pois, não só mantê-lo, mas aperfeiçoá-lo cada vez mais’. E ainda ‘ O colega a quem devemos confiar tão espinhosa missão, precisa ser um bancário que, pela sua capacidade de administrar, possa colaborar para maior eficiência de nosso Instituto. ” ³⁶

A nomeação da presidência só vem em 1956:

“ Apenas em 1956, já durante o governo Juscelino, é que os sindicatos conseguiram indicar o Presidente do IAPB. A escolha de Enos Sadock de Sá Motta foi comemorada como uma grande vitória da categoria, a concretização do compromisso assumido por João Goulart durante o segundo governo Vargas. Durante a campanha eleitoral, por pressão de Jango, Juscelino comprometeu-se com a nomeação de um presidente para o IAPB indicado pelos sindicatos de bancários, e em troca recebeu apoio a sua própria candidatura. ” ³⁷

Mas mesmo antes de ser a administração do Instituto os bancários pressionavam o governo em duas frentes possíveis, uma por dentro e uma por fora:

“Com efeito, desde sua fundação e durante toda sua existência, o sindicato esteve intimamente ligado ao IAPB, seja intervindo diretamente em sua administração, através da militância dentro dos quadros do Instituto, seja através de pressões da categoria para exigir a manutenção de direitos ou a ampliação de serviços.” ³⁸

Isso pode ser visto também quando ela alega que:

“ (...) o IAPB teve uma gestão eminentemente política e, portanto, sujeita ao controle e pressão pela mobilização dos associados. Em diversos depoimentos, os

36 Idem. Pág. 147.

37 Idem. Pág. 148

38 Idem. Pág. 144.

segurados afirmam que o nível de assistência e benefício concedidos pelo IAPB eram mais amplos e de melhor qualidade.”³⁹

Os exemplos de como o IAPB tinha a influência dos trabalhadores, direta e indiretamente, abundam. Mas o mais importante aqui é mostrar o quanto esse instrumento era importante para aqueles trabalhadores e de como o Estado durante vários momentos tenta diminuir essa força da categoria, aja visto que, por várias vezes o Governo tenta juntar o Instituto dos bancários com outros institutos, isso tudo está no texto da professora Oliveira.

Mas não só o IAPB e a alta organização a nível nacional dos bancários tinham expressão. Outras conquistas estavam postas até o golpe de abril de 1964.

39 Idem. Pág. 146.

1.5 - Conquistas salariais: 1959 – 1964.

Com a fundação da CONTEC em 1958 a categoria passa a atuar a nível nacional, o que a fortalece amplamente. Os patrões não tinham uma organização como a dos bancários, não se organizavam em um sindicato de classe, o que propiciaria muitas das conquistas da categoria. Os bancários passaram a brigar por reivindicações mais amplas e dialogavam com outras categorias para chegar a resultados importantes como o 13º salário e seus ganhos no campo da remuneração foram altos e o resultado da luta e das greves bastante eficazes. O Sindicato dos Bancários de São Paulo é central nesse combate em nível nacional e se mostrou um movimento visionário, pois dali é possível notar uma pujante organização da base, que só declinou após 1964.

Com a renúncia de Jânio Quadros, a implantação do Parlamentarismo seguido do retorno ao Presidencialismo, as tentativas de controlar a economia de João Goulart não se sustentam. Para Marcos Napolitano:

“O Plano Trienal, elaborado pelo brilhante economista Celso Furtado, fora pensado em dois tempos: o primeiro tempo seria dedicado ao controle da inflação e a retomada do controle das finanças públicas. Neste ponto, o plano era ortodoxo e seguia a receita clássica do Fundo Monetário Internacional (FMI), ainda que seu principal elaborador fosse filiado ao Keynesianismo desenvolvimentista – restrição salarial, restrição ao crédito e corte de despesas do governo. Passado esse primeiro momento de ajuste estrutural, o Plano Trienal previa a retomada do desenvolvimento a partir das reformas estruturais.”⁴⁰

Essa agenda não seria aceita por boa parte do movimento sindical mais combativo, incluindo os bancários. A própria CONTEC rejeita a ortodoxia do Plano Trienal:

“O fato é que o pacto social necessário para fazer o plano deslancar não funcionou. Muitos Sindicatos, a começar pelo CGT, foram contra o plano desde o início. As principais confederações sindicais, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Crédito (Contec), Confederação Nacional dos Trabalhadores industriais (CNTI), Confederação Nacional dos Trabalhadores do Transporte Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTFMA), que reuniam respectivamente os bancários, operários e os trabalhadores do setor de transporte, base de sustentação do Presidente Jango, também se posicionaram contra os cortes de salários em um contexto inflacionário (...) Em maio, o próprio governo cedeu às pressões: liberou o crédito e aumentou o salário dos funcionários públicos. Era o fim

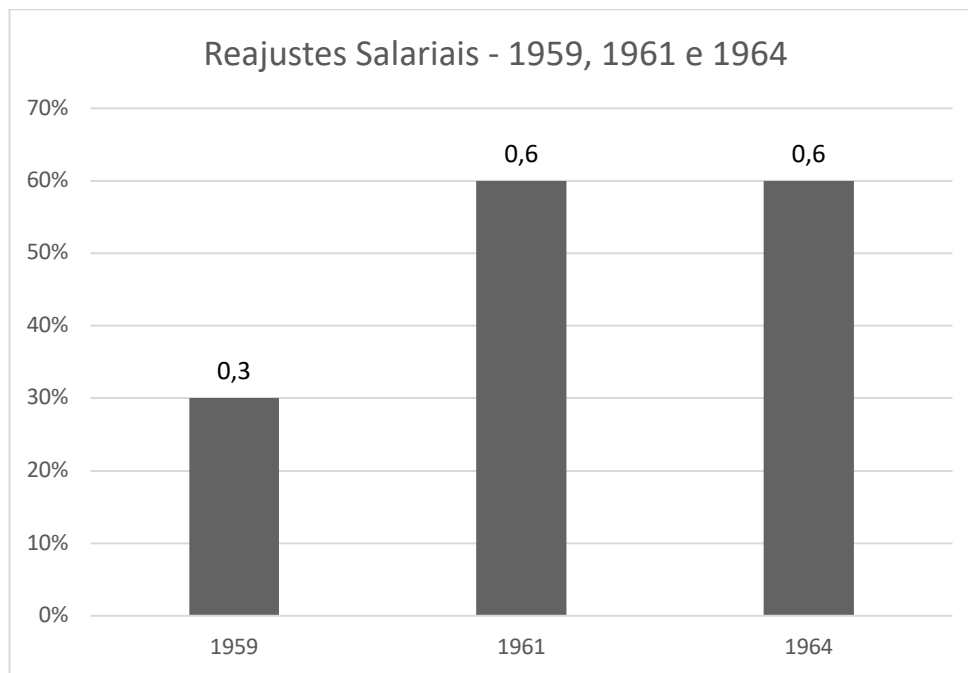
40 NAPOLITANO, Marcos. 1964 História do Regime Militar Brasileiro. Ed. Contexto. São Paulo, 2014. Pág.39.

do Plano Trienal. A economia estava sem controle, fazendo convergir o pior dos cenários econômicos: recessão e inflação exponencial.”⁴¹

Dentro desse perturbado cenário econômico, os bancários, que se opunham ao Plano Trienal, se organizam e aumentam exponencialmente sua massa salarial.

O gráfico a seguir pode ilustrar de forma simples os avanços:

Gráfico 1⁴²



É preciso ressaltar que, os bancários empregados em públicos tinham seus reajustes negociados em separado dos bancos privados, não era uma negociação única e segundo Canêdo o reajuste do ano de 1961 dos funcionários do Banco do Brasil foi de (...) “40%, aumento mínimo de CR\$7.000,00”⁴³, um ganho bastante significativo para os trabalhadores. A greve nos bancos privados nesse mesmo ano foi chamada de “Greve da Dignidade”⁴⁴ que arrancou o reajuste de 60%. Esse ganho salarial de 1964 se dá em meio ao conturbado cenário econômico ao qual se encontrava o país, o que pode ser um indício da forte mobilização, organização e capacidade de luta do movimento.

41 Idem. Pág. 40

42 O gráfico foi elaborado a partir dos números contidos no texto de Canêdo, Bancários: Movimento Sindical e Participação Política, da página 128 até a página 160. O Dado que remete ao reajuste salarial do ano de 1964 foi retirado da Folha Bancária Ano XXXIX, de setembro de 1964, número 268.

43 Opus Cit. Pág. 135.

44 KAREPOVS, Dianis (Organizador). “A História dos bancários: Lutas e conquistas – 1923 – 1993”. SEEB-SP, 1994. Pág. 77.

Para além do aumento salarial a categoria se organizou para conquistar outros avanços condizentes às questões remuneratórias.

Na greve nacional de 1962 “Foram concedidos, além do aumento semestral, adicional por tempo de serviço (CR\$ 500,00 por quinquênio) e a gratificação mínima para os cargos em comissão.”⁴⁵ Isso significava que os bancários teriam um reajuste de caráter salarial a cada seis meses. O adicional por tempo de serviço (ATS) também figura como uma conquista importante, já que como havia estabilidade, boa parte dos bancários teria a cada cinco anos um reajuste de CR\$ 500,00.

Junto de outras categorias, os bancários apresentavam uma demanda datada de desde 1949. O debate sobre o 13º salário data mesma dessa época. A conquista só vem no ano de 1962 após a organização da vitoriosa greve geral de julho daquele ano. Podemos ver no livro de Canêdo que os banqueiros dificultavam o recebimento dessa verba ao final do ano, já que vários bancos pagavam um salário adicional ou como uma gratificação de balanço, por isso descontavam esses valores do 13º salário. A conquista, porém, estava mantida para todos os trabalhadores.⁴⁶

Em 1963, após sete dias de greve os bancários arrancaram dos patrões uma verba que emprega um gatilho de reajuste salarial a cada um ano de trabalho, o anuênio.⁴⁷ Essa verba, que girava em torno de 1% ao ano, num cenário de estabilidade empregatícia poderia representar um ganho salarial massivo ao longo dos anos, para quem o recebesse.

Pode-se supor, portanto, que entre os anos de 1959 e 1964 os ganhos das verbas da categoria bancária aumentaram o seu poder de compra, um ganho significativo nas condições da vida material dos trabalhadores e um ganho que ao mesmo tempo onerava com peso a lucratividade dos donos dos estabelecimentos bancários. O conflito entre bancários e banqueiros é a todo momento explicitado no trabalho de Canêdo, com resultados vitoriosos para a categoria.

Um conjunto de trabalhadores que, organizados em seu sindicato, conquista jornada de seis horas semanais de trabalho, o fim do trabalho aos sábados, que influencia a criação de um instituto de aposentadoria e controla-o formidavelmente a favor de seus trabalhadores e que tem ganhos salariais bem valorizados, ATS e anuênio, 13º em luta conjunta, tudo isso com greve, precisava ser freado – na visão dos banqueiros.

45 Opus cit. Pág. 148.

46 Opus cit. Pág. 145.

47 Opus cit. Pág. 159.

Todo esse conjunto de direitos conquistados batia de frente com a principal característica da exploração do trabalho bancário. Como a contradição entre bancário e banqueiro estava colocada no preço do valor do trabalho daquele, este precisava que o preço fosse o mais baixo possível. O contrário era a realidade, o trabalho bancário estava cada vez mais custoso para os donos de banco e seus sócios. Segurar esse movimento ascendente de conquistas de direitos precisava, como já dito, ser parado. O Golpe Civil Militar de 1964 é o freio necessário que aparece para segurar a ascensão do movimento sindical bancário. A perda de direitos cai duramente sobre esses trabalhadores.

1.6 - Ataque aos Direitos Pós 1964 e resistências

Frear os ganhos consecutivos dos bancários foi possível não só por causa do advento do golpe em si, mas também pela ação de membros da direção do Sindicato dos Bancários. Em São Paulo a intervenção chega cedo e a campanha salarial do ano de 1964 foi já conduzida com a participação de interventores.⁴⁸ Logo, surgem algumas dúvidas bastante relevantes em relação à ação da direção bancária a partir desse ano. Como a direção de uma categoria ativa politicamente, refluí ao ponto de perder o comando do sindicato para uma oposição? Por que, após tantas conquistas e uma forma de organização histórica aquela linha sindical refluí e é derrotada? Qual trunfo do golpe foi capaz de frear a categoria bancária?

Algumas hipóteses, que sirvam também para explicar as ações da mão pesada de um Estado Militar, podem ser levantadas.

Podemos entender que as medidas salariais e políticas dos Militares possam ter feito a categoria como um todo recuar. Como sabemos, a política de arrocho salarial vem logo em seguida ao golpe e em 1º de junho de 1964 o General Humberto de Alencar Castelo Branco assina a lei número 4330/64 que restringe prontamente os direitos de greve dos trabalhadores no Brasil.

Pode-se afirmar que em 1966 os bancários perderam uma grande máquina financeira e política com a criação do INPS. Mas antes os bancários se articulam para defender seu Instituto. Canêdo diz que:

“Diante da iminência de perderem o IAPB, considerado o ‘mais bem aparelhado e o mais bem administrado’, as antigas lideranças tentaram mobilizar a categoria contra o projeto, contando para isso com os órgãos de cúpula. Com isto pensavam novamente tentar um plano de luta nacional capaz de lhes garantir novamente o controle sindical.”⁴⁹

Porém:

“A criação do INPS em 1966, retirou dos líderes sindicais, os importantes recursos políticos e econômicos que, como já se viu, eram tradicionalmente auferidos ao IAPB. Por outro lado, a direção do recém criado INPS seria nomeada

⁴⁸ ROCHA, Danielle Franco da. Bancários e Oligopolização: Avanços e limites das lutas contra a superexploração do trabalho na ditadura no Brasil (1964 – 1980). Doutorado em história social. PUC-SP, 2013. Pág. 13.

⁴⁹ CANÊDO, Letícia Bicalho. Bancários: Movimento sindical e participação política. Ed. Unicamp. Campinas, 1986. Pág.175.

diretamente pelo governo, o que impediu qualquer possibilidade de rearticulação da liderança por meio deste canal.”⁵⁰

Os bancários perderam um espaço de articulação política e de articulação financeira. Como o IAPB era usado não só para cuidados da saúde e aposentadoria dos bancários, mas também para fazer política, a possibilidade de organização social através desse instrumento foi derrubada com criação do INPS a possibilidade pelo governo militar. Essa derrota, que viria apenas em 1966 se deu depois de dois anos de luta, já que o IAPB passou a ser tema de matéria em vários números da folha bancária a partir de abril de 1964. Essa não seria a primeira nem a última derrota.

Em 1965 é promulgada a lei 4725/65, que criou uma nova determinação da política salarial. Canêdo afirma que:

“Esta lei impediria, portanto, a livre negociação entre trabalhadores e patrões, permitida pela CLT, e que o movimento sindical vinha até então desenvolvendo. Para os bancários impediu também o que vinha se tornando uma praxe: os acordos trimestrais.”⁵¹

A lei 4330/64, que regulamentou o direito de greve e a lei 4725/65, que estabeleceu normas para os dissídios coletivos, criaram grandes entraves para o movimento sindical, e tornaram os motivos de organização de greves totalmente restritos fazendo com que a possibilidade de organizar uma greve ficasse praticamente bloqueada. A lei 44725/65 impedia a livre negociação salarial entre sindicatos e patrões e a 4330/64 limitava a aprovação da greve á:

“Art. 5º O exercício do direito de greve deverá ser autorizado por decisão da assembléia geral da entidade sindical, que representar a categoria profissional dos associados, por 2/3 (dois terços) em primeira convocação, e, por 1/3 (um terço), em segunda convocação, em escrutínio secreto e por maioria de votos.

§ 1º A Assembléia Geral instalar-se-á e funcionará na sede do Sindicato ou no local designado pela Federação ou Confederação interessada, podendo, entretanto, reunir-se, simultaneamente, na sede das delegacias e seções dos Sindicatos ([Consolidação das Leis do Trabalho, art. 517, § 2º](#)), se sua base territorial for intermunicipal, estadual ou nacional.

⁵⁰ Opus cit. Pág. 176.

⁵¹ Opus cit. Pág. 177.

§ 2º Entre a primeira e a segunda convocação deverá haver o interregno mínimo de 2 (dois) dias.

§ 3º O quórum de votação será de 1/8 (um oitavo) dos associados em segunda convocação, nas entidades sindicais que representem mais de 5.000 (cinco mil) profissionais da respectiva categoria.”⁵²

Portanto, bancários se viam impossibilitados de, legalmente, organizar uma greve. Qualquer tipo de levante grevista seria declarado, pela justiça do trabalho, como ilegal e passível de pena. Os bancários de São Paulo, após 1964, entrariam em greve apenas no ano de 1978, sem cumprir os requerimentos legais, e o movimento havia sido tocado não pela direção de seu sindicato, mas sim pelo grupo de oposição, como veremos mais a frente, no decorrer desta pesquisa.

Como vimos, bancários e o conjunto da classe trabalhadora tinham estabilidade no emprego, outro direito caçado pelo Governo Militar. A Lei Nº 5107/66 criou o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço, o FGTS, findando assim, com a estabilidade no emprego.

Estava praticamente completa a antessala de retirada de direitos trabalhistas, inclusive dos trabalhadores de bancos. Mas o que nota-se é que, embora o sindicato não tenha organizado greve alguma para combater todas as medidas, como reação, não deixou em nenhum momento, ao menos publicamente em seu jornal periódico, de criticar as medidas governamentais e de tentar organizar sua categoria.

Para cada ato do Estado, que retirava direitos desses trabalhadores, lá estava o sindicato, pronto para fazer uma inflexão reversa á dos Generais.

Em 1964 são vários os números da Folha Bancária que trabalha a questão da unificação dos institutos de previdência. A partir de um olhar mais apurado notamos que os números 268, 269 e 270 (que são os únicos números lançados no ano) tratam aprofundadamente da questão do fim do IAPB, fato que representava grande medo principalmente para a direção sindical.

Sobre isso Canêdo conta que:

⁵² Trecho extraído de < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4330.htm > Último acesso em 10/10/2017

“Diante da eminência de perderem o IAPB, considerado ‘o mais bem aparelhado e o mais bem administrado’, as antigas lideranças tentaram mobilizar a categoria contra o projeto, contando com isso para órgão de cúpula. Com isto pensavam novamente tentar um plano de luta nacional capaz de lhes garantir novamente o controle sindical.”⁵³

As folhas bancárias do ano de 1965 combinavam críticas à proposta de acabar com o IAPB com críticas severas ao plano econômico do Governo e sua política salarial prejudicial aos trabalhadores. A folha de número 275, em sua página, 2 trazia um texto sob o título de “O Programa de Ação Econômica do Governo, a crítica do Prof. Antônio Dias Leite Jr. e os trabalhadores”, fazendo um debate sobre esse plano governamental, trás um rico estudo para embasar o debate a ser feito com os trabalhadores na base. Já a folha de número 278, em sua página 2, uma matéria sob o título de “Governo que salário irreal e não o real”, que falava sobre o reajuste dos bancários. Vejamos um trecho:

“Os dados fornecidos pelas próprias fontes oficiais (Departamento de Emprego e Salários, Serviço Estatístico da Prefeitura de São Paulo, etc) indicam que a alta do custo de vida nos últimos doze meses foi da ordem de 80 por cento. A porcentagem tem variado, em pequena escala, de acordo com o mês do ano que se toma como base para encontrar o índice de doze meses. De agosto do ano passado a agosto desse ano, por exemplo, a elevação do custo de vida foi de 83,17, conforme informa o Departamento de Emprego e Salários. A mesma fonte, de setembro a setembro, acusa uma falta de 76 por cento. De qualquer forma, o que se constata é que a alta do custo de vida, neste ano, não foi menor do que no ano passado, quando com base nos índices oficiais, os operários de várias categorias profissionais obtiveram aumento salarial que oscilou entre 70 e 90 por cento.”⁵⁴

A crítica estava sendo feita pelos bancários, mas é possível perceber que naquele momento a prática sindical para fazer frente ao congelamento salarial ainda não apontava para uma mobilização que tentasse romper com o ditame governamental. A mesma folha bancária aponta que a justiça era quem estava determinando o reajuste salarial dos trabalhadores e trabalhadoras:

“Com a Lei 4.725, contudo, os trabalhadores são levados à contingência de aceitar um reajuste que não corresponde a alta do custo de vida. Mais precisamente, os reajustes têm sido fixados pelos Tribunais de Trabalho na base da metade da alta

⁵³ Opus cit. Pág. 174.

⁵⁴ Folha Bancária, Novembro de 1965. Número 278. Pág.2.

do custo de vida ocorrida durante o período vigente do último reajustamento salarial de cada categoria profissional.”⁵⁵

Bancários não estavam separados do conjunto de trabalhadores, consequentemente, seus reajustes salariais também estavam sendo reajustados pela justiça do trabalho. Isso, como foi visto, não impedia que o sindicato fizesse suas críticas a tal política, nem a essa política ou a qualquer outra política.

Outro exemplo é o fim da estabilidade. O ano de 1966 marca um grande debate do sindicato com sua base em relação a esse tema. Dos nove exemplares que foram publicados, do periódico bancário, sete apresentam matérias tendo com conteúdo críticas duras à implementação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e a campanha seguiu ainda no ano de 1967, mesmo com o projeto do governo tendo sido aprovado. O sindicato orientou seus bancários que “Fundo: Ninguém deve optar até 31/12/1967” e explica:

“O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, criado por Decreto-Lei do Governo Federal para substituir, na prática, a estabilidade em serviço, encontra-se em vigor desde dezembro de 1966. A lei que instituiu o FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO, publicada no diário oficial em 27/12/1966 diz claramente no Artigo 5º:

‘A opção será exercida no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da vigência deste regulamento, para os atuais empregados, e a data da admissão em cada novo emprego, a partir daquela vigência. ’

Isto quer dizer que, até dezembro de 1967, temos tempo para se é conveniente ou não optar pelo Fundo. Se não desejamos optar pelo fundo, preferindo continuar no regime de estabilidade, não precisaremos fazer declaração alguma. O nosso silêncio é suficiente para informar ao empregador sobre nossa decisão.

Nenhum trabalhador, seja estável ou não, é obrigado a optar pelo Fundo de Garantia. Portanto, as circulares e sentido intimidativo que muitos bancos estão distribuindo aos seus funcionários fogem a legalidade da lei. Ninguém sob coação, deve assinar a opção. Este deve ser um ato espontâneo e livre. Os colegas que se sentirem coagidos pelos bancos devem dirigir-se ao Sindicato e fazerem a denúncia dessa ilegalidade. ” ⁵⁶

Desta forma, é possível chegar à conclusão que a direção ainda mantinha uma posição política que, embora não fizesse frente ao Golpe, tentava mobilizar seus trabalhadores, mas o

⁵⁵ Folha Bancária, Novembro de 1965. Número 278. Pág,2.

⁵⁶ Folha Bancária, Fevereiro de 1967. Número 278. Pág,1 (capa).

que essa realidade mostra é que essa postura não foi o suficiente para barrar as derrotas, mas também não se pode dizer que a direção estava cooptada ou que corroborava com os Militares e empresários.

O que é possível aferir é uma tensão. Uma direção com uma posição política muito clara, dentro de uma estrutura sindical verticalizada comandada pelo Estado aparelhado pelos militares, sofrendo ataques que tentam impossibilitar sua atuação até então bastante combativa. Essa tensão pode ter tido como resultado a retração da ação sindical por parte da direção. E aqui, entende-se retração da ação como falta ou diminuição da prática sindical frente à derrocada dos direitos, ou a falta de um tipo de ação sindical mais radicalizada mesmo em tempo de golpe. A realidade imposta pelas mudanças feitas pelo Estado criou uma porção de empecilhos para essa ação da direção bancária. E não foram poucas as tentativas de controlar o sindicalismo no Brasil. Logo após o golpe, os bancários sofreram algumas situações complicadas como podemos ver em Canêdo:

“Os cargos aos postos administrativos e diretivos das organizações sindicais foram os mais controlados: o atestado de ideologia voltou a ser exigido para os cargos eletivos e estabeleceu-se o voto obrigatório para os membros do sindicato.”⁵⁷

Sobre os bancários, ela explica:

“Entre os bancários, entretanto, a intervenção atingiu níveis mais baixos da organização: além da CONTEC e das Federações, todos os sindicatos bancários sofreram intervenção. Somente no Banco do Brasil, onde trabalhava a liderança, 376 funcionários foram atingidos pelo Ato Institucional Nº 1.”⁵⁸

É possível perceber que além de tudo, as Federações e a Confederação estavam sendo controladas pelos interventores ligados ao Ministério do Trabalho. O sindicato viveria também um período de intervenção e boa parte das lideranças, que eram do Banco do Brasil e tinham sido apanhados pelo AII, ou seja, boa parte da base ativa havia sido afetada pelo golpe.

Mas essa tensão ainda pode não ser o suficiente para entender a diminuição da prática sindical dos bancários nesse período. Por dentro a instituição apresentava situações de tensão que podem indicar uma fissura com a ação sindical pré 1964.

⁵⁷ Opus cit. Pág. 171.

⁵⁸ Opus cit. Pág. 171.

Após o golpe, a primeira folha bancária a ser lançada saiu apenas no mês de setembro e nesse período o sindicato já se encontrava sob intervenção, mas a intervenção tentava se mostrar como um elemento próximo das lutas bancárias:

“A expressiva assembleia do dia 1, mostrou nitidamente que a campanha não foi tutelada. Nas fotos, aspectos do plenário e da mesa que dirigiu os trabalhos, vendo-se, entre outros, os interventores da Federação, Miguel Esteves Franco e Raul Roberto de Almeida.”⁵⁹

É nítida essa tentativa de parecer combativa por parte dos membros que interviam no sindicato dos bancários. Tentou-se criar um ambiente, para os trabalhadores na base, de que o sindicato iria manter-se o mesmo:

“Com efeito, os Sindicatos continuam (os exemplos estão aí: Assembleias, eleições em diversas entidades e etc.) órgãos operativos e atuantes na defesa da categoria profissional que cada um deles representa. E a regra nesse sentido, é geral: devem funcionar, quer a direção esteja sob regime de intervenção ou não.

Nosso Sindicato, como não poderia deixar de ser enquadra-se no pensamento acima expresso. E, com vantagem maior sobre muitas outras entidades, cujos interventores não pertencem à classe: Os nossos interventores são bancários e jamais, em qualquer época, negaram seu propósito de lutar desinteressadamente pelos interesses da corporação profissional a qual pertencem.

Entretanto, não nos cabe fazer nenhum julgamento sobre atuação e procedimento dos nossos interventores. Apenas queremos esclarecer, na oportunidade do retorno deste órgão, portador dos anseios dos bancários paulistas, aquilo que acima explanamos: O Sindicato não mudou, sua atuação é ainda em favor exclusivo da grande categoria profissional.”⁶⁰

Mesmo com a intervenção, membros da direção que eram militantes de antes do Golpe permaneciam na Direção fazendo o trabalho sindical cotidiano. Porém, o fato de quadros interventores estarem ligados à categoria levou, em 1965 à percepção de que o golpe havia rendido uma situação que nem mesmo os interventores podiam esperar:

“Reunidos nacionalmente, os bancários, decepcionados e constrangidos, sentem sua voz, como a de todas as lideranças das classes trabalhadoras, não produz, junto a quem de direito, os efeitos colimados, contrariando a todos os ditames da Revolução de 31 de março de 1964, e, como consequência o sindicalismo brasileiro

⁵⁹ Folha Bancária, Setembro de 1964. Número 268. Pág.1 (capa).

⁶⁰ Folha Bancária, Setembro de 1964. Número 268. Pág.4.

vem sendo esvaziado aos poucos, sem que possa, como é seu real objetivo, mostrar sua verdadeira face qual seja, a de fazer jus às tradições político-sociais do povo brasileiro, e, considerando que, não obstante suas promessas, o Governo não realizou, até a presente data, qualquer diálogo franco e aberto com as direções sindicais, em prejuízo dos ideais revolucionários, de equilíbrio social e, conseqüentemente, do próprio povo;”⁶¹

Aqueles dirigentes que apoiaram o que eles mesmos chamavam de “Revolução” e que acreditavam ser uma boa saída para a sociedade brasileira estavam, então, sentindo-se traídos. Eles estavam prestando grande conta ao governo ao combater o comunismo no sindicato, ao passo que perante o governo eram deixados de lado. A lamúria prossegue:

“Que, nem mesmo a colaboração leal e democraticamente oferecida pelos trabalhadores vem sendo recebida pelo atual Governo deixando de serem ouvidos no encaminhamento de importantes problemas de seu interesse, como vem de acontecer com o projeto de lei que estabelece normas e condições para os dissídios coletivos;

Que, com isto, estão sendo tirados direitos dos trabalhadores e não ampliados, como prometeu o Exmo. Sr. Presidente da República em um de seus incisivos discursos;”⁶²

O fato não fez com que membros interventores deixassem de apoiar o Regime que defenderam, embora estivessem vendo que suas necessidades eram diferentes das intenções pouco democráticas dos novos Governantes.

O fato é que no mês de agosto de 1965, nos dias, 16, 17 e 18, ocorreriam eleições para decidir a nova diretoria do sindicato para o próximo biênio. Para essa eleição duas chapas concorreram. A chapa Azul, da até então, situação, era tocada pelos interventores e composta por eles. Figurava na chapa João Nausbach Costa, que assinou várias matérias na folha bancária, no período em que esteve imposto na direção, sendo funcionário do Banco Mercantil Do Estado de São Paulo. Já a Chapa Verde, de oposição, trazia quadros relevantes que, como veremos mais a frente, eram militantes ligados ao PCB. Estavam nessa composição José Mauricio Xavier do Vale, do Banco Crédito Real, Benedito Santille, do Banco Irmão Guimarães e Salvador Tolezano do Banco Nacional do Comércio de São Paulo⁶³.

⁶¹ Folha Bancária, Agosto de 1965. Número 276. Pág.6.

⁶² Folha Bancária, Agosto de 1965. Número 276. Pág.6.

⁶³ Folha Bancária, Agosto de 1965. Número 276. Pág.6.

Com as eleições permitidas pelo Ministério do Trabalho, o final do mês de agosto trouxe para o sindicato membros não os escolhidos pela Intervenção. Os bancários tinham novamente uma direção que estava alinhada com uma militância de esquerda que tentava se opor ao Golpe e não exaltá-lo. A Folha Bancária editada pela nova direção, já no número seguinte à que anuncia as eleições, estava repleta de falas sobre as dificuldades que o período apresentava e trazia consigo um discurso de sindicalização e organização:

“Após quatorze meses de regime de intervenção, nosso sindicato foi, finalmente, devolvido aos bancários através de eleições livres. Embora os interventores que por aqui passaram não fossem elementos estranhos à classe (na maioria de outros órgãos os interventores nomeados não pertencia à classe) e tivessem sua conduta à frente da administração sindical estribada nos interesses da categoria profissional, foi motivo de entusiasmo e alegria a eleição da chapa verde, cujos integrantes estão plenamente identificados com os problemas da classe. A preferencia dos associados pela chapa verde significou a livre manifestação da vontade da maioria absoluta da classe, num pleito que, assinala-se de passagem, foi dos mais democráticos entre todos quantos vêm se realizando nos sindicatos que sofreram intervenção ministerial.”⁶⁴

A nova direção, mesmo se pretendendo combativa, sofreu frente ao golpe que se aprofundava. Essa direção estava prestes a ver seu Instituto de Aposentadoria sumir, os reajustes salariais serem levados a patamares cada vez mais baixos, os bancários serem demitidos e surgimento da rotatividade como o aparecimento do FGTS e a impossibilidade de usar sua principal arma reivindicatória, a greve. Um sindicato que não fazia greve era o que estava se tornando o sindicato dos bancários.

⁶⁴ Folha Bancária, Outubro de 1965. Número 277. Pág. 8.

1.7 – O problema das esquerdas

Outra forma de tentar entender o que pode ter influenciado os rumos da direção bancária, principalmente entre 1967 até sua derrocada em 1979, pode ser encontrada na própria trajetória da esquerda durante esse mesmo período histórico. As tensões no interior da própria esquerda, que já vinha se arrastando desde o início dos anos 1960, podem servir como ajuda para compreender como tal distensão refletiu nas ações da direção sindical bancária.

A pesquisadora Maria Paula Nascimento Araújo, em um artigo chamado “*Lutas democráticas contra a ditadura*”, aborda essas tensões internas tentando entender como parte da esquerda começa a mudar sua estratégia socialista e de resistência à Ditadura Civil Militar. Assim, ela diferencia dois momentos: uma esquerda durante os anos de 1970 e uma antes desse período. Logo, ela explica:

“Para se compreender a questão da complexidade da luta democrática no âmbito das tradições e disposições da esquerda brasileira, é necessário levar em conta as relações entre o Partido Comunista Brasileiro e as organizações dissidentes e independentes que se formaram nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo as organizações armadas.”⁶⁵

Num trecho mais a frente ela explica:

“Mas gostaria de apontar que o conjunto dessas organizações – a maior parte delas criadas entre 1962 e 1972 – compartilhava uma posição política (Na verdade, mais do que uma posição, um sentimento político) profundamente crítica ao PCB.

Essas organizações tinham diversas orientações, diferentes visões da política, mas se aproximavam do sentimento de negação e desconfiança em relação ao PCB. Esse sentimento era comum a praticamente todas, embora as críticas que fizessem fossem diferentes.

Algumas, como a organização independente de forte influência Trotskista Organização Marxista Revolucionária/ Política Operária (Polop, mais tarde PO), criada em 1961, faziam prioritariamente uma crítica à estratégia do PCB para a revolução brasileira – a famosa estratégia das ‘etapas’, que propugnava uma

⁶⁵ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “Lutas democráticas contra a ditadura”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 326.

primeira fase da revolução ‘democrática burguesa e nacional’, acompanhada de uma aliança com a burguesia nacional e progressista.”⁶⁶

Outro trecho importante, que a autora trabalha, diz respeito a uma visão do PCdoB em relação ao PCB:

“Para o PCdoB, a revolução brasileira deveria cumprir uma etapa democrática nacional, mas seu caminho não seria pacífico, mas, sim, através da luta armada. A acusação ao PCB era de imobilismo e passividade. Essa crítica foi mais severamente levantada pelas organizações armadas que se multiplicaram pelo Brasil a partir de meados dos anos 1960 – particularmente depois de 1964 e, mais ainda, após 1968.”⁶⁷

Por fim, ainda da mesma autora é importante citar que:

“O que quero salientar aqui é o sentimento essencialmente anti PCB que marcava o conjunto das organizações de esquerda dissidentes e independentes, ao longo dos anos 1960 e 1970, e também lembrar que, nesse período, tais organizações tinham conquistado uma inegável hegemonia entre jovens, universitários, estudantes, artistas, intelectuais.”⁶⁸

Dessa forma, nota-se que existia uma tensão no âmbito das esquerdas no país no mesmo momento em que a direção do sindicato dos bancários via seus direitos virem a baixo e o Estado intervindo na instituição. Mas o importante a ser frisado é que a maior parte do quadro diretivo do Sindicato era composta por Trabalhistas e por Comunistas. Os comunistas eram ligados ao PCB e ocupavam espaços importantes nas secretarias do sindicato, de forma que, assim como propõe Maria Paula em sua ideia de um sentimento em relação ao PCB, esses quadros eram vistos, pela esquerda, da mesma forma.

A crítica ao PCB e essa cisão, tensão e desconfiança para com os quadros desse partido estava posta e seria refletida também no movimento sindical, portanto, também no movimento sindical bancário de São Paulo.

⁶⁶ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: As esquerdas no Brasil, Vol.3. Revolução e democracia (1964...). Ed. Civilização Brasileira, pág. 326.

⁶⁷ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: As esquerdas no Brasil, Vol.3. Revolução e democracia (1964...). Ed. Civilização Brasileira, pág. 327.

⁶⁸ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: As esquerdas no Brasil, Vol.3. Revolução e democracia (1964...). Ed. Civilização Brasileira, pág. 327.

1.8 - O problema das esquerdas na categoria bancária.

Vitor Benda, militante estudantil, que posteriormente viria a se tornar quadro da oposição, em entrevista concedida para a presente pesquisa, ressalta:

“Comecei a atuar politicamente no Centro Acadêmico de História e no segundo ano, integrei a Chapa vencedora, isto em 1974. Era uma frente política, que tinha em comum, tirar o PC. Em 1975 perdíamos as eleições.”⁶⁹

Como dito anteriormente, o problema da esquerda com o Partido Comunista se refletia na parte mais politizada da categoria bancária. Vitor Benda entrou para o Banco do Brasil em 1975 e, mais para frente, foi “transferido do movimento estudantil para o movimento sindical bancário”⁷⁰, assim como alega em entrevista.

Canêdo consegue mostrar em seu trabalho que essa tensão ocorria de fato e estava, como poderemos notar, muito próxima do meio sindical. A historiadora aponta para a desarticulação do movimento sindical em São Paulo:

“Em 1967, o desarticulado movimento sindical dos bancários estava afogado no temor da perda da jornada de seis horas, no fim da estabilidade do trabalho, no desmoronamento do Instituto de Previdência dos Bancários, no crescimento das dificuldades de negociações trazidas pelos novos decretos de regulamentação os dissídios coletivos e pela lei anti-greve.”⁷¹

Esse é o cenário que a tensão vivida entre as esquerdas pós-golpe, indicada por Araújo⁷² vai encontrar no movimento sindical bancário. Embora o movimento tentasse ser combativo, foi visto de forma bastante crítica por tendências diferentes, no decorrer dos anos. Logo a rejeição a esse tipo de sindicalismo, praticado pela direção sindical, origina movimentos novos de oposição à direção sindical já a partir de 1967.

Esse tensionamento podia ser visto quando a direção do sindicato dos bancários apontava para uma atuação muito mais moderada, como nota Canêdo:

“A diretoria do Sindicato, por sua vez, presa a uma ideologia unificadora, que acentuava o valor da ação em massa, declarava a necessidade de se ‘criar maior

⁶⁹ Entrevista com Vitor Benda realizada em 22/05/2018.

⁷⁰ Entrevista com Vitor Benda realizada em 22/05/2018.

⁷¹ CANÊDO, Letícia Bicalho. Bancários: Movimento sindical e participação política. Ed. Unicamp. Campinas, 1986. Pág.197.

⁷² ARAÚJO, “Lutas democráticas contra a ditadura”. Op. Cit., 2007.

consciência sindical pelas lutas por direito, antes de se lançar em movimentos grevistas'. Para tanto, ela pregava novamente a formação das intersindicais e formas de luta conjunta para a derrubada das leis do arrocho salarial e da ditadura aliada ao imperialismo. Os meios utilizados foram campanhas de sindicalização em massa, a organização da Convenções Municipais e Estaduais, preparatórias do IX Congresso Nacional dos bancários, a utilização de memoriais, abaixo – assinados e telegramas de protesto ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Trabalho e aos deputados e senadores.”⁷³

O descontentamento com esse tipo de ação surgiu na categoria. E enquanto a direção não via outra forma de sair desse imbróglio a não ser a luta de massas que se encontrava suprimida, novas visões de ação sindical foram surgindo e entrando em conflito com aquela da direção sindical. Essa outra proposta sindical surgiu principalmente entre o movimento estudantil que estava engajado na luta sindical do período:

“Para um grupo bancário, saído do movimento estudantil, estas formas de ação tradicionais do movimento sindical pareciam completamente inadequadas.

O movimento estudantil da época via-se dividido em inúmeras correntes políticas, dissidentes do Partido Comunista, dentro de alguns bancos, mobilizando as seções. Estas organizações do movimento estudantil procuraram canalizar as insatisfações, até então esparsas de alguns bancários, para o que consideravam o papel do sindicato, isto é, procuravam demonstrar a força e a capacidade de inovação do sindicato de empresa.”⁷⁴

É possível notar, a partir do trecho descrito à cima, uma tentativa de ação a partir do próprio local de trabalho dos bancários, uma tentativa de organizar a luta partindo da realidade desses trabalhadores na base do sindicato.

No entanto, Canêdo entende essa oposição ainda muito incipiente e sem muitas propostas claras:

“inicialmente, os objetivos dos bancários que entravam em contato com este grupo eram mal definidos. Conforme disse um funcionário do BANESPA, ‘de definido havia apenas a criação de um jornal’”.⁷⁵

⁷³ CANÊDO, Letícia Bicalho. Bancários: Movimento sindical e participação política. Ed. Unicamp. Campinas, 1986. Pág.199.

⁷⁴ CANÊDO, Letícia Bicalho. Bancários: Movimento sindical e participação política. Ed. Unicamp. Campinas, 1986. Pág.200.

⁷⁵ CANÊDO, Letícia Bicalho. Bancários: Movimento sindical e participação política. Ed. Unicamp. Campinas, 1986. Pág.200.

Mas essa oposição só se tornou mais organizada e contundente a partir do ano de 1967, se mostrando, aliás, mais elaborada durante a eleição desse mesmo ano, como podemos ver na pesquisa de Canêdo:

“A estruturação do grupo de oposição começou a ser feita por ocasião da campanha salarial de 1967, que coincidiu com as eleições sindicais.

Mostrando o inconformismo existente no meio bancário, concorreram três chapas para a direção: uma de direita, incentivada pelo deputado e banqueiro Herbert Levy; uma da diretoria e outra do grupo de oposição mais radical, liderada por um ex- membro da diretoria, José Nascimento, recentemente filiado à ALN, dissidência do Partido Comunista”⁷⁶

Esse trecho reforça ainda mais a ideia de que a crise da hegemonia do PCB dentro da esquerda acaba por se refletir, com força, no movimento sindical bancário. Durante esse ano, a folha bancaria apresentou apenas um número falando sobre as eleições sindicais e esse número elenca apenas os dirigentes da chapa vencedora, aparentando não ter sido uma eleição bastante publicizada.

Mesmo assim, a campanha salarial, a partir de uma oposição mais consolidada, mostrou uma maior presença dessas outras correntes de esquerda do movimento sindical tentando a todo tempo imprimir outros rumos para a campanha que não a do dissídio no TRT.

⁷⁶ CANÊDO, Letícia Bicalho. Bancários: Movimento sindical e participação política. Ed. Unicamp. Campinas, 1986. Pág.201.

1.9 – Surge a Participação Ativa (P.A)

As tensões entre as esquerdas acabaram tendo mais reflexos na base, e até na direção do sindicato dos bancários do que se podia supor. De fato, essas tensões se materializam nessa categoria e apresenta como uma síntese a formação do grupo que se autoneameava Participação Ativa. Na categoria, essa corrente, ou esse grupo, se manifestou e se fortaleceu logo após a eleição de 1967, como diz Canêdo:

“O grupo oposicionista foi fragorosamente derrotado nas eleições. A partir daí, sua liderança procurou definir melhor uma estratégia, com slogans contra o ‘Sindicalismo de Cúpula, contra os ‘novos pelegos’ e contra a ‘tabelinha do governo’. A primeira medida foi a formação de uma Comissão Salarial independente da diretoria sindical. Eleita pela assembleia, esta comissão deveria orientar a categoria para uma luta mais ampla pela revogação da lei do arrocho e da lei da greve.

A briga pela direção do encaminhamento da campanha salarial acirrou os ânimos a estruturou melhor o grupo da oposição que passou a se denominar PA (Participação Ativa).”⁷⁷

O surgimento do agrupamento de esquerda contava com quadros como Augusto Campos, que viria a se tornar uma importante liderança já na década de 1970 e se tornou membro de grande importância na construção da oposição sindical durante essa mesma década até a retomada em 1979⁷⁸.

A campanha salarial de 1967 marcou a forte inserção desse grupo nas ações, visões e posicionamento do sindicato, e os fatos que decorreram dessa campanha salarial mostravam a ação da PA:

“O TST reduziu o reajuste de 30% para 23%, tanto para o Rio de Janeiro como para São Paulo. Além do mais, a categoria perdeu a data base de setembro, significando o pagamento do reajuste somente a partir de outubro. Aconteceu também a exclusão do Banco do Brasil das futuras campanhas, pois estes funcionários tinham contrato a vencer em setembro, de acordo como Rio de Janeiro.

⁷⁷ CANÊDO, Letícia Bicalho. Bancários: Movimento sindical e participação política. Ed. Unicamp. Campinas, 1986. Pág.201.

⁷⁸ Existe, porém, ao estudar essa corrente, pouca fonte documentária, e o material de que dispomos foi recolhido através de entrevistas realizadas por Canêdo. É possível, contudo, entender algumas passagens do Grupo Participação Ativa através de parte das falas de Augusto Campos, porém, suas falas sobre a tendência serão usadas no decorrer do segundo capítulo dessa dissertação.

Com isto a dificuldade de unidade, duramente conseguida na década anterior, cresceu.”⁷⁹

Após esse ocorrido, as posições sobre a decisão a ser tomada, em relação ao tipo de ação posterior ao ataque do TST, entre a direção e o pessoal da Participação Ativa, se chocam:

“A direção sindical propôs abaixo assinado ao TST e ao Ministério do Trabalho, protestando contra o que considerava uma farsa, e por ser os 30% o princípio da queda da rigidez do arrocho.

A PA foi contra, pregando a concentração pública, preparatória de uma greve, o que a direção sindical aproveitou para acusá-la de ligação com a CIA. A proposta da PA venceu, mas, desviada a questão para a resolução da crise do sindicalismo brasileiro, as agressões mútuas, desenvolvidas após esses acontecimentos, acabaram por demonstrar a fraqueza da PA.”⁸⁰

Apesar de ser um grupo que se queria mostrar combativo e também fosse um grupo expressivo, talvez tivesse alguns pontos fracos que ajudaram a fazer com que a aglomeração de militantes acabasse se esfacelando e chegando ao seu fim em um pequeno espaço de tempo. Segundo Canêdo:

“Em termos de organização, a PA chegou a reunir e construir vinte grupos de bancos, coordenadas por onze elementos. Com a evolução do movimento, esta coordenação transformou-se em uma executiva, sem contar, entretanto, com a representação dos elementos mais antigos do movimento que não conseguiam acompanhar a radicalização dos grupos.

Com a direção dividida e mal estruturada, a PA acabou por se dissolver após a campanha salarial de 1968, coincidindo com o “racha” da direção com repressão advinda após o AI-5.

Na verdade, como expressou um ex-membro da PA, o grupo oposicionista só conseguiu se transformar em “focos de clandestinos de agitação”⁸¹

Nas primeiras linhas podemos notar que a PA tentava organizar a categoria mesmo estando fora da direção sindical.

⁷⁹ CANÊDO, Letícia Bicalho. Bancários: Movimento sindical e participação política. Ed. Unicamp. Campinas, 1986. Pág.203.

⁸⁰ CANÊDO, Letícia Bicalho. Bancários: Movimento sindical e participação política. Ed. Unicamp. Campinas, 1986. Pág.204.

⁸¹ CANÊDO, Letícia Bicalho. Bancários: Movimento sindical e participação política. Ed. Unicamp. Campinas, 1986. Pág.206.

Mostraremos a seguir dois fatores importantes para compreender a forma como acabou a PA, apesar da sua forma, que seria uma experiência até então mais radical de enfrentamento aos bancos e ao Regime Militar, para tentar organizar a categoria. Dianis Karepovs, em livro que coordena, que trata da história dos bancários fala sobre as dificuldades da campanha salarial de 1968:

“Na campanha salarial de 1968, a oposição tenta ampliar a organização da categoria por meio das comissões de bancos. O Clima era tenso, pois dias antes do início da campanha o I Encontro Estadual de Trabalhadores, que contou a presença de 50 sindicatos de várias categorias, havia decidido preparar movimentos grevistas contra a política de arrocho salarial da ditadura. Por seu lado, a diretoria do Sindicato dos Bancários tentava controlar o movimento para evitar posições ‘radicalizadas’. No entanto, a situação agravou-se com a deflagração de greve por parte dos funcionários do Banco de Crédito Real de Minas Gerais nas agências do Rio de Janeiro – onde inclusive, um contínuo suicidou-se, desencadeando a greve –, Belo Horizonte e São Paulo. O movimento que durou três dias – de 18 a 20 de setembro –, não se sustentou, terminando com a repressão do próprio bancos. O Participação Ativa tentou, sem sucesso, ampliar o clima de greve. A diretoria compareceu à audiência de conciliação na Justiça do Trabalho, aceitando 30% de reajuste, posteriormente referendada por plebiscito da categoria. Após a campanha salarial, o Participação Ativa dissolveu-se, fruto de uma cisão e de falta de estrutura e propostas claras, além da repressão da ditadura militar.”⁸²

1968 é também o ano em que o governo militar baixa o Ato Institucional número 5 (AI-5), fato que reflete diretamente na vida dos militantes de esquerda no Brasil, e assim também influi diretamente na disposição da vida dos militantes bancários dispostos em vários movimentos de enfrentamento aos Militares, para além do movimento sindical.

As dissidências do PCB, como vimos, formaram outras linhas de ação de esquerda, entre elas o Partido Comunista do Brasil (PC-do-B), Partido Operário Comunista (POC), Ação Libertadoras Nacional (ALN) e Ação Popular (AP). A maior parte dessas tendências estava começando a organizar a luta armada, Marcelo Ridenti, diz sobre uma delas, a AP:

“Por sua vez, a Ação Popular também faz preparativos para ações armadas, No imediato pós-golpe, a AP, esteve bem próxima de Cuba. Chegou a vincular-se com o esquema de Brizola no exílio Uruguaio – com o qual se envolveu

⁸² KAREPOVS, Dianis. (Org.). A História dos bancários: Lutas e conquistas 1923 - 1993. SEEB-SP, São Paulo, 1994, p. 83.

particularmente o principal dirigente da organização até 1965, Herbert José de Souza, o Betinho.”⁸³

Sobre a ALN Ridenti afirma que:

“A Ação Libertadora Nacional (ALN), designação assumida no final do 1968, era uma espécie de federação de grupos armados, com amplo grau de autonomia, embora coordenados por Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, que combinaram a estrutura centralizada dos partidos comunistas tradicionais, considerada um obstáculo à ação revolucionária. (...) A ALN foi a principal dissidência do PCB, o grupo de guerrilha mais significativo pela ousadia, número de integrantes e ações armadas.”⁸⁴

É importante falar, mesmo que brevemente, sobre essas correntes da esquerda que surgiram naquele período. Mesmo elas tendo criticado o PCB estavam sempre em discussão sobre quais ações tomar em relação aos Militares. Essa divergência entre os vários movimentos acabava por sua vez se espelhando no movimento sindical e sindical bancário, ainda mais após o AI-5. Sobre a PA, após a campanha salarial de 1968, Canêdo alega:

“Em seguida a estes acontecimentos, a PA faz a tradicional Auto Crítica, das esquerdas, redundando no também tradicional ‘racha’. Enquanto parte da executiva, representada pelo PC do B, POC e ALN, dizia não haver condições de greve, uma outra parte (Ação Popular e independentes) continuava a defender a greve, sem que nenhum dos grupos definisse concretamente as questões. O ‘racha’ levou à dissolução da PA, que coincidiu com a decretação do AI-5.”⁸⁵

Segundo Canêdo o grupo ainda se dispersou:

“Os grupos ligados ao ‘foco’ afastaram-se do movimento bancário e os independentes propuseram o início de outro trabalho, procurando definir a constituição de ‘grupos de banco’ e a manutenção de um jornal – Sindicato de Luta – a nível de toda categoria, o que significava admitir a existência de um sindicato paralelo. O resto do grupo pregou uma estratégia eleitoral para as eleições sindicais de 1969, onde foi derrotado.

⁸³ RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 34.

⁸⁴ RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 35.

⁸⁵ CANÊDO, Letícia Bicalho. *Bancários: Movimento sindical e participação política*. Ed. Unicamp. Campinas, 1986. Pág.213.

Em relação ao desmantelamento da PA, devemos ponderar a escolha que vários militantes tiveram que encarar em relação à luta armada, se eles optariam, naquele momento, pela via da luta no campo ou pela via da luta na cidade. Porém, o que mais vale observar sobre esse grupo mesmo após seu fim, é o legado que seu surgimento e seu fim deixaram para a oposição bancária que viria a começar a se estruturar logo em seguida. Esse grupo marcou uma nova fase da resistência dos trabalhadores contra o Regime Militar e os Banqueiros, e também uma tentativa de renovação da ação sindical. Desse movimento, como dissemos mais a cima, surgiram algumas lideranças que não optaram por luta armada alguma, esse é o Caso de Augusto Campos. A ação da PA ainda traria frutos para a oposição e o que mais importa para esta dissertação, essa herança ajudou a eliminar do sindicato dos bancários em 1979 a até então diretoria.

1.10 - A morte de Salvador Tolezano

Através das folhas bancárias, após a eleição de 1965, podemos notar os debates dos quadros sindicais e as suas intenções. O dirigente do Banco Nacional do Comercio de São Paulo, um comunista visado pelos militares, como veremos mais a frente, expos, nas folhas bancárias algumas das suas visões.

Salvador Tolezano era figura importante na organização sindical dos anos 1960, inclusive no final dessa década. Foi candidato na chapa de oposição vitoriosa nas eleições sindicais do ano de 1965, sendo eleito como dirigente executivo e membro do conselho da Federação dos Bancários do Estado⁸⁶.

Logo no início do ano de 1967 Tolezano iniciou uma nova coluna na Folha Bancária, com textos escritos por ele mesmo. A Coluna chamava-se “História do Movimento Operário e do Sindicalismo Mundial”. Na coluna, que saía a cada novo número do periódico, o dirigente se propunha a trazer leituras que explicassem para o conjunto da categoria um pouco sobre o pensamento socialista no decorrer da história. Na verdade, todos os escritos foram sobre os movimentos dos trabalhadores ingleses. Em janeiro de 1967 ele trouxe a formação do ludismo da Inglaterra e apresentou as contradições da sociedade inglesa do período⁸⁷; em Fevereiro ele recuperou as perturbações sociais inglesas marcadas no começo do século XIX⁸⁸; Já nos meses de Março e Abril ele trás um texto sobre o Socialismo Moderno e começou a mostrar as teses do owenismo para os leitores⁸⁹; Em junho de 1967 Tolezano escreveu sobre a conquista do Sufrágio Universal dos trabalhadores Ingleses⁹⁰ e prometeu, para o próximo número da Folha, avançar o debate sobre o cartismo e, bem com prometido, fez um texto sobre esse movimento de trabalhadores⁹¹. Nesse mesmo número ele encerrou a coluna alegando que:

“Com este artigo encerramos a história das lutas sociais dos tempos modernos na Grã Bretanha até o Século XIX, é de nosso agrado dar conhecimento aos leitores da F.B. o atual Sindicalismo na Inglaterra, mas no momento não

⁸⁶ Folha Bancária, Outubro de 1965. Número 277. Pág. 8.

⁸⁷ Folha Bancária, Janeiro de 1967. Número 293. Pág. 10.

⁸⁸ Folha Bancária, Fevereiro de 1967. Número 294. Pág. 5.

⁸⁹ Folha Bancária, Março e Abril de 1967. Número 295. Pág. 6 e número 297, pág. 5.

⁹⁰ Folha Bancária, Junho de 1967. Número 299. Pág. 8.

⁹¹ Folha Bancária, Julho de 1967. Número 300. Pág. 8.

assumimos esse compromisso em virtude que o nosso sindicato a partir de Agosto haverá uma nova diretoria, e logicamente o nosso jornal terá outra orientação.”⁹²

Já em 1967, após as eleições de agosto, Tolezano assumiu o posto de Secretario Geral do Sindicato. Não manteve sua Coluna, mas passou a assinar matérias que atacavam banqueiros e governo, mas isso, para algumas correntes políticas da militância bancária não era o suficiente. Na eleição de 1969, Tolezano É eleito Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Tornou-se alvo, não só da esquerda que havia rompido com o PCB, mas também da política de perseguição do Estado Militar. E um terrível acontecimento se abateu sobre a categoria bancária em São Paulo. Isso por que no final de janeiro do ano de 1970, Salvador Tolezano foi morto por Policiais Militares. “O Colega sindicalista foi vítima da perversidade de três soldados, quando retornava de Sorocaba, onde foi proferir conferência sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço”.⁹³ A situação do movimento sindical bancário de São Paulo diante das grandes percas nos anos 1960 não era das melhores e a morte de um de seus militantes de grande relevância agrava isso. Tolezano foi uma liderança que havia chegado à diretoria em 1965 e se elegeu presidente do Sindicato dos bancários de São Paulo na eleição de 1969⁹⁴.

Essa versão da morte do Presidente Tolezano foi contestada por outro militante e ex-dirigente sindical, José Aguiar⁹⁵, como podemos ver na pesquisa de Danielle Franco da Rocha:

“Há, porém, controvérsias sobre a morte de salvador Tolezano, na verdade sobre circunstâncias em que ele fora assassinado. Em entrevista, José Aguiar, bancário, e militante da oposição sindical bancária nos anos 1970, afirmou que estava junto de Salvador Tolezano no momento do ataque. Tolezano teria sido morto na porta do Branco do Brasil, na Avenida São João, entre o prédio do banco e o Edifício Martinelli, no centro de São Paulo, perto da sede do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Aguiar relata que estavam os dois na porta do banco por volta das 15 horas, distribuindo um panfleto que criticava as perseguições aos trabalhadores do Banco do Brasil, ‘Qualquer contestação, o funcionário era demitido sumariamente e, se

⁹² Folha Bancária, Julho de 1967. Número 300. Pág. 8.

⁹³ Folha bancária, núm. 316. Abr de 1970, pág. 2.

⁹⁴ Folha bancária, núm. 316. Abr de 1970, pág. 2.

⁹⁵ Aguiar também figura entre os quadros de oposição militante nos anos 1970, embora não tendo sido eleito dirigente em 1979, aja visto o fato de que o banco do Brasil havia lhe demitido e o mesmo havia sido preso, segundo sua entrevista.

houvesse, se a ditadura descobrisse qualquer envolvimento com a esquerda – era eliminado’

Segundo Aguiar, o panfleto denunciava irregularidades inclusive de setores importantes do banco como a CACEX, setor da carteira do comércio exterior ‘o panfleto citava essas empresas e pessoas jurídicas que tinham muita facilidade de arrancar dinheiro do Banco do Brasil se fosse servir à Ditadura’”⁹⁶

Segue a versão de Aguiar:

“Era uma sexta-feira, nós acabávamos de chegar no Banco do Brasil e começamos a distribuir três horas, quando foi três e dez ou três e quinze mais ou menos , encostaram duas viaturas, e os caras já desceram da viatura, de lado, do lado de lá, já desceram, pararam o trânsito e sentou fogo, sentou fogo! Atiraram em mim, atiraram no, aliás vieram pra (sic) matar mesmo, claro, o pivô mesmo era o Tolezano. Eu acabei levando um tiro na perna e fugi para dentro do banco e os funcionários do banco do Brasil me esconderam lá dentro e lá fui levado à clínica, ambulatório dentro do banco. Por sorte, por sorte que um médico do Banco do Brasil, Dr. Munhoz cuidou de mim, Cassio Munhoz, ele extraiu a bala e cuidou do meu ferimento. Eu fiquei dentro do banco, dormi de sexta para sábado e sábado para domingo, fui sair na segunda feira. Fiquei três dias escondido no banco. Sendo medicado pelo Dr. Munhoz. Mataram Salvador Tolezano nesta sexta-feira! Na terça ou quarta-feira é que acharam o corpo dele boiando no Rio Jundiáí.”⁹⁷

Esse fato é de grande importância, por que pode explicar um grande arrefecimento do movimento sindical bancário. O assassinato de Tolezano⁹⁸ pode implicar na hipótese de que o sindicalismo bancário havia sentido essa morte e que a máquina do estado estava disposta a esmagar o movimento sindical combativo de qualquer forma. O refluxo desse movimento é sentido logo em seguida. As greves cessaram, o sindicato não organizou mais, o jornal do sindicato despencou em números a ponto de ter de duas a três publicações por ano⁹⁹, não foram feitos mais jornais por bancos e as campanhas salariais foram feitas apenas para certos patamares salariais. O sindicalismo bancário estava acuado.

⁹⁶ ROCHA, Danielle Franco da. Bancários e Oligopolização: Avanços e limites nas lutas contra a superexploração do trabalho na ditadura militar no Brasil (1964 – 1980). Tese de Doutorado no programa de estudos pós – graduados em história da Pontifícia Universidade católica de São Paulo. 2013. Pág. 158.

⁹⁷ ROCHA, Danielle Franco Da. Bancários e Oligopolização: Avanços e limites nas lutas contra a superexploração do trabalho na ditadura militar no Brasil (1964 – 1980). Tese de Doutorado no programa de estudos pós – graduados em história da Pontifícia Universidade católica de São Paulo. 2013. Pág. 159.

⁹⁸ Que acaba sendo investigado pela comissão da verdade e história do sindicato, criada pela direção desse sindicato:< <http://spbancarios.com.br/11/2013/sindicato-estabelece-comissao-da-verdade> >

⁹⁹ Ver em: < <http://spbancarios.com.br/cedoc> >

1.11 - A Mudança do Trabalho Bancário

Por fim, para compreendermos como uma direção sindical, até dado momento combativa, torna-se a retaguarda do movimento é importante entender as mudanças do trabalho bancário e como a direção sindical reagiu a essas mudanças frente à categoria. E para compreendermos essa mudança do tipo do trabalho bancário é necessário mostrar como a bibliografia retrata essa transformação.

Em um estudo sobre esse tema, a socióloga Nise Jinkings nos dá a primeira indicação sobre automatização do trabalho bancário e a subjetividade desse tipo de trabalhador até antes dos anos 1960. Vale ressaltar que antes desse momento, ou seja, até o período proposto nessa pesquisa, o trabalho desempenhado pelos bancários nos locais de trabalho não é foco aqui, portanto, não será abordado. Após a segunda guerra mundial notamos uma concentração financeira no Brasil, uma intensificação desse processo. Nesse momento bancos fecharam ou foram absorvidos por outras instituições financeiras. Nise diz:

“André Accorsi nos aponta que a estrutura do sistema bancário era bastante simples até a década de 1960 e consistia basicamente dos bancos, com sua direção geral e agências. Na matriz do banco realizavam-se os serviços de administração geral, divididos entre a alta direção, a contabilidade, responsável pelo balanço geral do banco, a inspetoria, fiscalizadora dos serviços nas agências, o departamento de pessoal, a central de câmbio e a tesouraria. Às agências cabiam os serviços contábeis relativos ao movimento diário de captação e empréstimo e o atendimento à reduzida clientela, além das atividades de suporte ao atendimento, como atualização de contas correntes e arquivos, além de cálculos de juros.”¹⁰⁰

A divisão do trabalho bancário, nesse trecho está muito bem sinalizada. A realidade do trabalho bancário, nesse ponto, se mostrava muito mais ligada à burocracia administrativa e aos cálculos relacionados ao dinheiro do que à parte comercial. Para esses trabalhadores o trabalho era dividido em dois locais diferentes e cada local, matriz e agência, tinham trabalhos bem específicos. Mais para frente, em seu texto, Jinkings nos mostra mais um pouco desse trabalho:

“Os serviços nas agências desenvolviam-se sob a supervisão do gerente, encarregado e prioritariamente do aspecto comercial da empresa, e do contador, responsável pelo serviço administrativo, além das chefias intermediárias, como

¹⁰⁰ JINKINGS, Nise. O mister de fazer dinheiro: Automatização e subjetividade no trabalho bancário. Ed. Boi tempo. São Paulo, SP. Pág.29.

subgerente, subcontador, chefe de expediente. Os demais funcionários (escriturários) distribuíam-se nos setores de conta corrente, cadastro, desconto de títulos e contabilidade, ocupados com o controle e a escrituração dos papéis em circulação, executando em geral as atividades de suporte ao atendimento dos clientes. Aos caixas, que trabalhavam em local fechado com guichê de acesso aos clientes, cabia simplesmente o recebimento dos depósitos e o pagamento dos cheques, o que tornava extremamente limitado o conteúdo de seu trabalho.”¹⁰¹

Aqui podemos notar um pouco da rotina do trabalho em uma agência bancária comum. O dia a dia podia parecer tranquilo, mas não era. Segundo Canêdo, muitos trabalhadores bancários adoeciam, principalmente de tuberculose, fato que contribuiu para que a jornada de seis horas da categoria fosse implementada na CLT. Esse trabalho, não era mecanizado, portanto, todo feito à mão como mostra Jinkings no trecho seguinte:

“Naquela época, o atendimento à clientela era muito precário. Segundo Accorsi, a chegada de um cliente à agência para desconto de um cheque, por exemplo, desencadeava o seguinte fluxo de trabalho: o escriturário no balcão de atendimento recebia do cliente o cheque e entregava-lhe uma senha; o cheque, então, era enviado ao controle de caixa para o registro de sua entrada e, em seguida, encaminhado ao setor de firmas para conferência de assinatura e ao setor de contas correntes, onde era examinada a cartela com os dados da conta corrente, verificado o saldo disponível e anotado o débito da conta do cliente. Somente depois desse percurso é que o cheque era remetido ao caixa para pagamento e, posteriormente, enviado, enviado ao setor de contabilidade. Após o horário de atendimento ao público, procedia-se à operação ‘bate’, desenvolvida no setor de controle de caixa: eram conferidos os valores registrados no caixa e comparados aos débitos e créditos do dia.”¹⁰²

O trabalho, dessa forma, era lento, moroso, cansativo e bastante repetitivo. A rotina desse trabalho, contudo, mudou na década de 1960, após a implementação, por parte do Governo da reforma bancária. A reforma buscou centralizar o sistema financeiro nacional nas mãos da burocracia estatal, garantindo a seguida monopolização do sistema por alguns bancos e investimento em setores da construção civil, indústria e produção agrícola, mas isso sempre sob a batuta dos Militares.

¹⁰¹ JINKINGS, Nise. O mister de fazer dinheiro: Automatização e subjetividade no trabalho bancário. Ed. Boi tempo. São Paulo, SP. Pág.29.

¹⁰² JINKINGS, Nise. O mister de fazer dinheiro: Automatização e subjetividade no trabalho bancário. Ed. Boi tempo. São Paulo, SP. Pág.29.

A socióloga Leila Maria da Silva Blass relata as mudanças no cotidiano do trabalho bancário a partir dessa reforma.

“A Reforma Bancária, promulgada em dezembro de 1964, define as diretrizes do sistema financeiro brasileiro vigentes sem quaisquer modificações até recentemente. Cria, entre outros, o Conselho Monetário Nacional (CMN), presidido pelo Ministério da fazenda encarregado do ‘formular a política econômica da moeda e do crédito’, e o Banco Central, que devia executar a política econômica definida pelo CMN e fiscalizar o funcionamento das instituições Financeiras.”¹⁰³

A partir desse momento o caráter da função do bancário muda, e para Blass, esse trabalho torna-se de perfil mais comercial do que administrativo:

“Além disso, no final dos anos 1960, os serviços bancários são ampliados de tal forma que se transformaram em verdadeiros ‘supermercados de serviços’.

As agências bancárias tornam-se ponta de lança do conglomerado financeiro ao qual se achavam vinculados. Os gerentes assumem as tarefas de ‘vendedores’ de papéis e serviços aos clientes nas agências. Eles põem em andamento o processo de trabalho bancário na medida em que são a fonte e o tomador de recursos financeiros, Daí a competição entre os bancos, que muitas vezes assume uma verdadeira ‘caça aos clientes’, com campanhas publicitárias, promocionais, reformas na arquitetura e no estilo das agências, ampliação de estacionamentos e etc. Os bancos buscam reduzir os custos operacionais e, ao mesmo tempo, conquistar confiança do público, acelerando a tomada de decisões e o tempo das operações.”¹⁰⁴

Ou seja, acelera-se o tempo do trabalho dos bancários nas agências, o ritmo do trabalho passa a ser muito mais ligado à velocidade para agradar ao público, no que refere às vendas de serviços.

Existe ainda a normatização do trabalho nos bancos, uma padronização da empresa que regulamenta e dá uma lógica ao trabalho do bancário:

“O Banco Central, para exercer o controle e efetiva fiscalização do movimento diário dos bancos, busca por diferentes instrumentos homogeneizar os procedimentos contábeis. Com esse objetivo, institui em 1967 a Padronização Contábil dos Estabelecimentos Bancários (Paceb). Para atender às exigências dessa

¹⁰³ BLASS, Leila Maria da Silva. Estamos em Greve: Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários. Ed. HUCITEC, São Paulo, SP. 1992. Pág. 47.

¹⁰⁴ BLASS, Leila Maria da Silva. Estamos em Greve: Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários. Ed. HUCITEC, São Paulo, SP. 1992. Pág. 47.

deliberação as empresas bancárias criam regulamentos internos e os manuais de instrução, que definem as normas rígidas da rotina bancária à qual todos, inclusive chefes e gerentes, devem se submeter. Nessa Sujeição, o poder da norma transforma-se lentamente em hábito, cada vez mais arraigado, gerando uma postura rígida em face da execução das tarefas e uma conduta pouco flexível nas relações impessoais.”¹⁰⁵

Essa normatização acabou por impregnar de características completamente novas o trabalho desempenhado nos locais, tanto como a rotina e a saúde. A relação do trabalhador com o seu trabalho havia mudado radicalmente, a morosidade de antes não está mais presente e o Estado regulariza tudo e todos.

A mecanização, ou no caso dos bancários, automatização do trabalho também mudou os aspectos, o tempo e o tipo de trabalho bancário, criando novas dinâmicas e novos cargos dentro das instituições financeiras. A concentração do sistema financeiro, a competição entre instituições, os diversos serviços oferecidos aos clientes, o grande número de operações realizadas cada vez mais rápidas todos os dias tornou a automatização nos bancos ponto vital para as empresas.

“Nos anos 70, são introduzidos os sistemas de apoio gerencial que assessoram a gerência e alta administração, permitindo o acompanhamento periódico dos resultados das atividades dessas instituições por cliente, produto etc.”¹⁰⁶

A grande novidade da automatização desse trabalho, surgiu nos anos 1970, os Centros de Processamento de Dados (CPDs). Os bancos, impulsionados pela automatização, pela concorrência e pela rapidez da grande quantidade de informações começaram a implantar esses centros. Em outro trabalho sobre os bancários, Jinkings fala sobre eles:

“Foram essas estratégias que orientaram a introdução e o desenvolvimento acelerado da automação bancária no sistema financeiro nacional, desde a implantação dos grandes centros de processamento de dados, em meados dos anos 60. Conforme Sônia Laranjeira, a criação dos CPDs, com objetivo de reunir e

¹⁰⁵ BLASS, Leila Maria da Silva. Estamos em Greve: Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários. Ed. HUCITEC, São Paulo, SP. 1992. Pág. 48.

¹⁰⁶ BLASS, Leila Maria da Silva. Estamos em Greve: Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários. Ed. HUCITEC, São Paulo, SP. 1992. Pág. 49.

organizar os dados resultantes das operações realizadas nas agências constituiu-se no primeiro momento de introdução da tecnologia microeletrônica nos bancos.”¹⁰⁷

Blass, também fala sobre os CPDs:

“Surgem também os centro de processamento de dados (CPDs), As várias operações etapas do processo de trabalho são distribuídas e realizadas em diferentes locais, às vezes espalhados pela cidade ou nas várias regiões do território brasileiro. Desenvolvem-se nas matrizes, em inúmeras agências e nos CPDs, Estes, geralmente, próximos aos centros urbanos, controlam todas as transações das agências, efetuam uma série de tarefas antes realizadas nas próprias agências e centralizam as informações de todo o conglomerado, possibilitando a concentração do poder decisório.”¹⁰⁸

Como veremos no capítulo a seguir, os Centros de Processamento de dados (CPD's) são espaços de aglomeração, inclusive de bancários estudantes e jovens. Serão espaços de outro tipo de trabalho de outro tipo de encarecimento e de outra relação do trabalhador com a modernidade automática.

Por fim, foi também nos anos 1960, que os tributos e títulos passaram a ser pagos nos caixas de banco, ou seja, recolhimento de tributos e o pagamento de títulos passam a fazer parte da rotina do caixa da agência, função que extrapola o pagamento de cheques e saque de conta.

Com o pagamento de todos os tributos e títulos passando a serem pagos nas agências bancárias, a busca por mais clientes e venda de serviços, a concentração do sistema, a aceleração do tempo do trabalho e o surgimento de novas tecnologias e de novas formas de uniformização do trabalho, a característica do que era o trabalho bancário antes de 1960 muda radicalmente, um novo bancário havia aparecido, com outro ritmo de trabalho, com outro tipo de comportamento e, portanto, com outra relação com seu sindicato. A dinâmica da mudança desse trabalho deveria ser sentida pelo movimento sindical, os anseios desse novo tipo de bancário que aparecia precisavam estar nas discussões da direção sindical. Mas não estavam.

Ao que se pôde levantar, nas pesquisas das atas de reunião de diretoria, nas atas de assembleias e no periódico do sindicato não há nenhuma informação nesse sentido. Portanto,

¹⁰⁷ JINKINGS, Nise. Trabalho e resistência na fonte misteriosa: Os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro. Ed. Da Unicamp. São Paulo, SP, 2002. Pág. 112.

¹⁰⁸ BLASS, Leila Maria da Silva. Estamos em Greve: Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários. Ed. HUCITEC, São Paulo, SP. 1992. Pág. 49

é possível que a direção sindical tenha praticamente ignorado esse fato importante, que se refere à mudança do trabalho bancário, que mudou a característica da própria categoria.

A direção priorizou efetuar uma resistência obediente ao Regime Militar, que tentasse, no máximo, conscientizar os trabalhadores dos ataques sofridos, entendendo que não era possível derrubar o Regime ou descumprir regras organizando uma greve, por exemplo. Esse grupo de dirigentes tentou, dessa forma, barrar a perda dos direitos da categoria, falhando quase que em sua totalidade.

Sendo assim, pode-se afirmar que, para além da conjuntura do Militar, outros fatores levaram o grupo dirigente a perder o sindicato. É possível entender que a chegada, em 1979, da oposição à direção, foi um processo de desgaste, de acomodação e de tensões internas, do grupo com a conjuntura, com a categoria e com outras correntes políticas, entendendo o grupo como as pessoas que até então compunham a direção sindical. O fim do controle desse conjunto de pessoas no Sindicato dos Bancários de São Paulo é resultado direto da relação deles com a perda de direitos conquistados dos trabalhadores, da tentativa de realizar os acordos através da justiça do trabalho, do surgimento de novas visões políticas à esquerda, do aparecimento de novos atores militantes, mudança da forma de trabalho e, sobretudo, do refluxo do movimento sindical causado pelos governos Militares.

CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO DA OPOSIÇÃO BANCÁRIA A PARTIR DE 1972 E O RESSURGIMENTO DO SINDICALISMO COMBATIVO BANCÁRIO.

A história dos indivíduos das eleições no Sindicato dos bancários de São Paulo se mostrou bastante conturbada, devido à diversidade de pessoas que estiveram nas oposições que foram surgindo e se interpondo, mas sempre demonstrando continuidade após o Golpe Civil/Militar de 1964. Durante essa fase, como foi possível ver, surgiu um espaço em que a oposição sindical pôde ocupar. Mas como foi sendo construído esse espaço, ou, como foi possível? Como se deu essa construção e onde e quais as pessoas responsáveis por tanto? Para isso é preciso datar quando e como a oposição vitoriosa em 1979. Por isso pretendo usar, aqui, como data básica do surgimento da oposição o ano de 1972. Por quê? Esse ano é marcado pelo governo Médici e o milagre brasileiro, acontecimento econômico do qual bancários andavam bem na contramão, já que seu piso salarial era atrelado ao salário mínimo e crescia conforme salário ajustado pelo governo, e que, segundo Marcos Napolitano diz:

“Nenhum historiador sério, mesmo mais a direita, questiona que o desenvolvimentismo sem democracia imposto pela ditadura militar teve um alto custo social. O salário mínimo teve uma perda real de 25% entre 1964 e 1966 e 15% entre 1967 e 1973.”¹⁰⁹

Logo, os bancários, ao contrário do que se pode pensar, também tinham seus salários escorchados pelo Regime, inclusive, durante aquilo que se convencionou chamar de “Milagre Brasileiro”. A historiadora Letícia Bicalho Canêdo comenta sobre o desatrelamento do salário dos bancários ao Mínimo enquanto reivindicação da categoria:

“Esta última reivindicação era considerada de fundamental importância como tática de campanha. Ela mobilizaria os funcionários de bancos privados, pelo seguinte: durante o mês de maio, quando o Salário Mínimo era reajustado, o piso salarial dos bancários ficava abaixo do Mínimo, recebendo, então, grande parte dos bancários um reajuste sem a intervenção do sindicato”¹¹⁰

Podemos perceber, a partir desse trecho, que a grande massa de bancários, que em maio ficava com seu salário abaixo do mínimo, tinha seu salário reajustado em setembro (época da Data Base dos bancários) sem que o sindicato fizesse campanha salarial alguma, portanto desmobilizando a categoria. Esta se torna uma prática corriqueira.

¹⁰⁹ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. Ed. Contexto, 2014, São Paulo. Pág. 149.

¹¹⁰ CANÊDO, Letícia Bicalho. Bancários: Movimento Sindical e Participação Política. Ed. Unicamp, 1986, São Paulo. Pág.225.

Outro fato importante de ser destacado para se tomar 1972 como uma data essencial para a formação da oposição bancária é o episódio que apresenta um distanciamento de um militante importante da direção do sindicato e seu posterior racha com o conjunto. Esse indivíduo conflita com a situação e vai compor com o pessoal que viriam a serem lideranças essenciais em 1978 e em 1979.

É importante frisar, também, que o DIEESE, em 1977, descobre que o governo militar escondeu o índice inflacionário do ano de 1973, fato que teve relação direta na militância sindical no Brasil inteiro, inclusive os bancários, que recebem um reajuste completamente falso nesse ano.

Por fim, em 1972 ocorreu uma eleição sindical na qual detectamos um fato de grande importância, o surgimento de novas lideranças. Portanto, a partir desse ano e pudemos verificar a formação de um grupo de oposição. É o que veremos logo a seguir.

2.1 – 1972, um racha, uma eleição e uma construção.

Sobre a direção sindical bancária oficial e sua tentativa de controlar o sindicato e qualquer tipo de oposição com medo da repressão, Canêdo diz o seguinte:

“Dentro deste pensamento, seria necessário cortar qualquer espaço para o reaparecimento de grupos oposicionistas, e garantir as eleições na federação, evitando o elemento surpresa a perturbar o controle da situação, pois, diante do AI-5 e baseado nas experiências de 1968, tendiam a acreditar que outro tipo de organização só poderia prejudicá-los” ¹¹¹

Essa direção expressa esse receio em fazer um sindicalismo que enfrentasse os patrões e governo em vários momentos, mas o que mais se acentua é sua necessidade em recuar e manter um instrumento sindical controlado pelo Estado e corporativista. A folha bancária de 1972 deixa claro um posicionamento a favor desse vínculo, que em momento algum foi rompido, ou seja, estavam ligados com a forma de organização sindical criada por Getúlio e muito inteligentemente mantida e aprofundada pelos militares. Mas, além disso, a direção bancária recua desvencilhando-se de uma atuação que fizesse frente aos bancos e ao governo. Segue trecho onde a direção tentou reafirmar como vitória uma conquista de campanha salarial, que eles mesmos sabiam não se tratar de uma vitória:

“Começaremos dizendo que tanto 19,47% como 21% são aumentos irrisórios, injustos para a classe trabalhadora, que desde 1965 vem perdendo o valor real de seus salários em relação ao seu custo de vida, conforme pesquisa do DIEESE e de outras entidades, inclusive oficiais. Mas é a política salarial oficialmente determinada pelo Governo, que retirou o poder normativo da justiça do trabalho, isto é, a liberdade dos juízes trabalhistas decidirem sobre os aumentos salariais das diversas categorias, considerando, principalmente, os aspectos sociais das causas em julgamento.” ¹¹²

Quando se alega, criticamente, que aquele Governo (militar) tirou a liberdade dos Juízes do trabalho de julgarem as causas salariais, podemos notar uma diferença gritante com o que iria pensar o que viria a ser o Novo Sindicalismo, que reivindicava, já no final dos anos 1970, o fim dessa relação normativa da justiça do trabalho para a construção de uma política salarial negociada diretamente com os patrões. A direção sindical de 1972 estava fortemente

¹¹¹ CANÊDO, Letícia Bicalho. Bancários: Movimento Sindical e Participação Política. Ed. Unicamp, 1986, São Paulo. Pág. 215.

¹¹² Folha Bancária. Núm. 327. Nov/Dez de 1972. Pág. 4.

ligada à estrutura sindical de sua época, como pudemos ver, mas existe o forte indício de que o medo da repressão também, já estudado no primeiro capítulo, era muito poderoso e recente naquela direção.

A questão do arrefecimento do movimento sindical bancário é estudada por Canêdo em sua Tese de Doutorado, mas há um fato interessante que escapa e que é primordial para compreensão da formação de uma oposição muito mais vivaz que a direção que estava enraizada no sindicato e que tinha medo. Tal direção havia se conformado com a situação sindical em que se encontrava, não havia ali, naquele momento, aparentemente, algum tipo de resistência.

A professora Marilena Chauí defende que a sociedade Brasileira é ambígua, ou seja, dada a nossa formação e realidade altamente autoritária, o Brasil é um país em demasia verticalizado e patriarcal e que também se conforma com esse autoritarismo, mas resiste a partir de sua própria realidade. Desse modo se dá um processo que a professora chama de ambiguidade, um conceito importante a ser agregado nesse estudo.

A filósofa teceu um estudo chamado, “Conformismo e Resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil”, e analisa como se dá a conformidade e a resistência e explica sobre:

“Tentaremos, neste trabalho, aproximarmo-nos da Cultura Popular como expressão dos dominados, buscando as formas pelas quais a cultura dominante é aceita, interiorizada, reproduzida transformada, tanto pelas formas pelas quais é recusada, negada e afastada, implícita ou explicitamente, pelos dominados.”¹¹³

A partir desse trecho podemos trabalhar o conceito de Sociedade Ambígua que para a autora:

“Em decorrência do verde-amarelismo, dos populismos, do autoritarismo paternalista, frequentemente encontramos no Brasil uma atitude ambivalente e dicotômica diante do popular. Este é encarado ora como ignorância, ora como saber autêntico; ora como atraso, ora como fonte de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambiguidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação.”¹¹⁴

¹¹³ CHAUI, Marilena. Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil. Ed. Brasiliense, 2ª edição, 1986, São Paulo. Pág. 24.

¹¹⁴ CHAUI, Marilena. Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil. Ed. Brasiliense, 2ª edição, 1986, São Paulo. Pág. 124.

Esse conceito de ambiguidade é que será utilizado para construir a hipótese de que a formação de uma oposição se deu por dentro de um Estado autoritário e excludente, e um sindicalismo derrotado e medroso. A formação dessa oposição só foi possível com o que se pode chamar de esgotamento do que vou nomear aqui de sindicalismo bancário antigo.

Esse esgotamento começa e se pronunciar já em 1972.

Os fatos são claros ao serem analisados. Antes da eleição de 1972, como presidente do sindicato, se encontrava Eros Antônio de Almeida, sucessor de Salvador Tolezano. Seu secretário geral era Marcos Rogério de Paula e Marcos rompe com a direção. De olho na presidência do sindicato, o que seria uma sucessão natural, o dirigente reativou os jornais de agências, promoveu jogos de futebol dentre outras atividades¹¹⁵. Lança um jornal cujo nome era “*intersindical*” e logo outros jornais por banco foram aparecendo, ou seja, a lacuna de comunicação do sindicato com a base foi sumindo. Mas o problema mesmo se deu quando Eros foi chamado a depor no DOPS. A direção do sindicato isolou Marcos que acabou rompendo com o corpo diretivo e tentou se aproximar de pessoas para organizar uma oposição. Tudo isso está contido na pesquisa da Canêdo, uma pesquisa de fôlego, mas que não se propôs a investigar os indivíduos e suas ações dentro da história. Sua pesquisa não conta sobre Marcos, bancário do Banco do Comércio e indústria de São Paulo (COMIND) e nem sobre seus contatos para encabeçar uma chapa de oposição, fato que não tira o vigor da pesquisa de Canêdo. Mas foi possível descobrir, através de um documentário que homenageia Antônio Augusto de Oliveira Campos¹¹⁶ que, Marcos estava se encontrando com o mesmo e que esses encontros levaram à construção de uma chapa de oposição para a eleição de 1972. Segundo Augusto Campos:

“Além de eu participar disso, eu pegava às tardes, então eu chegava, em vez de chegar 7 horas ou 15 para às 7, como a minha aula acabava meio-dia eu podia chegar 15 horas da tarde 16 horas da tarde, então eu pegava as 16 horas chegava no sindicato e aí eu ia direto para a biblioteca do sindicato. E foi aí que eu conheci um diretor do sindicato, que ele era funcionário do COMIND e ele fazia um trabalho de organizar por banco e ele estava interessado, e ele não queira mais continuar com aquela diretoria e ele estava interessado em requisitar novas pessoas. Mas tinha o problema da polícia, qual de nós dois era da polícia, né? Então, eu tinha

¹¹⁵ CANÊDO, Letícia Bicalho. Bancários: Movimento Sindical e Participação Política. Ed. Unicamp, 1986, São Paulo. Pág. 216.

¹¹⁶ Antônio Augusto de Oliveira Campos, ou Augusto Campos, Augustão ou velho do Rio, foi dirigente sindical bancário, funcionário do Banespa e eleito presidente do sindicato dos bancários de São Paulo no ano de 1979.

desconfiança dele por que eu não sei se o cara era infiltrado lá e ele tinha desconfiança de mim, que pô, o que esse cara vem duas vezes por semana aqui, senta aqui na biblioteca e fica lendo os livros ou finge que lê os livros?”¹¹⁷

Mesmo com a situação que o movimento sindical bancário se encontrava, algumas pessoas entenderam que a saída para a reorganização estava na disputa interna, utilizando-se dos espaços internos do sindicato para se construir uma possibilidade de mudança, Augusto Campos aparece para sinalizar uma disputa por dentro:

“A grande Característica nisso, foi, a gente fazer uma oposição lá dentro, a gente não ficava fustigando e correndo, né? Então a gente ia lá, sentava a fazia a reunião.”¹¹⁸

É possível percebermos que o que propõe Marilena Chauí é bem evidente. Tratam-se de pessoas, militantes, que embora estivessem como dirigentes ou não, viram os limitadores de ação no movimento sindical, aceitaram, de certa forma se conformam com o sindicalismo corporativista, mesmo negando, e em seguida decidem agir, mesmo que por dentro, para tomar o sindicato. Essa ambiguidade está na proposta que a chapa em que Marcos Rogério e Augusto Campos formaram.

Não se pretende aqui entender esse conceito como determinante para a formação da oposição nem afirmar que a ambiguidade da sociedade é o único filtro para entender-se o popular, pois assim entraríamos em questões que fogem de nosso debate, mas é importante ter esse conceito ao menos para entendermos como foi que os bancários puderam agir dentro da estrutura sindical em uma sociedade autoritária em um período em que o Regime Militar estava bastante recrudescido.

A eleição de 1972 contou com duas chapas. A chapa número 2, ou chapa Verde, que era a chapa da situação, encabeçada por Eros. A outra chapa era a número 1, ou chapa azul, de oposição. As propostas da chapa azul trazem novidades e demonstram combatividade, e já aponta como proposta o “Sindicalismo Autêntico”, ou:

“É aquele que o sindicato mobiliza os bancários à ação reivindicatória. Esta mobilização não deve ser apenas em época de campanha salarial, mas constante,

¹¹⁷ Memória Sindical – Homenagem ao sindicalista Augusto Campos. Realizado por Crivelli Advogados Associados. São Paulo, 2014. 10 min e 20 segs.

¹¹⁸ Memória Sindical – Homenagem ao sindicalista Augusto Campos. Realizado por Crivelli Advogados Associados. São Paulo, 2014. 12 min e 47 segs.

com a formação de comissões nos locais de trabalho, incentivo a criação de jornais nas empresas e fazendo funcionar todos os departamentos do sindicato.”¹¹⁹

Algumas propostas como, identidade visual, criação de comissões, plano de carreira, contra a discriminação da mulher no trabalho, defesa dos trabalhadores financeiros e etc¹²⁰, podem expressar novidades e combatividade, mas o cerne principal do debate sindical ainda não estava lá, o atrelamento do sindicato ao Estado e a utilização desse aparato pelos militares. Essas críticas começam a aparecer, mas não nesse momento.

Portanto, o ano de 1972, é o marco fundamental do surgimento de uma oposição que só seria vitoriosa em fins de 1970. 1972 é, então, o marco fundador da oposição sindical por que indica uma aproximação dos quadros da direção com quadros militantes de base e com propostas que direcionam o sindicato para um sindicalismo com as bases do que viria a ser o “Novo Sindicalismo”. E esse aparecimento se dá frente ao cansaço do que já havia sido o combativo sindicalismo bancário, ao racha na direção e ao conjunto de pessoas que rodeavam o movimento sindical dessa categoria, como poderemos ver adiante.

¹¹⁹ Folha Bancária, núm. 326. Jun/Jul de 1972. Pág. 7.

¹²⁰ Folha Bancária, núm. 326. Jun/Jul de 1972. Págs. 7 e 8.

2.2 - Pessoas que se cruzam

Essa parte do texto tenta elaborar uma pequena Prosopografia da formação de um grupo a partir de pequenas biografias, portanto é importante salientar que, primeiro:

“Uma das preocupações dos historiadores que se valem dessa perspectiva é justamente avaliar a extensão da liberdade individual em diferentes contextos, mesmo diante de sistemas normativos opressivos e totalizadores. Tal questão foi trabalhada, por exemplo, no famoso livro de Carlo Ginzburg sobre o moleiro Menocchio, processado pela inquisição no século XVI por professar uma estranha cosmogonia. O Historiador italiano apontou para a singularidade do personagem, para a sua atipicidade em relação aos padrões sociais e culturais da época em que viveu; porém, em conhecida passagem, ressaltou os limites dessa singularidade: ‘[...] da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um’”.¹²¹

Segundo:

“Uma das primeiras perguntas que deve ser feita pelo historiador interessado em realizar uma biografia é: por que vale a pena biografar esse indivíduo? Ou, melhor ainda: que dimensões do passado são possíveis de se conhecer pesquisando a trajetória de determinado personagem? Deseja-se com isso dizer que uma biografia não se justifica por si só, mas pelo que ela pode contribuir para o avanço das discussões próprias ao conhecimento histórico. As respostas a tais questões podem ser bastante variadas. Por vezes a importância da atuação do indivíduo biografado em determinado contexto parece legitimar a investigação sobre sua vida, já quem sem a compreensão de suas experiências, seria impossível compreender/explicar certos processos e acontecimentos.”¹²²

O que é importante notar com os trechos propostos, é que as pessoas tomam suas decisões e fazem suas escolhas baseada em sua realidade material. O que se pode ver a seguir é que a formação da oposição se dá a partir das escolhas dessas pessoas e dos resultados delas, que vão se acumulando.

¹²¹ SCHIMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Novos Domínios da História. Rio de Janeiro, 2012. Ed. Elsevier. Pág. 194.

¹²²SCHIMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Novos Domínios da História. Rio de Janeiro, 2012. Ed. Elsevier. Pág. 195.

Além de ter 1972 como data principal para a formação da oposição dos bancários é preciso ter em mente que essa oposição vai se construindo com o decorrer dos anos e seus elementos, ora já estavam lá, por vezes estão próximos e em alguns casos são completamente novos. As ações de alguns sujeitos e suas trajetórias funcionam como uma espécie link, que colam e conferem sentido aos fatos históricos, dando liga para o fato (que está contido dentro do tempo), ligando-o a outro fato que o sucede ou que acontece simultaneamente. Um conjuminado de realidades que se trombam, que se entroncam, por vezes muito próximos, por vezes muito distantes, mas que formam uma realidade completamente outra. Essa conjunção, ou, essa rede de realidades sociais se dá na experiência dos atores sociais em espaços próprios, no nosso caso, se confluem no sindicato. Nesse espaço esses atores se entroncam, e por conta de sua experiência de classe, na própria classe, na antagônica ou no conflito entre ambas, dão resultado a um novo fato histórico.

Pretendo explicar isso no debate proposto nesse capítulo. Segue trecho de matéria do sindicato dos bancários, feita quando a entidade completou 90 anos:

“Ainda na década de 1950, um jovem vistoso e animado prepara-se para frequentar os charmosos bailes do sétimo andar do edifício Martinelli, na sede do Sindicato. A entrada era permitida somente aos bancários sindicalizados e ele era estafeta, assim eram chamados os office boys à época. Entrar para a categoria, no caso para curtir a domingueira dançante, se tornaria um dos maiores feitos da sua vida. O jovem era Nelson Silva, que se tornaria um dos grandes dirigentes da história do Sindicato. Ele conseguiu o trabalho no banco Irmãos Guimarães, voltou ao baile outro dia, e daí em diante, a vida foi uma mistura de paixão pela luta sindical e amor pela boemia.”¹²³

Fora essa vida boêmia, é possível extrair um pouco mais da vida militante desse jovem na mesma matéria:

“Segundo Nelson, Dick Silva¹²⁴ foi preso com ele várias vezes na época da ditadura militar. Com bom humor, ele considerava que o cachorro também era membro do PC (Partido Comunista). Diante das detenções, mal consegue explicar como se safou

¹²³ < <http://spbancarios.com.br/04/2013/paixao-pela-luta-sindical-e-o-que-constroi-historia> >. Última Consulta em 25/07/2018.

¹²⁴ Ainda segundo a mesma matéria: “Entre as recordações mais engraçadas estão as aventuras de Dick Silva, seu cachorro. Ainda no banco Irmãos Guimarães, Nelson não sabia o que fazer com o bicho de estimação que lhe foi dado de presente de casamento. Sua mulher passou-lhe a responsabilidade e ele não viu outra saída senão levar Dick ao trabalho. “Peguei o trem da Cantareira, que ficava próximo ao Mercado Municipal, com ele no colo. Cheguei no banco, me perguntaram: O que é isso? Eu falei, ‘mas será que vocês nunca viram um cachorro?’. ‘Mas dentro do banco, não!’. E eu disse: ‘Não! No meu cachorro ninguém mexe!’. Ele corria pra cima e pra baixo dentro da agência. Eu era chefe de conta corrente, e o cara perguntava o saldo, eu ia e o cachorro ia atrás de mim. ’ ”

inúmeras vezes das torturas praticadas à época, principalmente contra jovens considerados rebeldes, militantes políticos. ‘Conheci muita gente que foi torturada. Em uma situação, um amigo me disse que o Brilhante Ustra queria me ver. Fiquei esperando no DOI-Codi o dia inteiro, ouvindo os gritos de tortura de quem estava lá. No fim do dia o tenente chegou. Para meu alívio, estava atrás era de outro Nelson.’ ”¹²⁵

Nelson Silva, um funcionário histórico do Sindicato dos Bancários de São Paulo que aposentou-se no ano de 2004, trata-se de uma persona muito conhecida e prestigiada. Mas Nelson, um militante comunista, falecido em 2016, foi dirigente eleito em 1969, estava na chapa 1, candidato a suplente enquanto trabalhava no Banco Irmãos Guimarães. Foi eleito dirigente nesse ano e, como podemos ver no trecho a cima, Nelson era um militante combativo e comunista. Na eleição de 1972, Nelson já não estava mais na chapa da situação e nem na da oposição, a suposição é que ele possa ter sido demitido do banco, pois logo em seguida ele se torna assessor sindical, e dessa forma se mantém até a eleição de 1979, quando a oposição sindical vence. Nelson Silva esteve na mesma instituição de 1969 à 1979, ou seja, durante dez anos ele transitou entre direção e oposição, conseguindo se manter na estrutura do sindicato e teve contato com todas as chapas que se passaram desde então. Nelson conheceu Eros de Almeida, Marcos Rogério, Augusto Campos e outras figuras que em breve serão abordadas no decorrer do texto.

Entre os anos 1960 e 1970, até 1979, o sindicato produzia poucos boletins, ou a folha bancária, mas é possível encontrar no CEDOC do sindicato todas as folhas desse período e nelas existem informes dos acontecimentos principais da categoria, logo, há a possibilidade de encontrar artigos sobre as eleições, não são muitos, mas existem e podem ser usados.

Ao analisar as folhas bancárias desse período foi possível notar que algumas pessoas estão sempre em volta do sindicato, ora na situação ora na oposição, ou, às vezes na oposição, depois situação e depois novamente na oposição, outros estão sempre apenas na oposição. Ao estudar essas folhas nota-se, por exemplo, que durante o pleito de 1972 o candidato Acácio Leme da Silva, do Banco Itaú América S.A, figurava entre o quadro de candidatos da chapa 1, azul, de oposição¹²⁶. Logo em seguida, três anos depois, na eleição do ano de 1975 o mesmo havia sido eleito dirigente sindical junto da direção que era situação¹²⁷. Sua capacidade de mudar de posição ao que se parece, oscilava com bastante facilidade, por que após ser eleito

¹²⁵ < <http://spbancarios.com.br/04/2013/paixao-pela-luta-sindical-e-o-que-constroi-historia> >. Última Consulta em 25/07/2018.

¹²⁶ Folha Bancária, núm. 326. Jun/Jul de 1972. Pág. 7.

¹²⁷ Folha Bancária, núm. 335. Ago/Set/Out de 1975. Pág. 6.

dirigente Acácio, como é possível se deduzir, rompe com a situação e sai candidato, em 1979, novamente pela oposição sendo, de novo, eleito como dirigente sindical¹²⁸.

Ainda olhando para a folha bancária, mas complementando com outras fontes do DOPS, vemos que um funcionário do Banespa, estava candidato pela situação em 1972¹²⁹. Elieu Vieira Sobral tem uma trajetória interessante e já em 1967 segundo o Dops:

“É funcionário do Banespa, Agência Patriarca, exercendo função de Subchefe de serviço, há doze anos, (...) tem atuação ativa no meio sindical bancário que, em 1967, o declarante foi candidato a um cargo na diretoria executiva do sindicato, tendo perdido as eleições, mas não sofrendo continuação de, digo, solução de continuidade a sua participação na vida sindical bancária, que participou de várias convenções das quais municipais e estaduais, com finalidade de discutir problemas ligados à classe; que, em 1972 foi convidado a participar novamente das eleições sindicais sendo eleito para o período de 1972 à 1975, durante o qual ocupou o cargo de secretário geral dos bancários de São Paulo;”¹³⁰

O mesmo documento ainda alega que Elieu Viera era ligado ao grupo “Participação Ativa”, e que também era ligado ao PCB. Elieu, bancário do Banespa, candidato por duas vezes a dirigente sindical, uma em 1967 e outra em 1972 e que atuou na Participação Ativa, foi um bancário esteve presente em debates importantes do sindicato e podemos notar que esteve atuando no mesmo banco e no mesmo movimento em que esteve Augusto Campos¹³¹. Elieu Vieira já falava, em 1971, quando participa de uma convenção estadual, sobre o Sindicalismo Autêntico¹³², mote que viria a se tornar slogan da oposição em 1972. Em 1975 ele é eleito diretor da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, a FEEB-SP¹³³ e logo em seguida rompe com a situação e adere ao movimento de

¹²⁸ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 17 OS 0294, data limite 1977 – 1978. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 114.

¹²⁹ Folha Bancária, núm. 326. Jun/Jul de 1972. Pág. 7

¹³⁰ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 151 OS2138, data limite 1976 – 1977 doc. 09, folha 07. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 483.

¹³¹ Banco Banespa e o movimento era a P.A, Participação Ativa.

¹³² Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 16 OS0293, data limite 1977 – 1982 doc. 01. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 101.

¹³³ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social.

oposição sindical. Uma trajetória bastante antiga no movimento sindical que acaba por fechar com o grupo opositor e se elege dirigente em 1979.

Ao caso de Nelson Silva, Acácio e Elieu somam-se ao de Camilo Marcolino Pontes, funcionário do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, o COMIND. Camilo, segundo a Folha bancária da eleição de 1972, estava candidato pela oposição na eleição desse ano e é um dos poucos que perdura até o pleito de 1979. Somamos a eles também Marcos Rogério, que de todos é o único que não acaba concorrendo pela chapa de oposição em 1979.

Para amarrar essa ideia de uma rede social ainda precisamos perpassar pela trajetória de mais duas figuras importantes, são eles, Luiz Antônio Moreti e Antônio Augusto de Oliveira Campos. Um não aparece nos jornais oficiais do sindicato e o outro aparece em 1972, mas ambos são sujeitos importantes para se entender a liga que se dá para a formação da oposição de 1979.

Começemos por Antônio Moreti.

Antônio Luiz Moreti ingressa na vida bancária em 1972, aos 19 anos, sai de Poloni, no interior de Estado de São Paulo, rumo a capital:

“Afim de conseguir emprego que o gerente do banco Itaú, agência Poloni, lhe forneceu uma carta de apresentação recomendando-o como candidato a emprego na matriz do banco, em São Paulo; que o candidato submete-se ao teste de praxe, e após aprovado, passou a trabalhar como escriturário do Banco Itaú, à Rua Boa Vista, que o declarante permaneceu, aproximadamente, nove meses como funcionário do banco em questão.”¹³⁴

Depois do trabalho no Itaú, Moreti:

“Que em outubro de 1973, prestou concurso público para o cargo de Escriturário do banco do Estado de São Paulo; que tendo sido classificado no

Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 16 OS0293, data limite 1977 – 1982 doc. 01. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 102.

¹³⁴Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 16 OS0293, data limite 1977 – 1982 doc. 01. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 117.

referido concurso, o declarante assumiu o cargo em julho de 1974, na agência central, dito à Praça Antônio Prado.”¹³⁵

Pelo mesmo documento, em 1975 ele se filiou ao Sindicato e passou a frequentar as dependências da entidade e participou também de várias assembleias. O mesmo documento trata da formação acadêmica do militante, que cursa matemática na Fundação de Educação e Cultura do ABC. Já no ano seguinte de sua filiação ao quadro de associados do sindicato, Moreti já estava participando da VII Convenção nacional dos bancários e securitários, mais precisamente em julho de 1976, representando o sindicato. Em agosto do mesmo ano o bancário já estava em assembleia concordando com o percentual de 82% de reajuste a ser reivindicado e conchama a categoria a se mobilizar para alcançar a proposta.

Moreti acaba por se tornar liderança importante da Oposição Sindical e aparece ao lado de Augusto Campos como figura preciosa para esse grupo, como podemos perceber em entrevista com Luiz Azevedo, que também se torna um personagem necessário para a oposição:

“Ainda quando trabalhava no IBGE e cursava geografia na USP conheci um pessoal da oposição bancária. Luiz Antônio Moreti. Ele trabalha aí em São Paulo. Apesar de não ter entrado na chapa de oposição por motivo de saúde do pai que morava no interior, era uma das maiores lideranças na época, junto com Augusto Campos e Osvaldo Laranjeira. Foi com o Moreti que comecei a frequentar o sindicato e conhecer o pessoal da oposição antes de entrar no banco do Brasil, o que ocorreu dia 24/08/1976. Tomei posse no Banco do Brasil na agência de Osasco, onde conheci o José Carlos Correa, que também tem muito a falar sobre a oposição. Ali me sindicalizei e comecei minha militância nos bancários, em agosto de 1976.”

136

Portanto, Moreti não foi apenas um militante que participava do sindicato e das ações da oposição, mas era um quadro que organizava e que tentava trazer pessoas para fazerem parte ou apoiarem a oposição. Funcionário do Banespa, Moreti foi, como já dito, liderança ao lado de Augusto Campos. Transitou nos espaços de oposição e esteve nos espaços que os militantes estiveram, ele os conheceu, conviveu com eles, tomou ações e teve experiências

¹³⁵ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 16 OS0293, data limite 1977 – 1982 doc. 01. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 117.

¹³⁶ AZEVEDO, Luiz Antônio Alves de. Entrevista 1. (Abr. 2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

com aquelas pessoas. O espaço, por excelência dessa atuação, era o espaço da instituição sindical.

Sobre Augusto Campos¹³⁷ é necessário uma análise um tanto mais aprofundada, já que ele entrou para o banco em 1967, portanto ele acompanha quase todas as fases da oposição sindical e enfrenta várias situações conjunturais desde 1967 até se tornar presidente do sindicato em 1979:

“Houve uma reunião no Rio de Janeiro, eu acredito que fosse uma reunião nacional dos secundaristas, por que a gente era tudo de escola secundária, né? E a gente foi pro Rio. Se você perguntar pra mim assim: Você viu algum debate? Posso até ter visto mas não marcou nada (...) era mais, eu acho que o adolescente jovem, eu não sei o que eu era ainda, extasiado com o rio, né? E aí começa a surgir o debate sobre a participação dos estudantes, sobre a participação social. E isso tudo permeia 56, 57. Eu acho que permeia todo o governo de Juscelino Kubitschek. E aí, você vai cada vez mais se enfronhando e também nessa época eu vou pra trabalhar.”¹³⁸

Augusto trabalhou primeiro como Office Boy e depois foi para um banco. No banco tem contato com um dirigente sindical, faz sua primeira greve. Mas o marcante de sua trajetória, enquanto bancário se dá quando vem de Ribeirão Preto para São Paulo, que acontece em 1964. Quando ele fala que “*Depois eu tinha feito um concurso para o Banespa e feito o vestibular da USP, em economia.*”¹³⁹, podemos ter noção de sua situação enquanto um trabalhador que vira estudante em meio às reviravoltas do Golpe Militar de 1964. Segundo uma ficha de qualificação do DOPS¹⁴⁰ cunhada em 1978, Augusto Campos já tinha, até tal data, 11 anos de trabalho no BANESPA, o que nos leva a crer que o mesmo começou a trabalhar como escriturário em 1967, o documento apresenta uma cópia da CTPS e a data que conta a sua contratação no banco em de março de 1967. O fato de Augusto ser um estudante

¹³⁷ Antônio Augusto de Oliveira Campos, o Augusto Campos, é uma das figuras mais importantes da oposição bancária, e teve vários apelidos como, Augustão ou Velho do Rio. Portanto, sempre que aparecer, neste texto, qualquer um desses apelidos (em geral, dito pelos entrevistados), trata-se da figura de Augusto Campos.

¹³⁸ Memória Sindical – Homenagem ao sindicalista Augusto Campos. Realizado por Crivelli Advogados Associados. São Paulo, 2014. 3 Min e 14 segs.

¹³⁹ Memória Sindical – Homenagem ao sindicalista Augusto Campos. Realizado por Crivelli Advogados Associados. São Paulo, 2014. 6min e 40 segs.

¹⁴⁰ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 16 OS 0293, data limite 1979 – 1982, Doc. 03, 292p. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. A partir da página 145.

também é importante, mas que será estudado mais adiante, aja visto, o fato de que grande parte da oposição era jovem e estudante.

Logo Augusto teria que tomar uma decisão importante. Após o Ato Institucional Número 5, muitos militantes de oposição bancária foram para a guerrilha urbana e outros foram para a luta armada no campo. Nesse ponto é importante notar que a decisão entre a luta armada e entre a luta de massas cabe ao indivíduo, escolha essa que ele faz baseado em suas condições reais, em sua “*jaula flexível*”¹⁴¹.

Gilmar Carneiro, também membro da chapa eleita em 1979, fala sobre a decisão de Augusto sobre essa escolha:

“A decisão mais difícil da vida dele foi quando ele estava na USP, veio o Médici e fechou com o AI5, e aí o pessoal do movimento estudantil começou a ir pra a guerrilha e ele fazia economia na USP e falou ‘eu não vou para a guerrilha eu vou para a luta de massas.’”¹⁴²

Sua decisão o leva de encontro à continuidade da luta no meio sindical. Convencido de suas posições, Augusto permanece onde sua estratégia lhe parece mais acertada, onde ele vislumbra algum tipo de mudança. Dada a situação da política nacional e do recrudescimento do Regime Militar e seu fechamento com o AI 5 as escolhas para um militante se afunilam. Os jovens vão, ou para a guerrilha urbana ou para a guerrilha rural¹⁴³, a luta de massas surge um pouco mais tarde, como já foi citado. Augusto opta por ir para a luta de massas e começa a se aproximar da militância do movimento sindical bancário. Uma possível hipótese é de que sua escolha que pode ter sido resultado de sua experiência estudantil enquanto ainda secundarista, pela sua vida de trabalhador bancário que convivia no local de trabalho com mais outros estudantes e também militantes estudantis, e, por ter muito contato com o movimento sindical e seus militantes de oposição.

O que Augusto Campos estava pensando ia para além das reivindicações da categoria bancária e colidia com a realidade do sindicalismo no Brasil. É a mostra de que a sua atuação se dava, como dizia Marilena Chauí, conformada com a realidade do movimento sindical, mas resistindo por dentro para modifica-la. Mostra também que o conceito trabalhado por

¹⁴¹ GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo, 1987. Ed, Cia das Letras. Pág. 27.

¹⁴² Memória Sindical – Homenagem ao sindicalista Augusto Campos. Realizado por Crivelli Advogados Associados. São Paulo, 2014. 8min e 18 segs.

¹⁴³ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. Ed. Contexto, 2014, São Paulo. Pág. 12.

Ginzburg, de jaula invisível e flexível também pode ser utilizado no caso dos bancários e que o fato de estarem no mesmo espaço institucional gerou a formação de um grupo muito forte. Augusto dizia que:

“Houve uma ruptura muito forte no movimento sindical bancário a partir de 1964 com o golpe militar. Até então, a entidade era conduzida pelos integrantes do PTB e do PC. Após o golpe os partidos passaram para a clandestinidade, perdendo-se muito da organização. No início dos anos 1970 começamos a nos reunir a partir do movimento estudantil e dentro dos bancos públicos, como Banco do Brasil e o Banespa, para que a entidade tomasse outro rumo. Assim, não fizemos oposição ao sindicato, mas ao modelo vigente, ao imposto sindical, à interferência da Justiça do Trabalho.”¹⁴⁴

Bancários jovens, que também eram estudantes e lutavam pelo retorno de democracia, resistiam dentro de uma estrutura opressora e controladora. Foi assim que começou a se formar a oposição sindical vitoriosa em 1979. Um conjunto de pessoas, de uma classe social, que frequentaram espaços de resistência similares, que se encontraram no decorrer da militância, que em alguns momentos estão dentro da estrutura sindical e em outros estão fora, mas dentro e fora da direção, porém nunca da instituição ou da militância. A formação dessa oposição é importante para entendermos como ela vai se consolidar nos anos que antecedem a eleição de 1979. Entender esse começo é importante para entender não só a uma oposição dentro de um sindicato, mas a raiz de algo que viria a ser muito maior do que essa própria categoria e do que essa oposição. Ela é uma entre as várias que aparecem mais ou menos no mesmo período. Estudá-la é entender que a realidade no Brasil após os anos 1978 e 1979 é resultado da formação de uma sociedade que estava se formando a partir de um modelo de sindicalismo e de controle de Estado.

Os sujeitos que vimos até aqui são o elo entre uma oposição que transitou dos anos 1960 aos 1970. De 1967 até 1979 alguns sujeitos vêm e vão, se afastam e permanecem, apresentam novas figuras na militância, bem como Moreti, que não pôde se tornar dirigente em 1979 por ter que cuidar do pai, mas que trouxe Luiz Azevedo para o quadro das lideranças opositoras. Os militantes mais antigos ligam suas as ideias e experiências passadas, que foram de militância em época de AI – 5, de assassinato de militantes, de dificuldades de estar no sindicato, de se conformar e de resistir, com as novas ideias e experiências, de um tempo que,

¹⁴⁴< <http://spbancarios.com.br/04/2013/augusto-campos-inaugurou-uma-nova-forma-de-sindicalismo> > Último acesso em 15/05/2018.

no âmbito político, a situação é derrotada nas eleições em 1974, de estudantes que se encontram em frente à faculdade de direito do Largo São Francisco em nome das Liberdades Democráticas¹⁴⁵, ou seja, em suma a conjuntura apontava para um começo de mudança.

A escolha de estar na luta de massas de Augusto Campos e de outros militantes da oposição se mostrava acertada, já que:

“Em 1973, a morte de Alexandre Vanucchi Leme tinha deixado os *campi* paulistas em pé de guerra contra o Regime, e a missa em sua homenagem pode ser considerada o primeiro grande ato público contra o Regime Militar desde 1968. Ao que parece, novas articulações se fizeram dentro do movimento estudantil, deslocando o foco da revolução socialista para o tema das liberdades democráticas, ao menos no plano tático da luta estudantil contra o Regime. As organizações e tendências estudantis que não tinham apostado na luta armada ou que avançaram na luta autocrítica desta opção começavam a ganhar espaço, apostando na chamada política de massa para combater o Regime. No jargão da esquerda, isso significava ações políticas voltadas para a mobilização de amplos contingentes entre estudantes, operários e cidadãos em geral, e não mais ações violentas levadas a cabo por pequenos grupos armados.”¹⁴⁶

Aqueles bancários e bancárias estavam adentrando num terreno de militância que estava ressurgindo. As lutas de massa viriam a se tornar uma opção novamente e essa categoria estaria criando essa luta e a alimentando. Esse período chama atenção pelo fato de que bancários estavam ajudando a gestar uma outra forma de movimento sindical no Brasil.

¹⁴⁵ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. Ed. Contexto, 2014, São Paulo. Pág.257.

¹⁴⁶ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. Ed. Contexto, 2014, São Paulo. Pág.258.

2.3 - Juventude, trabalho, estudos, idas e vindas.

Uma característica importante da categoria bancária, no geral durante a década de 1970, é que ela se trata de uma categoria bastante jovem. No trabalho da socióloga Leila Maria da Silva Blass, no qual estuda a greve nacional dos bancários de 1985, uma greve histórica, ela faz um apanhado das características dos bancários e das bancárias, inclusive, a socióloga pensa a questão da idade dos bancários. Segue trecho:

“Outra característica da categoria Bancária na Grande São Paulo é a idade: de cada dois bancários, um deles tem, no máximo, até 24 anos de idade. Na faixa etária de 18 a 24 anos, estão 42% dos entrevistados (...). Destes, 24% tem de 21 a 24 anos; 24% tem até 40 anos, e apenas 7% tem menos de 18 anos.”¹⁴⁷

Ainda sobre essa especificidade dos bancários, Blass também trás outro dado importante:

“Essas variações ficam mais evidentes quando se cruza idade e tipo de banco. Nos privados grandes, concentram-se jovens até 25 anos de idade, ao passo que nos públicos estão os funcionários acima dessa faixa, até 40 anos.

Na Distribuição de cargos por idade, observa-se que 53% dos escriturários têm de 18 a 24 anos, enquanto 44% dos contínuos até 17 anos; e 51% dos digitadores tem de 25 a 40 anos, 55% dos caixas possuem entre 21 e 19 anos, em contraposição aos 43% dos comissionados e 52% dos gerentes, que têm de 30 a 40 anos.”¹⁴⁸

Outra informação importante:

“A escolaridade entre os bancários é relativamente alta. Em 1988, na região da Grande São Paulo, 17% têm curso superior concluído e 33% o 2º grau completo, sendo que 37% se declaram estudantes por ocasião da entrevista. Os que atingem o nível superior, 43% estão nos cursos de administração de empresas, economia, ciências contábeis ou matemática; uma parcela (15%) cursa direito, psicologia ou comunicação (publicidade) e os demais (42%) fazem medicina, odontologia, biologia, geografia, ciências sociais e etc.”¹⁴⁹

¹⁴⁷ BLASS, Leila Maria da Silva. Estamos em Greve! Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1992. Pág. 39.

¹⁴⁸ BLASS, Leila Maria da Silva. Estamos em Greve! Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1992. Pág. 39.

¹⁴⁹ BLASS, Leila Maria da Silva. Estamos em Greve! Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1992. Pág. 39.

Juventude é uma característica fundamental da categoria bancária, seguida da formação, em especial nesse caso, superior. A maioria do pessoal que compôs a chapa da oposição em 1979 nasceu entre 1950 e 1955, ou seja, tinham no máximo entre 24 e 29 anos. Se ao invés de pensarmos o ano de 1979 como base e tomarmos o ano de 1975, quando a maioria das pessoas já está atuando próxima da oposição, esses jovens tinham na faixa dos 22 e 27 anos¹⁵⁰. Portanto, são pessoas muito jovens, que representam e que se mostram um extrato dos bancários, uma categoria jovem em termos geracional.

Desses jovens e também dos mais velhos, que teriam no máximo 10 anos mais, pelo menos 7 tem formação superior, sendo que não foi possível se determinar a data de quando e onde eles se graduaram, mas é possível saber que até a eleição de 1979 já tinham formação completa. A característica da formação é variada, são várias as graduações, mas quase todas se dão em faculdades públicas¹⁵¹, onde o movimento estudantil se mostrava forte, atuante e voltando a se reorganizar.

Essa característica de militância de juventude que estava se graduando, não pertence apenas aos jovens dos anos de 1970, Augusto Campos, nos anos 1960 já estava compondo esse público e ainda mais, registra uma fala importante sobre os bancários:

“Quando eu entrei no banco eu fui trabalhar na matriz do banco, que é aquele prédio turístico de São Paulo e eu trabalhava durante o dia. E quando eu passei na USP, minhas aulas eram na parte da manhã. E aí eu soube que de noite, no banco, você tinha duas turmas que trabalhavam essencialmente com compensação. E aí eu pego a transferência para trabalhar a noite, às sete horas da noite. Então trabalhava nós da compensação e o pessoal da informática. E ali estava cheio de estudante, então nós éramos estudantes, militantes estudantil e a gente começou a refletir sobre o banco. Ali começou a militância. ”¹⁵²

¹⁵⁰ Para esse dado utilizei como base 11 bancários quadros da oposição e destes 3 são mais velhos nascendo nos anos 1940, tendo pelo menos 10 anos a mais do que a turma nascida na década de 1950. Os mais jovens são: Antônio Lucas Buzato nascido em 1951, Gilmar Carneiro dos Santos de 1955, Luiz Antônio Alves de Azevedo nascido no ano de 1955, Luiz Antônio Moreti, de 1953, Luiz Gushiken nascido em 1950, Rui Sá Silva Barro que nasce no ano de 1951, Sandra Costa de 1951 e Vitor Benda nascido no ano de 1950.

¹⁵¹ Luiz Gushiken e Gilmar Carneiro fazem sua graduação na FGV, uma faculdade privada.

¹⁵² Memória Sindical – Homenagem ao sindicalista Augusto Campos. Realizado por Crivelli Advogados Associados. São Paulo, 2014. 8min e 37 segs.

Luiz Azevedo¹⁵³ também deixa sua passagem. Ao ser perguntado se militou em alguma corrente política entre 1975 e 1979, responde:

“Em 1976 eu entrei para a TESICLA, que se relacionava com a LIBELU (Liberdade e Luta) na universidade. Saí logo depois. Acho que em 1977 ou 1978.”

154

Portanto, todos esses bancários já estavam no banco enquanto faziam sua graduação. O que nos leva a acreditar que, juventude, Universidade, movimento estudantil e sindical são espaços de construção de experiência militante. Esses militantes não são seres diferentes na universidade ou no trabalho, não se despem de suas ideias para estarem em um ou em outro, fazem sua militância em ambos os espaços.

A escolha que Augusto Campos teve que fazer talvez não fosse uma realidade imposta aos militantes mais jovens da oposição. Augusto era, pelo menos, 10 anos mais velho que boa parte dos quadros da oposição bancária e teve, como já foi visto, que se decidir entre luta armada e movimento de massas. Os mais jovens não tiveram que perpassar esse dilema, já que a luta armada no campo e na cidade, até 1975, já tinham sido praticamente aniquiladas pelo regime militar, sobrando a luta de massas como perspectiva de mudança social. Novamente evocamos a visão de ambiguidade da professora Chauí, de que resistência a conformismo são conceitos que estão muito presentes na realidade social brasileira. Aqueles militantes, não estavam rompendo com a ditadura e nem com o sindicalismo corporativo, mas estavam agindo por dentro da realidade de ditadura e de sindicatos emparelhados. E essa militância jovem, de esquerda, estudante e trabalhadora começa a se tornar responsável pelo crescimento da oposição bancária entre os bancários que estavam em seus locais de trabalho.

É interessante ressaltar também que, dos militantes pesquisados (até agora dez), a maioria (nove dos dez) não nasceu na capital paulista ou em São Paulo, quatro são de fora do Estado e 5 do interior de São Paulo. Elieu Vieira Sobral, Natural de Juiz de Fora em MG, Gilmar Carneiro de Inhambupe na BA, Rui Sá Silva Barros era Baiano natural de Salvador e Sandra Costa, nascida em Rio de Janeiro, capital. São atores de realidades que, embora diferentes, apresentam características similares, já que segundo Napolitano:

¹⁵³ Antônio Luiz Alves de Azevedo pode aparecer aqui como, Luiz Azevedo ou Luizinho Azevedo, como é geralmente conhecido.

¹⁵⁴ AZEVEDO, Luiz Antônio Alves de. Entrevista 1. (Abr. 2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

“Expulsos pela tradicional miséria social e falta de oportunidades de trabalho no meio rural brasileiro, sobretudo no Nordeste, dominado por latifundiários que entendiam a terra como fonte de renda, prestígio e especulação, os camponeses chegavam à cidade dispostos a trabalhar em qualquer lugar, sob as condições mais insalubres recebendo baixos salários.”¹⁵⁵

O Trecho trata da relação entre Cidade e Campo durante a implementação dos planos econômicos dos militares entre os anos 1960, 1970 e 1980, e como as pessoas saem de um lugar para o outro atrás de vida digna.

“Se o regime militar não tinha inventado este processo de êxodo rural, desencadeado desde os anos 1950, ele o incrementou sem as devidas políticas sociais atenuantes. Mas o pleno emprego dos tempos do milagre e controle da inflação, sobretudo nos itens básicos de subsistência, atenuavam os efeitos da superexploração, dos baixos salários e das dificuldades vividas pelo migrante e sua família no meio urbano. Em pouco tempo a distribuição da população brasileira entre campo e cidade se inverteria, expressando um dos mais dramáticos e súbitos casos de êxodo rural de toda a história”¹⁵⁶

Não é possível se levantar, de dentro da categoria bancária, mais ou menos quantos trabalhadores e trabalhadoras vieram do interior do Estado ou do Brasil para São Paulo, mas em relação aos militantes existe a possibilidade de se ter uma ideia deste êxodo. Os bancários que se tornam ativos politicamente, em quase todos os casos, vêm de suas cidades e estados para terem oportunidade de trabalho e de estudo. Augusto Campos, Luiz Azevedo e Luiz Antônio Moreti são exemplos desse tipo de mudança que resulta na composição da categoria bancária nos anos 1970. Luiz Azevedo diz sobre sua história:

“Luiz Antônio Alves de Azevedo nasceu no Córrego da Panela, região de Azevedo Marques, município de Viradouro, em 05 de dezembro de 1955. Meus pais trabalharam em terras alheias no sistema de parceria a 30%. Cresci em uma casa simples, piso de terra. Cimento só nos quartos e sala. Aos 7 anos iniciei meus estudos na escola primária da região, ao lado da Estação Ferroviária de Azevedo Marques, por onde passava o Maria Fumaça, que ligava Ibitiúva a Viradouro. A escola se resumia a uma única sala, onde pela manhã estudavam o 1º e 2º anos, ao mesmo tempo com a mesma professora, e à tarde o 3º e 4º anos. Tínhamos porcos,

¹⁵⁵ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. Ed. Contexto, 2014, São Paulo. Pág.165.

¹⁵⁶ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. Ed. Contexto, 2014, São Paulo. Pág.165.

galinhas e plantávamos arroz, feijão, amendoim, laranja, fumo, mamona, mandioca, batata, melancia, milho e café.”¹⁵⁷

Luiz Azevedo também ressalta:

“Em 1966 terminei o primário e já não havia escola para eu e minha irmã mais velha. A mais nova ainda estava no terceiro ano. Foi então, que vendemos tudo que tínhamos e fomos morar em Bebedouro (SP). Com o dinheiro conseguimos comprar gás, fogão, geladeira, um cilindro a mão e passamos a fazer pastéis. Eu saía de cedo para vender nos bares, que os revendiam. Vendia também nas portas de fábricas e saídas de boias frias. Trabalhava o dia todo vendendo pastéis e fiz o curso de admissão, o quinto ano da época. Fiz o ginásio Industrial Estadual de Bebedouro, onde além das matérias de rotina (na época havia Educação, Moral e Cívica), estudei e aprendi muito de marcenaria, eletricidade, ferramenteiro, torneiro mecânico (madeira e metais), fresador.”

Por final, também sobre Luiz Azevedo, sobre sua busca e sua vinda para São Paulo é importante ressaltar que ele se lembra de que:

“Decidi que ia fazer física na USP e prestar concurso público no Banco do Brasil e no IBGE. Nesta época, já havíamos comprado um bar no centro da cidade. Eu trabalhava das 7 horas até as 18, quando ia tomar banho e ir para o colégio, de onde retornava às 23 horas para lavar o bar e repor as bebidas no balcão frigorífico. Como passei no Banco do Brasil e no IBGE, fui a São Paulo para prestar vestibular na USP em 1975 e tomar posse no IBGE, em janeiro de 1976 (o primeiro que chamou). Fui de carona, porque não tinha dinheiro para gastar com passagem. No caminho fui lendo a Geografia da Fome de Josué de Castro, razão pela qual cheguei na USP e me inscrevi em Geografia.”¹⁵⁸

Não muito diferente de Luiz Azevedo, Augusto Campos também remonta suas origens:

“Eu vivia em Altinópolis, uma Cidade a uns 60 km de Ribeirão Preto, mas muito próxima de Minas Gerais. Que eu lembro bastante e que marcou demais, é que a gente tinha muito espaço. Mesmo que fosse uma casa de classe média baixa, o quintal era enorme, cerca de uns cem metros quadrados. (...) Quando a gente vai

¹⁵⁷ AZEVEDO, Luiz Antônio Alves de. Entrevista 1. (Abr. 2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

¹⁵⁸ AZEVEDO, Luiz Antônio Alves de. Entrevista 1. (Abr. 2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

para Ribeirão isso aí é cortado. E aí a minha família para se sustentar, a minha mãe passou a ter uma pensão.”¹⁵⁹

Mais para frente, Augusto começa a trabalhar e alia essa realidade com um início de militância estudantil:

“Aí eu trabalhei num cartório, como office boy, né? E depois eu fui, que eu saí desse cartório, eu fui trabalhar, depois de uns dois anos eu fui trabalhar num banco. E aí eu tive o primeiro contato, por que um dos diretores do sindicato trabalhava no mesmo banco que eu fui trabalhar.”¹⁶⁰

Sua vinda para São Paulo se dá da seguinte forma:

“Em 1964 eu tinha 22, 23 anos, aí disseram que tinha um emprego em São Paulo, mas tinha um emprego, quer dizer, não era pra eu vim procurar, não, eu já tinha um emprego em São Paulo. Então eu vim como veio, sei lá, 90% do povo de São Paulo, né, que veio para trabalhar. Depois eu tinha feito um concurso pro Banespa e feito o vestibular da USP em economia.”¹⁶¹

Moreti também passa por esse processo de vinda para São Paulo, direto de Poloni (Cidade próxima de São José do Rio Preto), conforme expressa documento do DOPS, quando é recomendado para trabalhar no banco Itaú em 1972¹⁶² e vem de sua cidade para a capital do estado atrás da vaga de emprego.

Esses não foram os primeiros e nem os únicos a saírem do interior do estado ou do país em busca de emprego, ao que se percebe boa parte da oposição bancária não é originária da capital de São Paulo, o que fortalece a ideia de grande migração dos trabalhadores, durante a década de 1970 em busca de condições melhores ou dignas para se viver.

Mas o que isso reflete? O que esse levantamento pode explicar, ou pode trazer para entender-se a constituição da oposição bancária?

O reflexo dessa realidade é a novidade. Aqueles militantes não tiveram as mesmas vivências experimentadas pelos militantes da Capital. Um militante sindical, que nasceu e viveu em São Paulo nos anos de 1960 viu a repressão aparecer de forma a esmagar esse

¹⁵⁹ Memória Sindical – Homenagem ao sindicalista Augusto Campos. Realizado por Crivelli Advogados Associados. São Paulo, 2014. 1min e 56secs.

¹⁶⁰ Memória Sindical – Homenagem ao sindicalista Augusto Campos. Realizado por Crivelli Advogados Associados. São Paulo, 2014. 4min e 32secs.

¹⁶¹ Memória Sindical – Homenagem ao sindicalista Augusto Campos. Realizado por Crivelli Advogados Associados. São Paulo, 2014. 6min e 14secs.

¹⁶² Ver página 12, citação 28.

movimento, não só bancário, mas no país todo. Viu o presidente do sindicato dos bancários ser assassinado pela polícia militar, viu seus direitos duramente conquistados, ruírem e viu que qualquer forma de reação seria perigosa para eles e para a categoria. Estavam imobilizados. A lei que proibia a greve, somada ao sindicalismo corporativo e atrelado ao Estado, criado por Getúlio, amarrava o movimento sindical visto por essas pessoas. Estava difícil fazer sindicalismo.

Os bancários que configuraram a oposição, agora revigorada, em sua grande maioria não viu isso acontecer, vieram de outra realidade, de outro período, estavam chegando ao banco, na cidade, nas faculdades. Estavam dando vida nova à militância, estavam construindo uma forma nova de agir no sindicalismo bancário de São Paulo.

O grande reflexo é que essa busca por trabalho, por uma vida digna, e em alguns casos, de militância contra o regime, gera uma ação desprendida do sindicalismo oficial criado na década de 1930. Aquelas pessoas não apoiaram o presidente Getúlio, morto em 1954 durante sua eleição e sua queda. Elas não estavam ligadas a esse sindicalismo ou a essa tradição sindical. O novo, a novidade era a possibilidade para eles.

2.4 - A oposição se organiza: 1975 e 1977.

A partir do ano de 1975, com o grupo de oposição bastante consolidado suas ações sindicais passam a incomodar a direção sindical. O grupo estava atuando da seguinte forma, como podemos notar no depoimento do presidente do sindicato dos bancários que os denunciava sobre suas ações:

“Que, o declarante exerce a presidência do Sindicato dos Bancários de São Paulo, há dois anos; Que, há questão de um ano, em época da campanha salarial, o declarante informa que um grupo de descontentes com as decisões da assembleia constituída, procuraram arregimentar elementos alheios à classe, inclusive menores, com a finalidade de tumultuar o bom andamento das decisões a serem tratadas, utilizando-se de uma tática de ‘esvaziamento’ das assembleias, a fim de poderem contar com a maioria e consequentemente decidirem em nome da classe os assuntos postos em votação, utilizando-se daquele esquema; Que, tal grupo na noite de ontem (25/08/1977), após terem se dirigido ao Sindicato dos Bancos, encontrando o mesmo fechado, dirigindo-se à sede do Sindicato dos Bancários, adentrando na mesma afim de se reunirem, afim de, digo, sem autorização da diretoria, com a finalidade de marcarem nova reunião com a finalidade, digo, para entrega de abaixo assinado, exigindo maior índice de reajuste salarial (sessenta e cinco por cento); Que embora aquele grupo já tenha conhecimento da decisão da assembleia que autorizou a diretoria do sindicato da classe a firmar o acordo, querem dar o seguinte prosseguimento a campanha salarial, não reconhecendo a decisão da assembleia realizada no dia 17/08/1977.”¹⁶³

O trecho acima demonstra em primeiro lugar, uma posição oficial do sindicalismo bancário de 1977 frente às ações da oposição sindical e demonstra em segundo lugar, uma forma de agir da própria oposição, forma de agir reflexo de um novo tempo, de uma posição de pessoas que, em sua maioria, viveram durante parte fundamental de suas vidas, fora da realidade opressiva do trabalho na capital e que não experienciou um período de resistência do final dos anos 1960 e do endurecimento do regime militar, onde militantes foram assassinados e perseguidos. Essas pessoas chegam ao movimento sindical, já na metade para o fim da década de 1970, vindas de outras cidades e outras realidades, de enfrentamento, ou

¹⁶³ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 184 OS2138, data limite 1977, Doc. 09, folha 05. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. A partir da página 479 do pdf.

não, ao governo militar. O medo que existia naqueles que eram mais velhos, frente a essas novas pessoas, estaria sendo vencido por várias questões, as quais serão estudadas em breve.

A partir da eleição do ano de 1975 a configuração da oposição bancária começa a mudar, novos quadros começam a aparecer, novos nomes, novos ares, ideias, experiências, formas de luta e etc. Embora a eleição de 1972 ainda permanecesse recente, o ano de 1975 apresenta uma mudança do próprio movimento sindical bancário e do movimento de oposição. O sindicalismo oficial passa a agir de forma mais truculenta, como pudemos ver no trecho citado do documento do DOPS acima. O presidente do Sindicato dos Bancários, que naquele momento era Francisco Fernandes Teixeira, é responsável pela queixa feita na polícia, e a denúncia é sobre de um tipo de ação sindical, que talvez ainda não tivesse sido experimentado pelos bancários, a ocupação do sindicato pelos seus militantes.

Augusto Campos já havia dito que a batalha pela direção do sindicato fora travada por dentro do sindicato. O que veremos é que a radicalização desses jovens, homens e mulheres, vindos de várias partes do Brasil e de São Paulo se dá por dentro do sindicalismo antigo, medroso e oficial. A partir de apenas um sindicato não é possível romper com ele, mas é possível tomá-lo. As ações internas na máquina sindical se dão de diversas formas, mas o momento principal em que essas ações aparecem são os de eleição e os de campanha salarial. São os períodos mais férteis que a oposição encontra para conseguir dialogar de forma que bem mais efetiva com a categoria bancária.

Como já foi dito, o material da oposição sindical é raro de ser encontrado, muito se perdeu ou muito está em acervos pessoais de difíceis acessos, e o centro de documentação dos bancários conta com raros documentos, mas a sua raridade e sua riqueza de informações compensa a falta de material.

Na campanha para a eleição de 1975, um documento da chapa 2, feito para bancários banesbianos¹⁶⁴ mostra um pouco sobre o que pensa aquela oposição:

¹⁶⁴ Centro de Documentação dos Bancários - CEDOC

PREZADO(A) COLEGA BANESPIANO(A)



Tomamos a liberdade de nos dirigir nominalmente a você com o objetivo de nos apresentar como colegas candidatos às Eleições Sindicais pela CHAPA 2 - DE OPosição.

Banespianos com tempos de casa, sempre lutamos pelos problemas que nos afetaram, estamos perfeitamente conscientes das nossas atuais dificuldades e conscientes, também, de que somente uma união de todos nós, em torno das mesmas, poderá nos trazer resultados positivos.

NÃO ACREDITAMOS QUE AS "LIMITAÇÕES IMPOSTAS À ATUAÇÃO SINDICAL PELA LEGISLAÇÃO COERCITIVA" SEJA JUSTIFICATIVA VÁLIDA PARA SE EMITIR DA LUTA. ACREDITAMOS, ISTO SIM, QUE DIANTE DE TAL SITUAÇÃO, EXIGE-SE APENAS DO LÍDER SINDICAL E DE TODA A CATEGORIA UM ESFORÇO MAIOR PARA SE CONSEGUIR BONS RESULTADOS.

Ao lado dos problemas gerais que afetam a Categoria Bancária, nós, Banespianos, possuímos os nossos específicos como:

- transferências abusivas de horário e local de trabalho
- jornada de 8 horas para os Caixas sem remuneração extraordinária
- sistema imperfeito e discriminatório de avaliação
- situação dos funcionários com quadros de carreira em extinção como Contínuos, Artífices e Chefia
- sistema discriminatório e viciado para as promoções à Administração
- falta de aplicabilidade dos novos cursos e métodos administrativos
- problema da incorporação do anuênio ao salário aplicado ao pessoal do ex-Emissor
- distorções da atividade da CABESP
- discriminação sofrida pela mulher na avaliação
- falta de berçário
- discriminação com os funcionários dos Bancos incorporados
- rigor excessivo para as justificativas de faltas ao serviço
- redução salarial de 10% sofrida pelo pessoal da noite
- inexistência de normas que favoreçam ao Banespiano estudante
- reestruturação do Quadro de Carreira — etc.

A maioria destes problemas são amparados por lei e poderiam ter sido resolvidos, facilmente, pela Diretoria do nosso Sindicato se houvesse o mínimo de objetividade e combatividade.

Diante deste cenário que se repete e agrava de ano para ano, NASCEU A CONVICÇÃO DA NECESSIDADE DE UMA AGLUTINAÇÃO DE TODA A CATEGORIA EM TORNO DA CHAPA 2 — DE OPosição, renovação de idéias e homens, como forma viável de se lutar pelas nossas reivindicações.

Assim, apresentamos o NOSSO PROGRAMA. Não possui ele a extensão do inatingível nem a utopia do irrealizável. Apresenta aquilo que, de imediato, deve ser abordado por nós e é passível de ser conseguido. Não estamos pedindo para confiar no nosso trabalho individual dentro do nosso Sindicato. Estamos lançando UM CONVITE PARA LUTARMOS JUNTOS por aquilo que nos é de direito.

antonio AUGUSTO o. campos
ADGER-DEFIN

carlos CESAR micalli
CANTU - NASBE

osvaldo g. KELLER o.
azevedo - NASBE

Figura 1 Carta da Oposição aos Banespianos

O que se pode notar é, em primeiro lugar, uma forma de fazer sindicalismo diferente da já existente. Em segundo, que os militantes da oposição conheciam profundamente muitas das dificuldades existentes nas condições de trabalho dos banespianos. Isso é possível por que, como disse Augusto Campos, boa parte dos funcionários do Banespa era jovem e engajada, e por que havia um grande interesse, ou necessidade política, por parte da oposição em conhecer a realidade do trabalhador bancário. Esse conhecimento da realidade só é possível através da constatação, é necessário que alguém fale sobre os problemas ou que eles sejam verificados no próprio local de trabalho, portanto, podemos notar que pelo menos no Banespa, a oposição tinha muita informação a cerca dessa realidade vivida pelos que trabalhavam nos prédios e nas agências.

O material acima deixa claro um posicionamento desses militantes, uma forma de luta que se pautava pela realidade do trabalhador e que fosse minimamente palpável. Quando alegam que os problemas enfrentados são “amparados por lei e poderiam ter sido resolvidos, facilmente pela diretoria” e que o programa da chapa 2 “Não possui ele a extensão no inatingível nem a utopia do irrealizável. Apresenta aquilo que, de imediato, deve ser abordado por nós e é passível de ser conseguido.”, eles estão mostrando suas intenções. O que se pode notar é a necessidade de estarem dentro do sindicato dirigentes combativos, que entendam a realidade dos bancários para que assim, de forma plausível, possam torná-la mais justa. Não era uma promessa de total subversão da ordem, ou uma proposta de acabar com o tipo de sindicalismo vigente, era antes de tudo, uma forma de tentar organizar que levasse em consideração a estrutura sindical existente, mas que ainda assim, fosse possível trazer algum tipo de justiça aos que trabalhavam.

Em outro material da oposição, deste mesmo ano, que manifesta o programa da chapa 2 podemos ver trechos que reclamam da capacidade de compra que o salário pago pelos bancos propiciava e aponta uma solução para esse problema:

“Hoje, a principal preocupação do trabalhador bancários é o SALÁRIO.

Nos corredores dos bancos, nas mesas de trabalho, nas ruas ... a grande preocupação manifesta em nossas fisionomias é: De quanto será o aumento?

Nossa categoria tem assistido a uma vertiginosa queda do nosso PODER AQUISITIVO afetando, seriamente, nossas condições básicas de sobrevivência.

Sentimos diariamente essa perda nos alimentos comprados, no aluguel pago, no material escolar adquirido, na condução, nas despesas médicas, etc.

Sem apoio de um SINDICATO ATUANTE E AUTÊNTICO, bloqueado que está pela OMISSÃO da atual diretoria, sentimo-nos obrigados a trabalhar mais horas por dia, a optar pelo duplo emprego, a lançar mão do trabalho da mulher e dos filhos para contornarmos a situação.”¹⁶⁵

Mais para frente:

“A CHAPA 2 – DE OPOSIÇÃO – A isto se compromete.

Apresentamos aos trabalhadores bancários a nossa proposta de luta para que a nossa categoria se organize dentro do nosso SINDICATO.

Para que lá, unidos, possamos elevar a capacidade de conquista dos BANCÁRIOS aos níveis elevados que já esteve.

“Para, com isso, reconquistarmos as condições de vida DECENTES E JUSTAS, dignas por Direito Natural, a todos os trabalhadores.”¹⁶⁶

Essa oposição, como é possível de ver, se colocava de forma a ser uma diretoria sindical mais assídua que a situação e mais combativa, na luta por condições salariais melhores para todos e todas, bem como condições de trabalho. O termo *Autêntico* utilizado no panfleto remete a um sindicalismo verdadeiro, com origem na luta pelos trabalhadores. Assim como na eleição de 1972 ele reaparece em 1975, o sindicalismo autêntico que os bancários almejavam é o que viria a se tornar, lá na frente, aquilo que se chamou de “novo sindicalismo”. Esse sindicalismo autêntico era o que precedia o novo, ainda em gestação, e que ainda não estava pronto para tentar romper com a estrutura sindical posta até aquele momento.

Mas para continuar compreendendo a formação da oposição bancária alguns elementos mais precisam ser pontuados de forma breve.

Os períodos de eleição e de campanha salarial eram os mais férteis para o trabalho de base da oposição sindical, assim como já dito e somado e essas oportunidades estão a sua juventude, sua militância estudantil, seu desprendimento com a forma sindical existente, suas possibilidades de escolha entre a luta de massas e o combate armado, mas também o elemento conjuntural, que propulsiona a luta dessas pessoas é importante para se entender por que aquele grupo conseguiu se tornar hegemônico.

¹⁶⁵ KAREPOVS, Dianis, Org. A História dos bancários: Lutas e conquistas – 1923 – 1993. SEEB-SP, 1994. Pág. 87.

¹⁶⁶ KAREPOVS, Dianis, Org. A História dos bancários: Lutas e conquistas – 1923 – 1993. SEEB-SP, 1994. Pág. 87.

Um desses elementos, cruciais é a distensão, “*lenta, sem pressa, devagar, gradativa, por etapas*”¹⁶⁷. Mas o *Boom* que vai rachar a realidade de linha dura e dar novos ares para as mentes mais politizadas são as eleições do ano de 1974, quando a ditadura é surpreendida por algumas derrotas em vários pleitos.

“A derrota foi uma catástrofe para o governo e para o partido.

Nas eleições para o Senado Federal, que adquiriram um caráter majoritário, pois havia apenas uma cadeira em disputa em cada estado, o MDB ganhou em dezesseis das 22 disputas realizadas. Venceu em todos os estados mais importantes, os mais dinâmicos e de maior população: São Paulo, Minas Gerais, Guanabara, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco e Rio de Janeiro. E ainda no Ceará e em Goiás. De quebra, o Espírito santo, o Acre, a Paraíba, o Rio Grande do Norte, Sergipe e Amazonas. O partido do governo conseguiu ganhar em apenas um estado de certa expressão: a Bahia. De resto, só estados de menor peso: Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Pará e Alagoas.”¹⁶⁸

Ainda mais pra frente, Daniel Aarão Reis assinala que, para o regime e para os opositores, no cenário político:

“A surpresa foi geral.

Pela primeira vez, nos quase dez anos do novo regime, a oposição beneficiou-se do caráter plebiscitário que as eleições tendem a revestir numa situação de bipartidarismo. Podia-se constatar, não raro, que votos tinham sido dados mais *contra* o governo do que a favor da oposição. Nem por isso eram menos contados para o partido oposicionista. O MDB teve mais de 70% dos votos nos grandes centros, e sua bancada de deputados pulou de 87 para 160 deputados.”¹⁶⁹

Mas o mais importante do que o historiador diz é que:

“A oposição legal, nove anos depois da instauração do bi partidarismo, passara a ter voz na cena política, e suas concepções sobre a distensão, seu sentido e ritmos, não eram as mesmas do governo presidido por Geisel. O clima de euforia nas cidades, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, não atingia apenas as camadas populares, que mais estavam sofrendo com a defasagem entre os índices de inflação e os que regiam os reajustes salariais. Alcançava também as classes médias

¹⁶⁷ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil. Ed. Zahar, 2014. Rio de Janeiro. Pág. 99.

¹⁶⁸ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil. Ed. Zahar, 2014. Rio de Janeiro. Pág. 105.

¹⁶⁹ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil. Ed. Zahar, 2014. Rio de Janeiro. Pág. 107.

e setores do próprio empresariado, dando conta de uma importante migração de votos para a oposição emedebista.”¹⁷⁰

O regime militar teria agora, que aturar outras vozes, outras falas que não só a aplicada por eles.

Esse fato é importante, pois, segundo Daniel Aarão, até um membro do Partido Comunista havia ficado empolgado com a derrota da situação¹⁷¹. Os ares estavam se renovando na seara da política institucional e essa renovação de forma alguma iria ficar restrita apenas àquele espaço. Era hora dos atores agirem. Essa vitória precede as eleições bancárias de 1975, na qual a oposição novamente sai derrotada, mas por uma quantidade não muito grande de votos. No total, vemos uma diferença de 288 entre a chapa vencedora e a segunda colocada¹⁷², ou seja, dos votos recolhidos durante o pleito, a distância entre uma chapa e outra havia reduzido drasticamente. Não só era uma vitória, mas significava uma aproximação, de fato, com a categoria e com a possibilidade de vitória nos pleitos futuros. Isso só é possível ser afirmado quando se compara o resultado deste pleito com o anterior, visto que após a eleição ocorrida no ano de 1972 a situação havia contado com uma diferença de 1500 votos¹⁷³, portanto, boa parte dos bancários votantes estava cada vez mais próxima de uma chapa mais combativa e *autêntica*.

Há ainda, no aspecto conjuntural, um fato que não pode ser deixado de lado e sua abordagem se mostra primordial para esta análise, fato este que está no âmbito econômico.

Eduardo G. Noronha, professor do Departamento de Ciências Sociais de UFSCAR, em seus estudos sobre greves no Brasil percebe que após os anos 1970, o ressurgimento das greves no país tem três momentos importantes, que seriam ascensão, auge e declínio¹⁷⁴. O momento que nos compete é o primeiro, o da ascensão, ou seja, quando as greves retornam à rotina e começam a se espalhar. Esse momento de ascensão pode ser explicado por um fato que propulsionou o debate entre vários sindicatos no Brasil. Aarão Reis nos dá essa resposta:

“Em Julho de 1977, o Banco Mundial sustentou, com dados e números aparentemente exatos, que a inflação registrada em 1973 fora de 22,5% e não de 15,5%, conforme oficialmente anunciado. A defasagem tinha grande importância,

¹⁷⁰ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil. Ed. Zahar, 2014. Rio de Janeiro. Pág. 107.

¹⁷¹ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil. Ed. Zahar, 2014. Rio de Janeiro. Pág. 107.

¹⁷² KAREPOVS, Dianis, Org. A História dos bancários: Lutas e conquistas – 1923 – 1992. SEEB-SP, 1994. Pág. 87

¹⁷³ KAREPOVS, Dianis, Org. A História dos bancários: Lutas e conquistas – 1923 – 1992. SEEB-SP, 1994. Pág. 85

¹⁷⁴ NORONHA, Eduardo G. Ciclo de Greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978 – 1997. In: Lua Nova, São Paulo, nº 79: Pág. 119 – 168. 2009.

pois incidia diretamente, segundo termos da legislação em virgo, nos reajustes salariais. A farsa, desvendada, originou um movimento pela reposição salarial do percentual garfado, cuja legitimidade era dada pelos cálculos de uma organização internacional considerada insuspeita.”¹⁷⁵

Como foi enfatizado no início do capítulo, boa parte dos bancários estavam recebendo seus reajustes pela reposição do salário mínimo, ou seja, o resultado era de perda salarial para a maioria da categoria, a mentira contada àqueles trabalhadores estava, portanto, desmascarada. Sobre essa perda a Folha Bancária nº 342, referente aos meses de Julho, Agosto e Setembro de 1977, trás uma página inteira de matéria denunciando a mentira do governo militar. Porém, sua campanha salarial não se propõe a reivindicar a defasagem e mantém o mesmo modo de agir nas campanhas salariais anteriores. A assembleia que encerra essa campanha acontece em 17 de agosto de 1977, aprovando um reajuste da ordem dos 30% para a categoria, sem se discutir nada para além do debate de remuneração¹⁷⁶.

A conjuntura política e social somada à econômica, adicionada à realidade em que estava a oposição bancária, deu resultado à ações mais efetivas dos militantes que se opunham à direção sindical e o ano de 1977 é um trampolim para o início de uma radicalização desses bancários na oposição, a campanha salarial desse ano mostra uma participação muito maior dos opositores do que em anos anteriores.

Através da comissão salarial a oposição consegue trazer a categoria para dentro do sindicato, para que participasse dos debates da campanha salarial. Ao início da campanha o sindicato organizava a comissão para discutir com alguns bancários sobre questões do reajuste. A comissão salarial, segundo o sindicato tinha uma função:

“A Comissão Salarial é integrada por associados eleitos em assembleia, dela podendo fazer parte alguns membros da diretoria do sindicato. Ela não tem caráter deliberativo, posto que todos os atos praticados em nome da entidade, seus diretores respondem, solidariamente. Por isso a Comissão tem por finalidade precípua ajudar a Diretoria do Sindicato na execução das tarefas provenientes das propostas aprovadas em assembleias. Contudo, a CS poderá, a juízo da diretoria e por ela autorizada, incumbir-se de certas atribuições que possam concorrer para o êxito da campanha. Por exemplo, informar e recolher sugestões junto às Comissões

¹⁷⁵ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil. Ed. Zahar, 2014. Rio de Janeiro. Pág. 119.

¹⁷⁶ Folha Bancária. Nº 342. Jul/Ago/Set 1977. Pág. 8.

de Bancos, destinadas a dinamizar e ganhar apoio de outros contingentes da categoria.”¹⁷⁷

Mas o fato é que através dessa Comissão, em 1977, foi possível uma atuação, mesmo que seguindo a regra do que ela era e para que ela servia, mais combativa. É isso que vamos ver em dois materiais encontrados realizados pela Comissão.

Em um primeiro material, ou o Boletim número 1 da Comissão, o debate realizado fala sobre os altos lucros dos bancos, apurados nesse ano. Em seguida

¹⁷⁷ Folha Bancária. Nº 342. Jul/Ago/Set 1977. Pág. 3.



Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo

Caixa Postal, 5324

End. Teleg. "Defensor"

Telef.: Diretoria: 32.8952 - 34.9574

Geral: 32.3355 - 33.4799

Sede Própria: R. São Bento, 365 - 18.º, 19.º e 20.º ands. - Edifício Gerbur - S. Paulo

mat.
Op. 77
junho

Campanha Salarial 77

BOLETIM INFORMATIVO Nº 1

Companheiros bancários:

Quando os bancos publicaram os resultados de seus balanços no início deste ano, mais uma vez pudemos constatar um impressionante índice de lucratividade, a tal ponto que o sistema bancário tornou-se um dos setores mais rendosos da economia nacional. Um dos fatores que contribuíram para esses altos lucros foram, sem dúvida, os ótimos índices de produtividade, isto é, o excelente desempenho do nosso trabalho. De acordo com uma pesquisa recentemente realizada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos), para que em 1977 o salário da categoria bancária passasse a incorporar o aumento da produtividade nos últimos 13 anos, seria necessário um reajuste salarial da ordem de 236%.

No entanto, qual é a situação atual dos bancários? Enquanto os bancos aumentam suas agências e as tornam mais luxuosas, nossos salários caem vertiginosamente, não permitindo sequer acompanhar a alta do custo de vida. As pesquisas do DIEESE demonstraram igualmente que o poder de compra dos trabalhadores bancários caiu tanto nesses últimos 13 anos que hoje o nosso salário representa apenas 53% do poder aquisitivo que tínhamos antes de 1964. Isso quer dizer que, levando-se em conta a inflação verificada desde nosso último reajuste e o poder aquisitivo perdido nesses 13 anos, a categoria bancária precisaria de um reajuste de 89% para recuperar o nível salarial que tinha em 1964.

Ao longo de todos esses anos procurou-se justificar a contenção dos salários pela necessidade de combater a inflação. E o que aconteceu? Os trabalhadores apertaram os cintos, mas a inflação não diminuiu. A causa todos nós sabemos: o que agrava a inflação não são os aumentos salariais, mas sim a especulação comercial, os lucros excessivos dos empresários, as altas taxas de juros e a baixa produtividade da terra devido ao seu mau aproveitamento.

O QUE FAZER DIANTE DESSE FATO?

Chegou a hora da categoria lutar para mudar essa situação. A nossa Campanha Salarial começou mais cedo este ano para que pudéssemos ter mais tempo de mobilizar a categoria na defesa de suas reivindicações. Assim é que já na última sexta-feira, dia 24 de junho, realizamos a Assembleia de Abertura, onde os companheiros presentes, depois de calorosos debates, decidiram:

- Formar uma Comissão Salarial aberta à participação de todos, para encaminhar as decisões de Assembleia;
- Mudar o local das assembleias para um salão mais amplo para as futuras mobilizações;
- Indicar três colegas para, em nome da categoria, participar das reuniões do Conselho de Representantes da Federação dos Bancários de S. Paulo e Mato Grosso;
- Realizar debates e palestras no Sindicato, abordando temas da política salarial vigente.

nc-11/06/77

continua

Figura 2 Boletim 1, página 1 - Comissão Salarial de 1977 - SSEB SP - CEDOC

QUAIS SERÃO AS NOSSAS REIVINDICAÇÕES?

Na ocasião da nossa 1ª. Assembléia, várias reivindicações foram apresentadas para debate. No conjunto das propostas que foram discutidas, destacamos as mais importantes, que são as seguintes:

- a) *Índice de reajuste* - As propostas apresentadas até o momento giram em torno dos 65%;
- b) *Aumento mínimo de Cr\$ 1.400,00;*
- c) *Salário Mínimo de ingresso (em jornada de 6 horas de trabalho):*
 - para o pessoal do quadro de portaria: Cr\$ 1.900,00
 - para o pessoal do quadro de escritório: Cr\$ 2.500,00
 - para o pessoal do quadro de tesouraria: Cr\$ 3.200,00 (mais comissão);
- d) *anuênio de Cr\$ 180,00;*
- e) *horas-extras pagas em dobro;*
- f) *estabilidade após tres meses, mesmo para os optantes do FGTS;*
- g) *direito a delegados sindicais;*
- h) *proibição de dispensa ou alteração do horário dos bancários em consequência do reescalonamento.*

Esclarecemos aos companheiros que nenhuma das propostas acima é ainda definitiva. Contamos com a sua presença para discutí-las antes de encaminhá-las aos banqueiros.

É HORA DE NOS MOBILIZARMOS

Companheiro bancário! A sua mobilização é necessária. Nenhuma categoria consegue conquistar um salário compensador se não for capaz de exercer uma forte pressão sobre seus patrões. E a nossa maior força de pressão, neste momento, é a nossa mobilização esmagadora nas assembléias e em todas as demais atividades que o Sindicato vai promover. A conquista de um melhor padrão salarial só pode ser obra do nosso próprio esforço e, portanto, não podemos deixar unicamente nas mãos dos banqueiros uma decisão tão importante como é o nosso salário. A decisão do reajuste salarial é o resultado de uma luta acirrada, onde vence quem tem mais força. Vamos então juntar as nossas forças no Sindicato e organizar este ano uma Campanha Salarial tão intensa e maciça que os patrões se vejam forçados a nos atender. Mas para isso, nenhum bancário pode ficar fora da luta. Que todos se disponham à mobilização e acorram em massa ao Sindicato.

Eis o programa das nossas atividades mais imediatas:

- DIA 05/07 - Debate sobre a política salarial vigente em nosso país, para a qual estão sendo convidados economistas e especialistas na matéria, de institutos como o DIEESE, CEBRAP e FGV.*
- DIA 07/07 - Debate da Comissão Salarial, aberto a toda a categoria, sobre as reivindicações a serem apresentadas no Ante-projeto de Convenção Coletiva deste ano.*
- DIA 12/07 - ASSEMBLÉIA GERAL para discutir e deliberar sobre a continuidade da Campanha Salarial.*

Todas essas atividades serão realizadas na sede do Sindicato dos Bancários, à rua São Bento, 365, 20º andar, no horário das 19,30 horas.

São Paulo, junho de 1977

A COMISSÃO SALARIAL
A DIRETORIA

PARTICIPE DA AÇÃO SINDICAL

Figura 3: Boletim 1, página 2 - Comissão Salarial de 1977 - SSEB SP - CEDOC

Esses materiais, escrito pela Oposição, demonstram a intenção aglutinadora do grupo, o que eles buscavam e como buscavam. Estavam respeitando a função da Comissão quando informavam aos bancários sobre a luta que se avizinhava e tentava os mobilizar. Algumas coisas são novidades, como a intenção de *“Formar uma comissão salarial aberta à participação de todos, para encaminhar as decisões de assembleia”*, ou seja, tornar a comissão algo que a categoria realmente tivesse acesso. Outros pontos interessantes eram *“Mudar o local das assembleias para um salão mais amplo para futuras mobilizações”* e *“Indicar três colegas para, em nome da categoria, participar das reuniões do Conselho de Representantes da Federação dos Bancários de S. Paulo e Mato Grosso”*, ou seja, dar à comissão um caráter mais participativo para que pudesse deliberar também. Por final *“Realizar debates e palestras no Sindicato, abordando temas da política salarial vigente.”*, portanto, queriam que a comissão tivesse uma função de conscientizar a categoria bancária, algo que para eles, a situação não estava preocupada em fazer. Portanto o que é possível notar? Que esse pessoal dessa comissão reivindicava mais participação, capacidade de deliberar, mais pessoas em assembleias para decidir (até então as assembleias eram realizadas no próprio sindicato), ou seja, mais democracia e a oportunidade de esclarecer os bancários. Todos os boletins da comissão são oficiais, impressos e distribuídos na base pelo sindicato passando pelo seu crivo. Ou seja, a oposição estava bem articulada e conseguia pautar as decisões da comissão mesmo com o freio da direção.

A utilização política da Comissão Salarial foi tamanha que a partir dela podemos notar a radicalização da oposição. Podemos observar uma ação diferenciada da oposição vista em 1972, que aparecia pouco para a base, que embora criticasse a direção, tinha poucas ações efetivas. Essa comparação entre o pessoal em 1972 e o pessoal em 1977 só é possível constatar com uma pesquisa no arquivo do DEOPS. Salvo no caso de alguns militantes mais antigos da oposição, é possível notar que começam a figurar, nas pastas do Departamento, vários militantes bancários, mas com maior incidência a partir de 1976. Na pasta 16 OS0293 esse fato é facilmente verificável. A pasta comporta várias informações dos membros da oposição, e trata sujeito por sujeito mostrando onde estiveram e com quem estiveram, o que falaram e em qual dia do mês e de qual ano falaram. Assim sendo, é possível supor que as ações suas começam a aparecer com mais peso a partir desse ano, que foi quando a ditadura apresentou mais interesse nessas pessoas a ponto de sentir necessidade de acompanhá-las tão de perto.

Também pela documentação do DEOPS é possível notar o início da radicalização do grupo.

O trecho citado logo após o subtítulo desta sessão é referente ao resultado direto do uso político da Comissão Salarial. Segundo a direção sindical de 1977:

“Logo após o término da Campanha de Reajuste Salarial 77, observou-se que alguns bancários, ex-integrantes da extinta Comissão Salarial, defendiam opiniões divergentes quanto ao verdadeiro papel dessa comissão eleita em assembleia.

Apesar de a campanha haver se encerrado na assembleia do dia 17 de agosto que aprovou a aceitação do acordo salarial, por uma esmagadora maioria – aquele grupo divergente continuava ainda falando em nome da Comissão Salarial, cujo mandado extinguiu-se também naquela assembleia. A verdade é que, encerrada a campanha, não havia por que continuar existindo a Comissão Salarial.”¹⁷⁸

Após a derrota na assembleia a oposição, que mantinha a reivindicação de 65% de reajuste salarial, organizou um abaixo assinado para ser entregue na sede da federação dos bancos no dia 24 de agosto de 1977, a fim de protestar contra os 30% fechados em acordo. Os manifestantes encontraram a sede da patronal fechada e em seguida foram para outra sede, a do sindicato, sem autorização da direção, a fim de realizar reunião para planejar a entrega do abaixo assinado aos patrões¹⁷⁹. O grupo não reconhecia de forma alguma a negociação entre direção sindical e patrões na justiça do trabalho, decidiu manter a comissão salarial e a organização, mesmo que de forma paralela.

Segundo o documento do DEOPS:

“Durante a semana em curso foram distribuídos panfletos anônimos assinados por comissão salarial, sendo que a referida comissão foi desativada por ocasião do encerramento da campanha salarial, (...) o panfleto em apreço convoca a classe para uma reunião marcada para o dia 24/08/77, com o fito de ‘dar por anuladas as decisões impostas ao plenário pela diretoria e passar um abaixo assinado

¹⁷⁸ Folha Bancária. Nº 342. Jul/Ago/Set 1977. Pág. 3.

¹⁷⁹ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 151 OS 2138, data limite 1977, Doc. 09, folha 05. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. A partir da página 479 do PDF.

nas agências, não aceitando a proposta dos banqueiros e exigindo 65% (sessenta e cinco por cento) de reajuste salarial;”¹⁸⁰

Outro documento na mesma pasta identifica as “lideranças” desse movimento e trás informações sobre eles:

“2 - Apesar da grande maioria da assembleia dos bancários haver aprovado esse entendimento numa proporção de 800 (oitocentos) por 50 (cinquenta) contrários. Essa pequena minoria tem tentado de todas as formas denegrir essa conquista dos bancários trazendo desarmonia a laboriosa coletividade.

3 – Fatos esses que a imprensa vem denunciando diariamente, ciente da intenção obstinada desse grupo de agitadores em criar um clima prejudicial a categoria. Reconsiderando que esses elementos são também estudantes de escolas superiores, tenho o dever de dar conhecimento dos nomes de seus líderes, que segundo a diretoria do sindicato dos bancários são:

I – Elieú Vieira Sobral (BANESPA)

II – Luiz Moretti (BANESPA)

III – Luiz Laranjeira (BANESPA)

IV – Sandra Costa Cajazeira (Banco do Brasil)

V – Amélia (Ignorado seu sobrenome)”¹⁸¹

O grupo todo é convocado a depor e através dos depoimentos é possível se pintar um panorama do que havia acontecido durante a assembleia e entre ela e a tentativa de elaboração do abaixo assinado.

Elieú Veira afirma, em seu depoimento, que:

“A última assembleia foi realizada no dia 17/08/77, o qual foi bastante concorrida, estando o recinto totalmente tomado por bancários; Que, nessa assembleia a classe tomou conhecimento através do presidente do órgão que a proposta dos banqueiros era da ordem trinta por cento, não concordando os

¹⁸⁰ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 151 OS 2138, data limite 1977, Doc. 09, folha 05. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. A partir da página 480 do PDF.

¹⁸¹ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 151 OS 2138, data limite 1977, Doc. 09, folha 03. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. A partir da página 476 do PDF.

bancários com aquele índice por acharem irrisório, sendo que o presidente do sindicato após uma votação tumultuada pela mesa, encerrou abruptamente a assembleia; Que, uma parcela dos presentes resolveu continuar reunida, sendo que o declarante permaneceu no local inclusive pedindo que os presentes se sentassem a fim de evitar que o tumulto se generalizasse, podendo mesmo chegar a vias de fato; Que, a partir desse momento feita uma reunião com a participação de aproximadamente duzentos bancários, durante qual vários usaram da palavra, onde se chegou a conclusão de elaborar um abaixo assinado pleiteando o reajuste aprovado nas assembleias anteriores e sua entrega diretamente aos senhores banqueiros em seu sindicato no dia;”¹⁸²

A versão de Amélia traz mais alguns detalhes sobre o fim da assembleia e a ideia de elaboração do abaixo assinado:

“Que, Na assembleia do dia dezessete acima referido o presidente da entidade de classe após reabrir os trabalhos deu como aberta a seção para discussão dos assuntos em pauta; Que, a declarante fazia parte da Comissão Salarial desde a primeira assembleia para acordo salarial, que tinha por finalidade propaganda da campanha junto à classe; Que, a última assembleia realizada em torno do acordo salarial foi no dia 17/8/77, que essa assembleia foi muito movimentada sendo que o recinto estava tomado por bancários; Que, no início dos trabalhos o presidente do sindicato informou à assembleia que a proposta dos banqueiros era de trinta por cento, não aceitando a assembleia tal índice por julgarem muito baixa, passando a exigirem 65%(sessenta e cinco por cento); Que, apressadamente a diretoria pôs os itens em discussão para aprovação e logo após com votação tumultuada foram sendo aprovados os itens discutidos para em seguida o presidente dava por encerrada a assembleia; Que, grande parte dos bancários ali descontentes passaram a falar sobre reivindicações dos bancários e resolveram fazer uma assembleia por conta; Que, alguém que a declarante não sabe declinar o nome, sugeriu que fosse feito um abaixo assinado a fim de que não aceitassem o acordo votado na assembleia, para em seguida entregar ao Sindicato dos Bancos; Que, houve muitas sugestões, num ambiente revoltado e alguém também que a declarante não sabe o nome sugeriu a feitura de um ‘boletim’ com os seguintes dizeres ‘NINGUÉM AGUENTA MAIS QUEREMOS SESSENTA E CINCO POR CENTO’, e convocando os bancários a comparecerem no dia 24 de agosto próximo passado às dezenove defronte o sindicato dos bancos, para entrega do abaixo assinado reivindicando sessenta e cinco por cento; Que, esse abaixo assinado, ao que parece a declarante correu várias

¹⁸² Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 151 OS 2138, data limite 1977, Doc. 09, folha 07. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. A partir da página 483 do PDF.

agências bancárias posteriormente atingindo aproximadamente mil e seiscentas assinaturas; Que, no dia 24/8/77, conforme convocação a declarante compareceu no sindicato dos bancos para assistir a entrega do acordo; Que, ali compareceu cerca de duzentos bancários;”¹⁸³

Sandra Costa que não participou da assembleia no dia 17 por que estava ainda trabalhando declara que:

“Que, desconhece se naquela assembleia houve algum tumulto por parte dos bancários que ali haviam comparecido; Que, antes da homologação do acordo a declarante ao chegar no trabalho deparou em sua mesa, em cima de sua mesa, com um panfleto com o título ‘NINGUÉM AGUENTA MAIS QUEREMOS 65 POR CENTO’”¹⁸⁴

Moreti também afirma o tumulto para que as propostas fossem votadas e que a assembleia havia sido encerrada de repente e que aqueles descontentes permaneceram no local até decidirem sobre o abaixo assinado.

Após a elaboração do abaixo assinado e do material panfletário, bem como coleta de assinaturas e distribuição do material, os bancários se dirigiram, no dia 24/04/1977 para a frente do sindicato dos bancos que estava fechado e de lá, foram se reorganizar no sindicato.

Sobre esse fato Elieu Vieira afirma:

“Que, a seguir dirigiram-se para os presentes para o sindicato de classe, onde após ser negado a possibilidade de se reunirem no salão de assembleia, reuniram-se na própria sala da diretoria, reunião essa da qual participaram os próprios diretores do sindicato, fazendo uso da palavra os próprios diretores do sindicato;”¹⁸⁵

A soma das narrativas apresenta uma versão do que aconteceu. É importante lembrar que essa campanha salarial foi permeada pelo engodo da inflação de 1973, e mesmo a

¹⁸³ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 151 OS 2138, data limite 1977, Doc. 09, folha 08. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. A partir da página 485 do PDF.

¹⁸⁴ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 16 OS 0293, data limite 1979 – 1982, Doc. 03, folha 10. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. A partir da página 23 do PDF.

¹⁸⁵ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 151 OS 2138, data limite 1977, Doc. 09, folha 07. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. A partir da página 484 do PDF.

assembleia contou com um número não muito grande de participantes, por que havia sido realizada no salão do sindicato, um espaço pequeno¹⁸⁶. A proposta não seria bem vinda, ou teria problemas em sua aceitação, de forma que a mesa, no intuito de aprovar tudo, acelerou a apresentação dos pontos e se aproveitando do tumulto que aconteceu encerra a reunião e dá os 30% como aceitos. Irritados, os trabalhadores permanecem no local e decidem os próximos passos. Talvez ninguém tenha imaginado que seriam taxados de agitadores e de que o próprio presidente do sindicato, acuado, entregaria as pessoas para a polícia.

As situações estavam se desenhando e eles estavam as desenhando também. Esses bancários, como já foi possível observar, eram novos e estavam realizando sua militância nas faculdades e no trabalho, escolheram fazer aquele trabalho político, vincularam-se a alguma corrente política, conviveram em espaços comuns e com ideias comuns. Viveram a realidade do trabalho no banco, atuaram no movimento sindical por dentro do sindicato, experimentaram criar formas de pensar o sindicalismo e começaram a corroer a direção sindical, mostrando para a base que o sindicalismo podia ser “*autentico*”, diferente, mais radicalizado, com participação, combativo e próximo dos trabalhadores. Tudo isso dentro de uma conjuntura, que já foi exposta. Eles e elas estavam criando outra forma de ação sindical, uma forma que nada se parecia com a antiga, e que para ela explodir faltava, ainda, um despertar desses trabalhadores e dos trabalhadores na base. As condições criadas por eles, no conflito com esse sindicalismo antigo, com o estado militarizado e com os patrões, foram base para as suas próximas ações e para o futuro do sindicalismo no Brasil. As ações da Oposição até 1977 ainda não eram como as de 1978 e 1979, mas já apontavam para uma completa radicalização das atuações. O ressurgimento de um sindicalismo combativo, no caso dos bancários, encontra suas raízes nessas pessoas, nesses contextos em que elas se formam e formam suas experiências.

¹⁸⁶ O primeiro boletim da Comissão Salarial reivindica assembleias em locais mais amplos para que se possa suportar um número maior de bancários, portanto a suposição é de que o salão do sindicato não era muito grande.

CAPÍTULO III – A RETOMADA

3.1 - Rumor à greve de 1978

Esse capítulo tem como intuito acompanhar a passagem do ano de 1977 para 1978, na vida da categoria e como essa mudança de ano é importante para afirmar a oposição como um conjunto de pessoas que se tornam referência política para a categoria bancária. A consolidação dessas pessoas enquanto liderança é permeada pelo processo que é construído e que já foi trabalhado no segundo capítulo, mas passa fundamentalmente pelo ano de 1978. Isso por que, o ano, em caráter conjuntural, apresenta um novo gás ou um novo oxigênio às lutas dos trabalhadores trazido pelos operários do ABC. Mas o entendimento, sobre a importância das movimentações dos metalúrgicos de ABC, não pode esvaziar os argumentos até então pesquisados e debatidos aqui, isso por que o processo que levou a oposição a ser eleita em 1979 é complexo e entremeado por fatos significantes e particulares dos bancários e que por características próprias vai ser, dessa forma, fundadora do Novo Sindicalismo ao lado dos operários de São Bernardo e Região.

O ano de 1977 é marcado pela luta da reposição salarial da inflação de 1973 e como pudemos ver, a oposição bancária vai atuar na tentativa de conquistar um reajuste. Observando bem as ações da oposição em 77 podemos tecer a hipótese de que essa categoria estava prestes a entrar em greve, portanto, a greve dos bancários aconteceria mais dia menos dia, apesar da greve da Scania em maio de 1978.

O ano de 1978, para a categoria bancária, é fundamental, aja visto que a as lutas pela reposição salarial do ano de 1973 não haviam se encerrado em 1977 e atravessarão o ano de 1978 até a eclosão de uma greve inédita para categoria, que não paralisava seus trabalhos por pelo menos 10 anos. Mas essa greve não acontece do zero e nem é apenas influenciada pelos movimentos de ABC paulista. Podemos somar e entender como antecedente outra mobilização, que acontece no seio da categoria bancária, muito próxima deles e dentro do Banco do Estado de São Paulo.

3.2 - A Greve no Baneser

Em entrevista, ao ser questionado sobre a construção da greve dos bancários de 1978, Antônio Luiz Azevedo diz em primeiro lugar, “*Como já disse, tudo começa com a greve do Baneser*”¹⁸⁷. Dessa forma, podemos entender que essa greve teve influência sobre a greve dos bancários daquele ano, e que pode ter sido influenciada pelos membros da oposição ou acompanhada de perto por eles.

BANESPA S/A Serviços técnicos e administrativos, mais comumente conhecido como Baneser, era uma empresa pertencente ao Banespa que contratava mão de obra terceirizada¹⁸⁸ para o Banespa. O fato de se tratar de uma empresa que contratava os trabalhadores de forma indireta para o banco, tornava o salário do trabalhador muito mais barato, e sabe-se que até então esses trabalhadores não estavam incluídos dentro da categoria bancária, portanto, sem uma proteção sindical de porte maior. O Baneser contratava para o Banespa serviços como, motoristas de carro forte, motoristas de serviços gerais, seguranças, vigilantes e o pessoal da limpeza.

Uma tensão, que aparentemente estava escondida dentro do banco e da direção do sindicato, estava tomando proporções maiores do que se poderia imaginar. Essa tensão só se materializa de fato no dia 20 de junho de 1978, dia de pagamento dos funcionários da empresa:

“20.06.1978 – Dia de pagamento dos Funcionários. Na garagem os motoristas estão revoltados, o aumento prometido há tanto tempo ainda desta vez não tinha sido concedido. TODOS DIZEM QUE É PRECISO FAZER ALGUMA COISA.

21.06.1978 – Nas agências, os administradores estão preocupados. OS CARROS FORTE QUE FAZEM O TRANSPORTE DO DINHEIRO ESTÃO ATRASADOS. O que aconteceu? O Motivo logo é descoberto. HOUVE MUITAS FALTAS ENTRE OS MOTORISTAS DOS CARROS FORTE.”¹⁸⁹

¹⁸⁷ AZEVEDO, Luiz Antônio Alves de. Entrevista 1. (Abr. 2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

¹⁸⁸ Foi utilizado o termo “mão de obra terceirizada”, mas é importante salientar que à época tal categoria ainda não existia com esse nome e a ideia de Trabalho Terceirizado era entendida como prestação de serviços.

¹⁸⁹ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 17 OS0294, data limite 1977 – 1978 doc. 01, folha 72. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 75 do PDF.

Esse material, encontrado no arquivos do DOPS é de um jornal ligado ao Órgão da comissão de defesa dos funcionários, ligado aos empregados do Banespa, portanto, certamente pode ter sido produzido pelo pessoal da oposição sindical bancária. Os problemas internos no Baneser estavam apenas em seu início no mês de junho daquele ano e segundo o mesmo informativo a movimentação, até estranhada por todos toma corpo e se vai se desenhando, dia a dia, como uma greve daqueles trabalhadores:

“22.06.1978 – No Nasbe NÃO SE FALA EM OUTRA COISA. O MOVIMENTO CRESCE. OS MOTORISTAS DE SERVIÇOS GERAIS APOIAM OS MOTORISTAS DOS CARROS FORTES. Fala-se em paralização total.

O sindicato dos bancários e a comissão de defesa dos funcionários estão presentes dando seu apoio aos motoristas.

Os jornais do dia noticiam – GREVE NO BANESPA (O Estado de São Paulo); PARALIZAÇÃO NO BANESPA (Folha de São Paulo).

Ainda pela manhã, um diretor do Banespa desce até a garagem, O AUMENTO FOI CONCEDIDO.”¹⁹⁰

Embora os motoristas tivessem conseguido o aumento de salário, assim como prometido pela empresa, a mobilização dentro do Baneser estava feita e a notícia da greve se espalha na empresa e em parte da mídia. No dia seguinte ao reajuste dos motoristas os vigilantes se preparam para dar início a um movimento:

“26.06.1978 – Um grupo de VIGILANTES procura o sindicato e pedem uma reunião. Dizem eles – ‘NÃO ESTAMOS SATISFEITOS COM A NOSSA SITUAÇÃO. O SALÁRIO É MUITO BAIXO E A JORNADA DE TRABALHO É DE 12 HORAS. TRABALHAMOS NO BANCO E NÃO SOMOS CONSIDERADOS BANCÁRIOS’. Explode o problema no Baneser. Os funcionários do Baneser trabalham no Banespa como bancários só não têm OS MESMOS DIREITOS. É marcada uma reunião para 2ª Feira.”¹⁹¹

¹⁹⁰ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 17 OS0294, data limite 1977 – 1978 doc. 01, folha 72. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 75 do PDF.

¹⁹¹ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 17 OS0294, data limite 1977 – 1978 doc. 01, folha 72. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 75 do PDF.

No dia seguinte, um sábado, a movimentação se expande para outras áreas da empresa:

“24.06.1978 – HÁ MUITAS FALTAS ENTRE OS CONFERENTES DA BANESER (TURMA DA MADRUGADA). Os prêmios e horas extras não foram pagos no dia 20. O serviço vai atrasar na segunda-feira.”¹⁹²

A reunião que estava marcada para a segunda-feira, dia 26.06.1978 acontece, porém não comparecem apenas os vigilantes:

“26.06.1978 – Com parecem à reunião: - VIGILANTES, MOTORISTAS, PESSOAL DO RESTAURANTE, DA LIMPEZA, AUXILIARES DE ESCRITA, ESCRITURÁRIOS. TODOS FALAM, TODOS RECLAMAM.

PRECISAMOS FAZER ALGUMA COISA, TODOS UNIDOS. BANESER É BANESPA, BANESPA É BANESER – SOMOS TODOS BANCÁRIOS.

É MARCADA UM ASSEMBLÉIA para 3ª feira – dia 04.07.78.”¹⁹³

Ao final do texto no documento uma frase é deixada escrita no canto inferior esquerdo, “*A resistência continua*”¹⁹⁴. Esse documento, por ter sido produzido pela oposição bancária, demonstra o grau de aproximação desses com os trabalhadores do Baneser, já que eles estavam, de fato, muito próximos, trabalhando muitas vezes nos mesmos locais. A oposição estava atenta em suas manifestações. Devido a isto, é evidente que essa greve vai acabar tendo reflexos na categoria bancária e principalmente no pessoal funcionário do Banespa. Tanto que a greve do Baneser se estende por bastante tempo e se mistura com o início das movimentações da campanha salarial.

¹⁹² Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 17 OS0294, data limite 1977 – 1978 doc. 01, folha 72. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 75 do PDF.

¹⁹³ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 17 OS0294, data limite 1977 – 1978 doc. 01, folha 72. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 75 do PDF.

¹⁹⁴ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 17 OS0294, data limite 1977 – 1978 doc. 01, folha 72. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 75 do PDF.

Em assembleia de campanha salarial, um mês depois do início das manifestações do Baneser, mais precisamente no dia 27/07/1978, essa movimentação se faz presente na ata da assembleia:

“Os vários companheiros usaram da palavra tecendo considerações sobre a campanha salarial e sobre a situação atual dos trabalhadores e dos bancários, solidarizando-se com os empregados da Baneser, sendo formalizadas por escrito as seguintes propostas: UM – Que seja publicada no jornais o Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Jornal da Tarde, Folha da Tarde, Diário Popular e Notícias Populares, uma nota com o seguinte teor: ‘A ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS BANCÁRIOS, reunida em segunda sessão, aos vinte e sete de julho de 1978, vem, perante a opinião pública, manifestar-se unanimemente a respeito da greve que vem ocorrendo no BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A: a) repudiamos a intransigência do BANESPA em atender as justas reivindicações daquela, digo daqueles companheiros que, prestando serviços ao BANESPA, são registrados em outra firma, pertencente ao BANESPA, dirigida pelo BANESPA e subordinada ao BANESPA; b) reafirmamos as denúncias tornadas públicas em Nota Oficial publicada hoje pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo; c) Lamentamos que o novo Noto Tempo alardeado na publicidade do BANESPA seja um mau tempo para os colegas que nele trabalham; d) Solidarizamos-nos com os companheiros grevistas, assegurando a eles que sua luta, antes de tudo, é um exemplo de coragem, daquela coragem advinda de uma situação em que veem suas famílias, seus filhos, à mingua, como resultado dos baixos salários que recebem enquanto os vastos lucros são embolsados por uma minoria.’”¹⁹⁵

Mais para frente no momento da assembleia de se aprovar as propostas que haviam sido apresentadas para os presentes:

“Por unanimidade, com a emenda no sentido de se incluir a denúncia de que o BANESPA já demitiu alguns companheiros/ da Baneser como forma de intimidação, a proposta número UM.”¹⁹⁶

O apoio aos trabalhadores do Baneser havia sido aprovado em assembleia, o que queria dizer que os trabalhadores bancários estavam se solidarizando com a luta daquele pessoal e que ia prestar seu apoio publicamente e o sindicato terminou por mediar as relações, discussões e negociações dos grevistas com o Banespa e Baneser. Ou seja, bancários militantes ou não militantes estavam tomando contato, seja pela proximidade do local de

¹⁹⁵ Ata da assembleia geral de 27/07/1978.

¹⁹⁶ Ata da assembleia geral de 27/07/1978.

trabalho com aquelas pessoas em greve. Bancários do Banespa estavam vendo de perto pessoas que conviviam diariamente, que poderiam ter vínculos amistosos ou eram apenas sujeitos que cruzavam e se conheciam entrar em greve. A greve deixava de ser uma experiência distante, uma prática afastada deles que afrontava diretamente a direção sindical, o governo militarizado e as empresas envolvidas.

Dessa forma, é possível afirmar que não foi apenas o movimento grevista de maio dos Metalúrgicos do ABC paulista que influi na greve dos bancários, que ainda iria acontecer naquele ano, mas podemos afirmar que a greve do pessoal do Baneser vai influenciar os trabalhadores bancários, devido sua proximidade com a categoria e com o pessoal da Oposição bancária. E também podemos dizer que a agitação grevista dos bancários estava prestes a acontecer, independente da mobilização do ABC. Como veremos logo a seguir.

3.3 - Bancários a caminho da greve de 1978

Em quatro de agosto de 1978 o governo militar baixa um decreto que dispõe sobre as greves no Brasil. É claro que o decreto vem por causa da mobilização grevista dos metalúrgicos, mas vem também, para tentar conter outras manifestações desse porte, ligadas aos trabalhadores, vejamos o texto:

“O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição, DECRETA:

Art. 1º São de interesse da segurança nacional, dentre as atividades essenciais em que a greve é proibida pela Constituição, as relativas a serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e drogarias, bem assim as de indústrias definidas por decreto do Presidente da República.”¹⁹⁷

O texto deixa claro sua intenção, porém, a punição para o descumprimento da regra imposta era clara:

“Art. 3º Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o empregado que participar de greve em serviço público ou atividade essencial referida no artigo 1º incorrerá em falta grave, sujeitando-se às seguintes penalidades, aplicáveis individual ou coletivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias do reconhecimento do fato, independentemente de inquérito:

I-Advertência;

II-Suspensão de até 30 (trinta) dias;

III-Rescisão do contrato de trabalho, com demissão, por justa causa.

§ 1º Quando se tratar de empregado estável, a demissão será precedida de apuração da falta em processo sumário.

§ 2º Sujeita-se ao disposto neste artigo, igualmente, o empregado que, por qualquer forma, concorrer para a greve.”¹⁹⁸

¹⁹⁷ Câmara dos deputados. Retirado de < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1632-4-agosto-1978-350976-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Último acesso em 19/11/2018.

¹⁹⁸ Câmara dos deputados. Retirado de < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1632-4-agosto-1978-350976-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Último acesso em 19/11/2018.

O decreto vem em meio ao movimento dos trabalhadores do Baneser e acaba indo de encontro com o início da campanha salarial dos bancários, que tinham como data base todo dia 1º de setembro.

A radicalização desses trabalhadores havia alcançado novos patamares e a oposição e um bom número de trabalhadores ignoraram, sem muito medo ou receio, as regras do novo decreto. O grupo opositor estava, de fato, conseguindo colocar sua agenda na pauta da categoria, mesmo que às vezes perdida, mas ainda sim, estava conquistando espaço entre bancários e bancárias.

Os antecedentes do ano de 1978 já estão muito bem descritos no capítulo 2, onde se pode ver a formação de um grupo opositor com características muito próprias como idade, local de nascimento, estudo e entre outros. Pudemos ver também a adoção de um tipo de visão da prática sindical, muito diferente do exercido até aquele momento e não tão somente uma visão de prática diferente, mas ações mais radicalizadas no sentido de organização e reivindicação dos direitos. O ano de 1977, importante por indicar o início das lutas pela reposição salarial, impostas pela enganação da inflação de 1973, vai ter como resultado um 1978 diferente do ponto de vista da ação opositora.

A eleição sindical que seria realizada no ano de 1978 é cancelada pelo sindicato dos bancários e prevista para o começo de 1979, o que deixou para a oposição uma porção de possibilidades de ações para 78. A direção sindical fez com que a preocupação daquele ano, da oposição, fosse apenas a campanha. Sem ter que se preocupar com eleição para aquele ano a luta pelo aumento seria central para as estratégias do grupo de oposição.

Entender essa campanha é entender que ela é resultado da ação de um grupo constituído historicamente, portanto, os acontecimentos que levaram até a greve são resultados diretos dessa experiência.

Em 1978, como de costume, a oposição sindical se organiza nas comissões salariais para a campanha daquele ano. Entre os dias 12 e 20 de Julho de 1978, no sindicato, acontecem reuniões por bancos para organização dos bancários, foram várias reuniões com a presença de uma quantidade de bancários que é importante de ser observada.

A reunião do Banco Auxiliar contou com 8 bancários presentes, a dos funcionários do Bradesco contou expressiva participação dos bancários sendo que compareceram à reunião

121 bancários. A reunião do Banespa teve 52 presentes, a do pessoal do Baneser teve 139 pessoas, já no Banco Noroeste foram 20, Banco Nacional 7, Banco Mercantil de São Paulo 32, Banco do Brasil 66, Caixa Econômica 41, Banco Real 11, Bamerindus 27 e Unibanco 24. No total, durante esses três dias, estiveram no sindicato cerca de 548 trabalhadores, incluindo na conta o pessoal do Baneser, sem eles o número cairia para 409 bancários presentes em reuniões, e isso por que não estão no documento do DOPS as listagens das reuniões de todos os bancos como Banerj, Itaú, Comind e etc¹⁹⁹. Esses números mostram o resultado do trabalho da oposição durante o tempo, a construção daquele grupo estava tendo resultados no campo da organização, participação e conscientização da categoria. As pessoas estavam se envolvendo com o sindicato, participando, ouvindo e estariam começando a decidir.

Em uma dessas reuniões é possível notar as condições de trabalho de alguns bancários, mais especificamente do banco Mercapaulo:

“Problemas específicos por agência:

Agência Sto. Amaro: Problema de cabelo comprido/almoçam no banheiro/Falta de condições de trabalho/Falta de ventilação, água/Mulheres não podem usar calça comprida/ Prometerem promoções e não cumpriram/Não pagam horas extras/Transporte de valores sem garantias.

Agência Vila Diva: Obrigatório uso de paletó e gravata/Prometem adiantamento de salário (20%) e não deram/Aumentos Discriminatórios/Falta de ventilação/Cobram de cada funcionário CR\$108,00 pelo jaleco.²⁰⁰

Por essa via os bancários adentram na vida sindical e passam a mudar os rumos das decisões em assembleias. Em 27 de Julho a oposição é levada, pelos bancários na própria assembleia, à direção da mesa que ia tocar os trabalhos. Segundo o DOPS 900 bancários estiveram presentes, e deliberaram sobre as propostas de campanha, ou, as reivindicações dos bancários naquele ano. Enquanto isso a *“Chapa Atual do sindicato foi visivelmente desmoralizada pelo oposição, que tomou a direção da assembleia”*²⁰¹. Ainda segundo o

¹⁹⁹ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 17 OS0294, data limite 1977 – 1978 doc. 01, folha 29. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 29 do PDF.

²⁰⁰ CEDOC SEEB SP, documento digitado em 17/07/1978.

²⁰¹ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 04 OS0279, data limite 1977 – 1979 doc. 01. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 75 do PDF.

DOPS a “*Assembleia em várias oportunidades fugiu de seu escopo, caindo no campo político, dando mostras sensíveis de estarem sendo manipulados por elementos esquerdistas*”²⁰². A reunião acabou ultrapassando seu propósito e tomou contornos mais social com manifestações de pedido do fim do DOPS, DOI-CODI e demais instituições.

As reuniões por banco que aconteceram durante a segunda quinzena de Julho rendeu uma série de reivindicações específicas por bancos que foram enviadas para as empresas no dia 21 de julho. Antes da assembleia do dia 27, as reivindicações por bancos já estavam organizadas. Apesar das críticas que a historiografia, que trabalha com os bancários, e trata essas assembleias de 1978 como apresentando “problemas de direção” por que a oposição não tinha experiência para tocar uma reunião dessas, um ponto importante deve ser pensado sobre isso. A categoria estava não apenas tratando de suas questões salariais, mas estava também, discutindo assuntos do campo da política e da sociedade. Mas um fato estava certa, iria acontecer uma greve da categoria bancária naquele ano.

Um ato organizado no dia 22 de agosto começou com 50 pessoas, sendo a maioria da oposição, em frente ao sindicato dos banqueiros:

“O ato teve início por volta das 11:45 hs, contando com aproximadamente 50 elementos, na maioria pertencentes ao grupo de Oposição dos Bancários, dentro dos quais destacavam-se: Adail Rocha, Luis Carlos Moretti, Elieu Vieira Sobral, Vitor Benda, José Maria Urbinatti e outros.

Defronte ao referido endereço estava uma faixa de pano com os dizeres ‘ABAIXO O ARROCHO SALARIAL – OPOSIÇÃO SINDICAL DOS BANCÁRIOS’, faixas de papel afixadas nas paredes, com os dizeres ‘PELO DIREITO DE GREVE’, ‘PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS’, ‘PELAS LIBERDADES SINDICAIS’, ‘QUEREMOS 65% DE AUMENTO’ e cartazes manuais reivindicando estes direitos.”²⁰³

O ato sai dos 50 presentes e seu número de participantes aumenta significativamente, assim como o discurso de quem fala no ato mostra um posicionamento bem marcado;

“Entre os discursos, já com aproximadamente uns 500 presentes, gritavam lemas como ‘QUEREMOS 65% DE AUMENTO’, ‘BANCÁRIOS REUNIDOS

²⁰² Idem.

²⁰³ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 04 OS0279, data limite 1977 – 1979 doc. 01. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 70 do PDF.

JAMAIS SERÃO VENCIDOS’, ‘RESPOSTA IMEDIATA OU GREVE’, ‘65% OU GREVE’²⁰⁴

Em pouco tempo de ato, mais manifestantes haviam se juntado aos 50 do início:

“Aproximadamente às 12:30 hs saíram em passeata, com as faixas, gritando os lemas acima, indo pela Lúcio Badaró, Praça do Patriarca, São Bento, acompanhados por uma multidão de aproximadamente 1.000 pessoas, até em frente ao sindicato dos bancários, onde a multidão começou a dispersar-se, enquanto aproximadamente 100 pessoas subiram para o sindicato, onde dizem estarão a espera da resposta dos patrões.”²⁰⁵

Em menos de uma hora, um ato de rua, de frente ao Sindicato dos Patrões, sai dos cinquenta participantes para os mil. O documento não alega que os mil eram todos bancários, mas a afronta aos patrões estava feita. A oposição conseguia organizar atos massivos, era um passo enorme. A greve se avizinhava.

É importante dizer que sobre esse acontecimento algo curioso pode ser apontado. Segundo a documentação do DOPS, foi realizada, no sindicato, uma reunião convocando esse ato, mas o detalhe está no fato de que a reunião aconteceu no dia 21 de agosto e que contou com a presença de apenas 20 pessoas. Como uma reunião em um dia, que reúne 20 elementos, organiza um ato para o dia seguinte e no ato juntam-se mil manifestantes? A resposta para essa questão não é possível se detectar na documentação recolhida²⁰⁶.

Em 23 de agosto, para avaliar uma proposta dos patrões, o bancários organizaram uma assembleia na Casa de Portugal e pelo teor da assembleia a greve dos bancários estava cada vez mais próxima. Foram 1500 bancários presentes no local que rejeitaram a proposta salarial. Não era um número pequeno de bancários e isso reflete o grau de avanço do trabalho de base realizado pelos militantes bancários até aquele momento e o seu sucesso.

Esse sucesso pode ser entendido, também, pelo tipo de comunicação dos militantes com a categoria. Além dos boletins da comissão salarial e dos boletins da oposição, um bom exemplo de comunicação eram os “Mosquitinhos”, um jornal de tamanho pequeno com uma mensagem muito breve e objetiva, escrita apenas na frente, para ser lido por uma pessoa e

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 04 OS0279, data limite 1977 – 1979 doc. 01. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 74 do PDF.

passado a diante para que outro alguém lesse. Era uma forma ágil e simples de se comunicar com os bancários. Segundo os arquivos da repressão, um infiltrado de codinome Jacaré, que esteve em uma reunião em 09/08/1978 do pessoal do Banco do Brasil que tinham 20 bancários presentes, alega:

“Foi entregue a mim por um funcionário do Bradesco de nome ADEMAR DE TAL, da agência Nova Central, onde é escriturário, vários impressos (‘Mosquitinhos’), os quais seguem em anexo, sendo que o mesmo pediu muito sigilo e cuidado ao difundir o mesmo para outros funcionários do Bradesco. Ademar disse também que esses ‘mosquitinhos’ são feitos em uma gráfica particular na cidade de Osasco, não sabendo o local da mesma.”²⁰⁷

Na página a seguir segue um exemplar:

²⁰⁷ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 04 OS0279, data limite 1977 – 1979 doc. 01. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 112 do PDF.

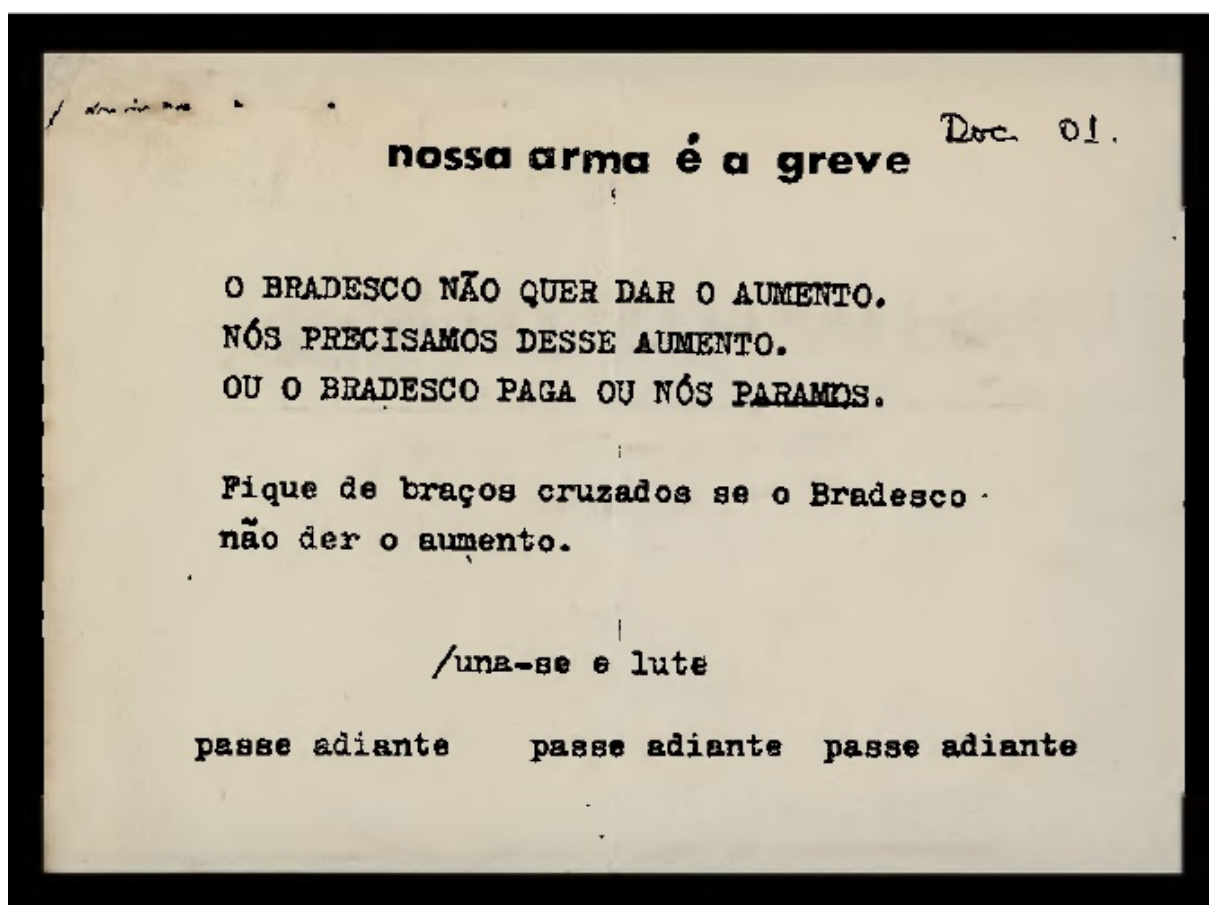


Figura 4 mosquitinho²⁰⁸

²⁰⁸ Idem, pág.114.

A proposta dos patrões havia sido rejeitada na assembleia de 23 de agosto, mas a greve viria ocorrer apenas em 1º de setembro. De uma data até a outra foram organizadas algumas reuniões alguns atos e uma assembleia, que é o auge daquele ano, no que se refere à participação dos bancários em assembleias.

É importante observar que antes dessa assembleia aconteceu uma outra, no dia 16 de agosto. Nesta alguns avanços foram apontados, mas recusados:

“No dia 16 em nossa assembleia recusamos a proposta dos banqueiros. Com medo de nossa mobilização eles já fizeram concessões. Mudança da data base para setembro, salários de ingresso desvinculado do mínimo, aumentos maiores para os que ganham menos, anuênio de CR\$200,00. RECUSAMOS AS MIGALHAS PATRONAIS! SABEMOS O QUE QUEREMOS : 65% DE AUMENTO.”²⁰⁹

No dia 23 além da rejeição das propostas mais algumas propostas foram aprovadas:

“Ficou resolvido entre os participantes os seguintes itens:

- a) Não aceitem a proposta dos banqueiros, dizendo: - QUEREMOS 65% DE AUMENTO OU GREVE;
- b) Nova assembleia dia 30/08 às 19:00 horas no mesmo local (Casa de Portugal);
- c) Concentração amanhã dia, digo hoje, (24/08) às 12:00 horas em frente à Sindicato dos Banqueiros, na Rua Libero Badaró, Nº 293;
- d) Assembleia dia 05/09/78, para discutirem assuntos referentes aos funcionários do Banespa, que foram demitidos.”²¹⁰

²⁰⁹ Boletim do SEEB-SP - CEDOC

²¹⁰ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 04 OS0279, data limite 1977 – 1979 doc. 01. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 91 do PDF.

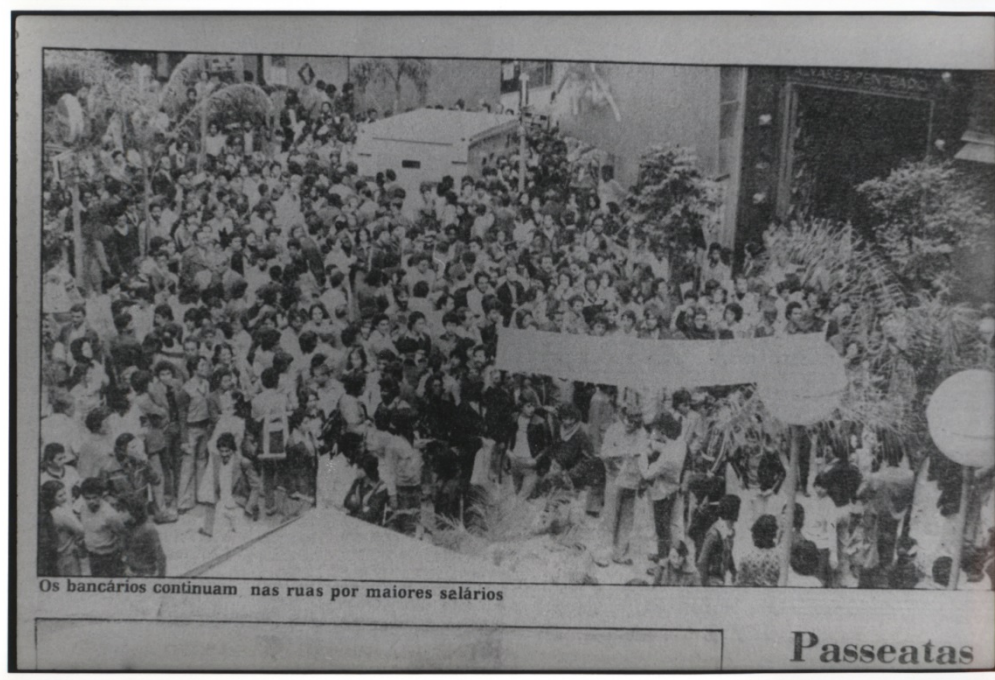


Figura 5 Concentração dos bancários no centro de São Paulo em 24/08/1978²¹¹



Figura 6 Passeata dos bancários de 24/08/1978²¹²

²¹¹ CEDOC SEEBSP. Caixa 104, envelope 4752.

Como podemos ver, através das imagens, de fato, a categoria realizou a passeata no dia 24 de agosto, e embora não aja documentação descrevendo o ato, é possível notar que, como já vinha sendo discutido, a categoria estava se mobilizando novamente e o papel da Oposição é central para o reascenso das lutas populares daquele período.

Essa assembleia, liderada pelos militantes da oposição e com 1500 bancários presentes estava falando abertamente em greve. O Mosquitinho, retratado acima, deixa bem claro a posição de quem o distribuía, era a paralização. As pessoas estavam ouvindo e lendo, cada vez com mais frequência, a palavra “Greve” ou termos próximos como “Paralisar” e “Braços cruzados”. A categoria, impulsionada pela ação da oposição, estava caminhando para um confronto mais radicalizado com os patrões e governo.

A reação chegaria cedo, antes ainda dessas assembleias, e as suspensões começaram a acontecer, mirando lideranças importantes do movimento de oposição bancária. Ao total forma cerca de 10 suspensões, mas aqui iremos nos ater apenas nas do Banespa:

“Ao ver a primeira Assembleia democrática em quase 10 anos, onde a mesa foi eleita por aclamação do plenário, onde aprovou-se a proposta de luta e não de conciliação, no dia seguinte (sexta-feira, 28/07), vimos mais uma arbitrariedade da Administração do ‘BANCO DO NOVO TEMPO’ (BANESPA). Novo tempo de arrocho salarial, demissões, transferências arbitrárias, e agora, suspensões.

Cinco companheiros desse banco – do movimento de oposição – que estão na linha de frente da Campanha Salarial foram suspensos e estão incursos. Em ‘inquérito judicial’ (na Justiça do Trabalho), que visa suas demissões. Esses companheiros, sindicalistas há mais de 10 anos, participam do Sindicato na defesa dos salários e dos interesses de todos bancários, portanto, na defesa dos interesses da categoria, onde se incluem os empregados de locadora de mão-de-obra que trabalham em bancos.”²¹³

Os suspensos eram:

“ANTONIO AUGUSTO DE OLIVEIRA CAMPOS, funcionário da ADGER/DEFIN com mais de 11 anos (estável), membro eleito da comissão salarial da e da Oposição;

²¹² CEDOC SEEBSP. Caixa 104, envelope 4749.

²¹³ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 04 OS0279, data limite 1977 – 1979 doc. 01. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 116 do PDF.

CLAUDIO ERNESTO DIETRICHKEIT (Claudinho), funcionário estável no NASBE, membro eleito da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), membro da Comissão Salarial e da Oposição;

ELIEU VIEIRA SOBRAL, funcionário estável do posto de serviço da FEPASA (Ag. Patriarca), membro eleito da CIPA, ex-diretor da Federação dos Bancários (gozando de imunidade sindical), membro da Comissão Salarial e da Oposição;

OSVALDO DIAS LARANJEIRA, funcionário estável da ADGER/DEFIN, membro eleito da CIPA, presidente eleito da assembleia salarial do dia 27, membro da Comissão Salarial e da Oposição;

LUIZ GUSHIKEN, funcionário da agência Brás, vice-presidente eleito da CIPA (com estabilidade), representante dos funcionários do BANESPA na assembleia salarial do dia 27, membro da Comissão Salarial e da Oposição.”²¹⁴

Assinam o documento:

“Oposição bancária, a Comissão Salarial, comissão de defesa dos funcionários do Banespa, Comissão dos funcionários do Baneser (em greve), Comissão dos funcionários do Banco do Brasil (agência centro), Comissão metropolitana dos funcionários do BB e comissão dos funcionários dos bancos Real, Caixa Econômica Estadual, Mercapaulo, Unibanco, Bradesco, Safra, Noroeste e Itaú.”²¹⁵

Outro material, desta vez um que feito e distribuído pelo “Núcleo de Bancários da Convergência Socialista” na qual eles alegam sobre as suspensões, que:

“Na verdade, trata-se de mais uma manobra dos patrões, os quais, temerosos de nossas mobilizações, pretendem castrar as lideranças classistas do movimento bancário. Os cinco companheiros punidos não são optantes do FGTS, logo, tem estabilidade no trabalho. São Antigos ativistas no Banco e no nosso Sindicato, participam da Oposição Sindical e na assembleia que abriu oficialmente a atual campanha salarial os companheiros Oswaldo e Elieu foram eleitos pelos 800 bancários presentes para presidir os trabalhos naquele dia.”²¹⁶

²¹⁴ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 04 OS0279, data limite 1977 – 1979 doc. 01. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 116 do PDF.

²¹⁵ Idem, pág. 117.

²¹⁶ Idem, pág. 189.

Esse material recolhido no início da campanha salarial aponta para duas asserções. A primeira sobre a disposição de luta que tinham as lideranças da oposição, e segunda, o grau de envolvimento desse grupo com as lutas da categoria, sendo que haviam se tornado membros importantes a ponto de serem perseguidos pelo banco.

3.4 - A Categoria Radical

No dia 28 de agosto, poucos dias antes da greve de 1978, foi organizada uma reunião com alguns bancários para organização da assembleia de 30 de agosto, que ocorreria em dois dias. Segue o relato de membro infiltrado no debate:

“(...) compareci em data de 28.08.78, no Sindicato dos Bancários para presenciar a reunião sobre a ‘Campanha Salarial’ da classe que se acha em plena campanha, sendo que dessa reunião comparecera aproximadamente 25 pessoas, divididas em bancos diferentes.”²¹⁷

A reunião decidiu:

“a) Entrega de Boletins em todos os Bancos, convidando todos os Bancários a comparecerem no dia 30.08, próximo passo, as 18:00 horas em frente ao Sindicato para depois saírem em passeata de protesto ao salário, até a Casa de Portugal, onde reunir-se-iam em Assembleia Geral.”²¹⁸

A ação de distribuição de boletins aconteceria em um curto espaço de dois dias, ou seja, uma reunião curta, as poucas pessoas presentes se colocaram a missão de massificar aquela informação. A tarefa não era impossível por que a categoria bancária já estava, aparentemente, disposta a atender ao chamado de uma possível greve. É o que vai acontecer.

A comissão salarial em conjunto com a mesa que dirigiu aquela assembleia e a direção do sindicato organizou um comunicado aos bancários apresentando as proposições acertadas naquela noite:

“Cerca de 4.000²¹⁹ (quatro mil) bancários, reunidos na quarta seção da ASSEMBLEIA GERAL SALARIAL, diante da total intransigência dos banqueiros, demonstrada há longos anos e reiterada com a representação de uma contraproposta que havia sido repudiada

²¹⁷ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 04 OS0279, data limite 1977 – 1979 doc. 01. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 108 do PDF.

²¹⁸ Idem, pág. 108.

²¹⁹ Entre a documentação do boletim do sindicato e o documento do DOPS existe uma diferença de mil bancários, o boletim apresenta 4.000 presentes enquanto o órgão indica a participação de cerca 3.000 pessoas. Estima-se que o boletim sindical esteja mais próximo da quantidade certa de trabalhadores presentes já que é o próprio sindicato que cuida da inscrição da categoria nas assembleias e que usa essa para lavrar a atas.

na seção anterior (23-08) resolveram PARALIZAR SUAS ATIVIDADES A PARTIR DO DIA 1º/09/78 (sexta-feira).”²²⁰

As principais orientações apontadas, na assembleia, para os trabalhadores grevistas foram as seguintes:

“b) Formar um Comando Geral, formado por 10 elementos , sendo um (1) de cada Banco, após a paralização;

c) Bater o cartão de presença e permanecer no local formando comissão ou comissões;

d) Que seja feita, ou melhor, elaborado boletins e entregues ao povo, explicando a causa da greve;

e) Autorização da diretoria do Sindicato dos Bancários para negociar com o Sindicato dos Banqueiros e dizer que só voltarão ao trabalho após o acerto de 65% mais anuênio de Cr\$ 300,00. “²²¹

Foram 4.000 (quatro mil) bancários presentes, fato que para a época e para o trabalho da oposição era bastante representativo. Por meio da ação daquelas militantes a categoria voltava a atuar junto de seu sindicato.

A assembleia aconteceu no dia 30/08/1978, uma quarta-feira e os bancários tinham a quinta-feira toda para organizar a greve, elaborou-se, então, um comunicado para ser entregue ao máximo dos trabalhadores, com o intuito de preparar os bancários para a sexta-feira, dia 1º de setembro. Algumas orientações eram:

“ – Formação de um fundo de greve;

- As negociações serão encaminhadas pelo COMANDO GERAL DA GREVE (CGG) em conjunto com o presidente do Sindicato

- A paralização deverá ser feita da seguinte forma:

Os bancários baterão os cartões e permanecerão parados nos próprios locais de trabalho, pacificamente. Em cada agência ou sessão os bancários formarão

²²⁰ Comunicado do SEEB-SP de 31/08/1978

²²¹ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 04 OS0279, data limite 1977 – 1979 doc. 01. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 132do PDF.

comissões as quais devem se integrar por zona ou bairro. De cada comissão sairá um representante para o CGG.

- A sede do CGG é no Sindicato (Rua São Bento, 365 – 20º andar)

- Sábado, dia 2/9, às 14 horas, HAVERÁ NOVA ASSEMBLÉIA NA CAMARA MUNICIPAL (Viaduto Jacareí, 100 – esquina com a Rua Santo Antônio).²²²



Figura 7 Assembleia dos bancários de 30/08/1978 na Casa de Portugal²²³

A historiografia, quando estuda brevemente essa greve sempre aborda a inexperiência dos jovens da oposição sindical que a conduziu, dando a entender que a estratégia de greve estava desajeitada ou equivocada, ao tentar repetir como que fizeram os metalúrgicos meses antes. Karepovs, no livro da história do sindicato, feito a pedido da direção da instituição argumenta que:

“E ao contrário do que supunha a Oposição, as comissões de Bancos não estavam suficientemente organizadas para bancar o movimento naquelas condições:

²²² Comunicado do SEEB-SP de 31/08/1978

²²³ CEDOC SEEBSP. Caixa 104, envelope 4749

poucas agências do Banco do Brasil e apenas algumas de bancos privados paralisaram suas atividades.”²²⁴

Por sua vez, Canêdo diz que:

“A tentativa de paralisação dos bancos paulistanos demonstrou, entre outros elementos, o desconhecimento, por parte das lideranças, das reais condições da categoria diante da organização do trabalho nos bancos. O comando de greve tentou aplicar uma tática que incluía a ação direta ‘ao pé do trabalho’, tal como haviam feito os metalúrgicos de São Bernardo alguns meses antes.”²²⁵

É óbvia a falta de experiência das lideranças ao conduzirem a greve, e o fato de que não estavam na direção do sindicato os impedia de ter noção da realidade do trabalho bancário em sua totalidade, portanto, não havia, para eles, uma experiência própria da greve, a mais próxima era a dos metalúrgicos. Mas apesar dos problemas desse movimento não se pode deixar de levar em conta o que aconteceu durante a greve e seus resultados posteriores.

Foi possível encontrar na documentação do DOPS um informe sobre o tamanho da paralisação de 01/09/1978:

“O ‘Comando de Greve instalado na sede do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo (no 20º andar), vem comunicando à classe que o movimento paredista conseguiu o seguinte resultado até as 16:00 horas de hoje, com paralisações totais e parciais:

<u>BANCO</u>	<u>Nº DE AGÊNCIAS</u>
BRADESCO	6
BANESPA	2
BANERJ	3
BAMERINDUS	4
B.C.N	2
BANCO DO BRASIL	5
UNIBANCO	7

²²⁴ KAREPOVS, Dianis, Org. A História dos bancários: Lutas e conquistas – 1923 – 1992. SEEB-SP, 1994. Pág. 88.

²²⁵ CANÊDO, Letícia Bicalho. Bancários: Movimento sindical e participação política. Ed. Unicamp. Campinas, 1986. Pág.228.

ITAU	3
NACIONAL	9
REAL	12
BOSTON	76 SETORES
B.E.S.C	1
ECONÔMICO	1
ITAMARATI	1
AMERICA DO SUL	1
COMIND	5
MARCANTIL	2
C.E.F	1
ESTADO DO PARÁ	1
CENTRAL	1
NAÇÃO ARGENTINA	1
SAFRA	3
BEMGE	1” ²²⁶

Somam-se aproximadamente 72 agências fechadas completamente ou parcialmente em decorrência da greve. A categoria estava sem entrar em greve desde o início da década de 1960, são mais de 10 anos sem paralisar os trabalhos e embora todas as dificuldades, a greve havia voltado a acontecer na categoria bancária.

No dia seguinte, sábado dia 02/08 aconteceu uma assembleia na câmara dos vereadores e dentre as várias falas podemos destacar a fala de Luiz Antonio Alves de Azevedo (Luizinho Azevedo):

“LUIZ ANTONIO AZEVEDO, disse que aproximadamente 80 agências paralisaram. Leu vários documentos a respeito da paralisação parcial dos bancários,

²²⁶ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 04 OS0279, data limite 1977 – 1979 doc. 01. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 107do PDF.

dando assim, um balanço geral da greve, inclusive sobre as pressões que sofreram os companheiros por parte das chefias e, em alguns casos, com a intervenção da polícia. Disse que a tática da greve deveria mudar, pois, na maioria dos casos, os bancários estavam dispostos a paralisar, mas, bater o cartão e permanecer dentro do banco, não deu resultado. Citou o exemplo do Banco do Brasil, que somente atendeu ao público às 12:00 horas, quando abriu suas portas.”²²⁷

Nessa assembleia vários bancários falaram:

“Bancários (vários). Pertencentes às comissões de bancos. Todos falaram em mudança tática, e deram um pequeno balanço do que ocorreu em seus bancos, bem como da pressão por parte das chefias. Denunciaram demissões e suspensões ocorridas. Um funcionário do UNIBANCO que trabalha no Centro Administrativo denunciou que no seu setor ocorreram 44 suspensões e algumas demissões. Outro bancário, funcionário do Banco Real, que trabalha no Centro de Controle de Dados, disse que conseguiram parar, na sexta-feira, entre 23:00 horas e 02:00 horas da manhã, mas que, devido às pressões, tiveram que trabalhar.”²²⁸

A radicalização dos bancários envolvidos não era pouca, como aponta a fala dos bancários do banco Nacional:

“Disseram que não estavam sofrendo pressão por parte dos chefes ou gerentes, e que estes diziam que quem quisesse poderia paralisar, que não sofreriam qualquer punição, inclusive que alguns chefes estavam esperando modificação de conduta do movimento grevista, para que pudessem também aderir.”²²⁹

As falas revelam não só o tamanho da paralisação, mas evidencia que a categoria estava realmente mobilizada para participar da greve, havia envolvimento, porém faltava outra forma de organizar os bancários, e em decorrência de conhecimento da vontade dos bancários, a liderança entendeu que deveriam mudar o rumo da forma de se fazer aquela greve e Augusto Campos propõe:

“Disse que todos devem se dirigir ao sindicato e lá assinarão o ponto. Depois, serão formadas comissões que percorrerão as agências e tentarão trazer mais companheiros.”²³⁰

²²⁷ Idem, pág. 169.

²²⁸ Idem, pág. 170.

²²⁹ Idem, Pág. 171.

²³⁰ Idem, Pág. 170.

Ao final, a assembleia que contou com cerca de 1500 (um mil e quinhentos) bancários, define a continuação do movimento grevista com a mudança da tática, assim como proposta por Augusto Campos.



Figura 8 Assembleia dos bancários em 02/09/1978 na Câmara Municipal²³¹

Para a tristeza da categoria e da Oposição, a direção do sindicato, sem que ninguém soubesse, já estava negociando com os patrões e na segunda-feira, dia 4/09 o acordo estava fechado e já tinha um boletim pronto para comunicar a todos. Quando a Oposição chegou ao sindicato, naquele dia, a instituição estava com as portas fechadas e a assembleia marcada para o dia seguinte, terça-feira, dia 05/09, para aceitação da proposta. Embora houvesse disposição dos trabalhadores de bancos para aumentar a greve essa vontade foi parada por um golpe dos dirigentes sindicais. Estava acabada a greve.

Embora a manobra tenha malogrado a greve seu resultado não ficou apenas no aspecto dos ganhos materiais dos bancários. A paralisação teria colocado a Oposição no centro de sua atuação e a categoria, em luta, agora podia observar a ação do grupo Opositor. Para Luiz Antonio Alves de Azevedo:

²³¹ CEDOC SEEBSP. Caixa 104, envelope 4749

“Centramos a campanha na reposição das perdas (golpe do Delfim) e no aumento do piso salarial. Tínhamos força no Banco do Brasil, no Banerj e no Banespa. Nos demais, apostamos que com a paralisação da compensação, que ficava no Banco do Brasil, a adesão cresceria. A greve foi aprovada e os pelegos fecharam o sindicato. A tática de greve não deu certo. A greve durou pouco, mas a oposição saiu fortalecida e virou referência na categoria, preparando o terreno para a disputa eleitoral de 1979.”²³²

Para Rubens dos Santos²³³ a greve teve o mesmo efeito em relação à categoria:

“Essas discussões dentro do banco é que deram condições para organizar a greve de 78 no Safra que, como em todos os bancos não foi muito boa, pouco conseguimos, porém foi de grande ajuda para eleger a Chapa 2.”²³⁴

A greve teve um caráter formador para a Oposição e para a categoria já que ela abriu passagem para aqueles militantes e os evidenciou. A radicalização dos trabalhadores deixou um caminho livre para que os militantes, dali poucos meses, pudessem disputar e vencer as eleições sindicais que aconteceriam em janeiro de 1979. A Oposição, agora com muito mais evidência, tinha quatro meses para se organizar, disputar e vencer o pleito.

²³² AZEVEDO, Luiz Antônio Alves de. Entrevista 1. (Abr. 2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

²³³ Militante da Oposição Sindical eleito na chapa de Oposição em 1979.

²³⁴ SANTOS, Rubens dos. Entrevista 3, (Jun. 2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

3.5 - A eleição de 1979

Após a greve de 1978, com a categoria mais organizada e com uma direção sindical com medo e desacreditada, a eleição de 1979 reservaria maior espaço para a Oposição do que as eleições anteriores, nas quais o grupo que ainda estava se formando, havia participado. A eleição seria no ano de 1978, mas a direção do sindicato havia adiado o pleito para acontecer apenas em janeiro de 1979. Aparentemente tinham medo da resposta dos bancários nas urnas e, portanto, decidiram deixar o pleito mais longe da data da greve.

A bibliografia mais básica, já apresentada aqui neste texto, pouco dá conta da eleição do daquele ano e são poucas linhas dispensadas para entender como se deu, não o processo eleitoral, mas possibilidade da Oposição chegar ao poder. Canêdo faz uso de um parágrafo para falar sobre o pleito, basicamente:

“Voltando atrás de muitas de suas ilusões autonomistas, a Oposição procurou, após os acontecimentos de setembro, utilizar melhor o sindicato como conduto legítimo para a não dispersão e lograr continuidade de um trabalho que poderia oferecer perspectivas de eficácia, isto é, ampliar sua representatividade para além dos setores de vanguarda, neutralizando a ação da repressão sobre o trabalho que se procurava realizar dentro dos bancos. Para tanto, entregaram-se de corpo e alma nas eleições sindicais, unindo-se em torno da necessidade de afastar a diretoria pelega.”²³⁵

Karepovs dispende um pouco mais de esforço, e escreve três parágrafos sobre a eleição daquele ano dos quais é possível destacar como importante o seguinte trecho:

“Os principais pontos defendidos pela Chapa 2 eram a luta contra o arrocho salarial, liberdade e autonomia sindicais, liberdades democráticas e pela construção de uma central única dos trabalhadores, capaz de aglutinar todo o movimento sindical de todo país. A Oposição colocava-se ainda contra a estrutura e o imposto sindical. Por sua vez, a chapa de situação, dominada Rumo Certo, tinha por palavras de ordem renovação, unidade, luta e responsabilidade. Afirmava ainda, que a diretoria soubera ‘conduzir os destinos da classe unificando os bancários, fortalecendo o sindicato, aumentando seu patrimônio material e moral e repelindo com energia e dignidade as pressões econômicas e políticas’. De seu programa

²³⁵ CANÊDO, Letícia Bicalho. Bancários: Movimento sindical e participação política. Ed. Unicamp. Campinas, 1986. Pág.229.

constavam itens como aquisição de uma nova sede, clube de campo e assistência médico hospitalar.”²³⁶

O trecho é importante para mostrar as diferenças entre as duas chapas que concorriam no pleito. Deixa clara a intenção de mudança nos rumos da luta sindical dos bancários e de toda a classe trabalhadora enquanto a fala da situação evidencia o que já foi debatido nos dois capítulos anteriores, uma direção acomodada e que não tinha muito a prometer para a categoria e que a muito havia se distanciado dos caminhos das lutas da categoria. Não era o debate da assistência médica que tinha vencido o debate no ideário dos bancários e bancárias, mas sim o debate sobre aumento salarial, fim do arrocho, um sindicalismo mais feito às necessidades daquela categoria.

Por sua vez a socióloga Leila Maria da Silva Blass escreve um capítulo de duas páginas sobre a eleição onde vai abordar, de forma muito breve, o atraso proposital da eleição, a composição da Chapa 2, onde ela alega que ela era majoritariamente composta por membros de bancos públicos, já que refletia “*as mudanças no sistema bancário brasileiro em curso, bem como os efeitos da política trabalhista implementada após 1964*”²³⁷. Vai mostrar também um pouco sobre as reivindicações a cerca das questões de condições de trabalho e questões sociais ligadas à autonomia, liberdade sindical e liberdades democráticas. O mais interessante do capítulo é a narrativa de como se organizou visualmente a campanha da Chapa 2:

“São propagandeados, de um lado, os principais pontos de programa acoplados às várias denúncias, sobre as condições de trabalho oferecidas pelos bancos. Essas mensagens são transmitidas por meio de cavaletes, bandeiras, cartazes, panfletos e boletins específicos por bancos. Já se esboça, nesse momento, a preocupação das lideranças e militantes sindicais com a comunicação visual e direta com os bancários. Os cavaletes são produzidos artesanalmente à partir das ‘*madeiras onde se enrolam os tecidos. Passava-se a noite pregando madeiras, pintando e de manhã enchia a cidade de cavaletes*’. Os cavaletes e as bandeiras penduradas como varais nas principais ruas e avenidas do centro da cidade de São Paulo levam campanha eleitoral às ruas.”²³⁸

²³⁶ KAREPOVS, Dianis, Org. A História dos bancários: Lutas e conquistas – 1923 – 1992. SEEB-SP, 1994. Pág. 90.

²³⁷ BLASS, Leila Maria da Silva. Estamos em Greve: Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários. Ed. HUCITEC, São Paulo, SP. 1992. Pág. 72.

²³⁸ KAREPOVS, Dianis, Org. A História dos bancários: Lutas e conquistas – 1923 – 1992. SEEB-SP, 1994. Pág. 90.

²³⁸ BLASS, Leila Maria da Silva. Estamos em Greve: Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários. Ed. HUCITEC, São Paulo, SP. 1992. Pág. 72.

Outros trabalhos existem sobre a categoria, mas poucos com detalhes maiores sobre a eleição que aconteceu que levou a Chapa 2 ao poder da instituição sindical. Nos ataremos aqui a pontos mais específicos da Chapa, aspectos já tratados brevemente por outros autores como aspectos da formação da chapa.

A ação da inteligência do Regime Militar já vinha desde a segunda metade da década de 1970 acompanhando as ações do grupo da Oposição desde o início da sua formação. Como já foi possível observar, abundam, no arquivo do DOPS documentação desse pessoal, principalmente no ano de 1977. Em 1978 o acompanhamento não diminui, já que a greve dos bancários estoura em setembro. Em meio à documentação, produzida pelo órgão, daquele ano, foi possível detectar fontes importantes sobre a eleição de 1979. O resultado da eleição é a culminância dos vários atores e processos já estudados até aqui, portanto, trata-se de uma construção.

Em meio à documentação da repressão foi possível observar que já no início de 1978 a Oposição já estava se preparando para o pleito e lançam em 31 de março seu primeiro Boletim visando a eleição. Nesse boletim seminal, eles tecem sua crítica à atuação da atual diretoria do sindicato:

“O sindicato dos bancários não é um organismo representativo dos nossos interesses, muito menos um órgão de luta. Ao invés de lutar por melhores salários, contra o arrocho salarial, pelo direito de greve, por melhores condições de trabalho e etc, ele se limita a enviar cartinhas à Delegacia Regional do Trabalho, a colocar ações individuais na Justiça do Trabalho e aprestar serviço médico e dentário.”²³⁹

Fazem à crítica ao modelo de sindicalismo criado por Vargas na década de 1930:

“E isso não vem de agora. Vem da década de 30, quando foi imposta a toda classe trabalhadora pelo governo de Getúlio Vargas um sindicato aos moldes do sindicato corporativista, do modelo fascista italiano; um sindicato completamente atrelado ao aparelho de Estado, através da D.R.T, do imposto sindical, da Justiça do Trabalho. Antes de mais nada, imposto aos trabalhadores com a destruição de suas organizações sindicais livremente construídas. A Constituição de 46 veio apenas ratificar essa situação.”²⁴⁰

²³⁹ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 04 OS0279, data limite 1977 – 1979 doc. 01. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 300 do PDF.

²⁴⁰ Idem.

Podem-se notar, nesse trecho, claramente, as proposições principais do que viriam a se tornar os princípios constituintes da CUT (Central Única dos Trabalhadores) no que tange a relação Sindicato e Estado, são princípios do que se veio a chamar de “Novo Sindicalismo”.

“Em vista desse sucinto balanço, se coloca a necessidade de tirarmos esses pelegos do sindicato” ²⁴¹, alega a oposição em seu jornal e prepara o terreno para propor como deveria ser construída a chapa que disputaria com direção atual:

“Porém, é necessária a participação de todos que concordam em defender Liberdades Democráticas e Sindicais, Independência Sindical, Organização pela Base e se posicionem contra o arrocho salarial, participem desse movimento de Oposição (Movimento Bancário Pela Transformação do Sindicato) defendendo, antes de tudo, o método democrático de encaminhamento de suas tarefas, o seu caráter de oposição. Nas suas reuniões abertas, marcadas para todas as sextas feiras às 19:30hs na sede do sindicato, devemos defender que ele não faça perpetuar os métodos de escolha de chapa e de aprovação do programa através de conchavos. Para tanto, seu programa deve ser discutido com toda a categoria, através de seu jornal, para depois ser concluído, da mesma forma que a chapa que deve sair de oposição deve ser escolhida numa plenária amplamente convocada para esse fim.”²⁴²

A construção da chapa de Oposição não seria feita da mesma forma que a da Situação, o zelo pela democracia, participação e informação era bastante importante para aquele grupo, tanto que a escolha dos membros que comporiam a chapa seria realizada em plenária com participação de toda categoria, uma mudança bem radical na forma de escolha dos membros. É importante reparar que as reuniões da oposição, para sua organização, aconteciam dentro do próprio sindicato e não apenas em locais distantes da instituição.

Desde então serão publicados diversos boletins por bancos, explicitando as difíceis condições de trabalho dos bancários em cada instituição financeira²⁴³, dessa forma conseguem uma aproximação maior com a categoria já que conheciam sua realidade. Esse tipo de material mostra a emergência da luta da oposição e da categoria enquanto uma luta do presente, imposta pelas condições materiais as quais foram colocados bancários e bancárias:

“Assim, apresentamos o NOSSO PROGRAMA. Não possui ele a extensão do inatingível nem a utopia do irrealizável. Apresenta aquilo que, de imediato, deve

²⁴¹ Idem, pág. 301.

²⁴² Idem, pág. 301.

²⁴³ Essas condições são conhecidas pelo grupo opositor, já que nas reuniões durante a campanha salarial de 1978 foi possível levantar, nas reuniões por bancos.

ser abordado por nós e é passível de ser conseguido. Não estamos pedindo para confiar no nosso trabalho individual dentro do nosso sindicato. Estamos lançando UM CONVITE PARA LUTARMOS JUNTOS por aquilo que nos é de direito.”²⁴⁴

Nas vésperas da eleição, que seriam nos dias 29, 30 e 31 de janeiro e 1 e 2 de fevereiro, portanto, 5 dias para coleta de votos, a Oposição lança um Jornal da Chapa 2. No jornal a capa trazia as principais propostas, que eram “*Contra o arrocho; jornada de 6 horas; direito de greve; comissões de bancos; independência sindical; liberdades democráticas; Central Única dos Trabalhadores*”²⁴⁵. O grupo já tinha noção da necessidade da construção de uma central sindical que unificasse a luta de todas as categorias. Uma central não era uma novidade, mas, a estrutura sindical da época não permitia tal nível de organização dos sindicatos, já que a organização se dava pelas confederações sindicais, no caso dos bancários a CONTEC. As pautas do que eles diziam ser um sindicalismo “Autentico” estavam todas postas nessa capa.

Na interpretação de Rubens dos Santos, as propostas da Oposição ecoavam na categoria bancária:

“As propostas da chapa, falávamos em sindicato combativo, direito de greve, melhores salários e essas propostas vinham de encontro ao que muitos bancários queriam. Uma categoria onde a grande maioria era jovem, que questionava uma diretoria de sindicato que nada fazia. O desejo de mudança era grande.”²⁴⁶

Além dessas informações é possível observar mais outras bastante pertinentes. Ele deixa clara a visão que a oposição tinha da importância da greve de 78 e do grau de participação dos bancários na vida sindical daquele momento:

“RESOLUTOS OS BANCÁRIOS PROMOVERAM, concentrações públicas e passeatas para mobilizar a categoria. Com grande senso de iniciativa organizaram uma Comissão Salarial que punha em prática as resoluções das assembleias e cuidava da propaganda da campanha. E quando perceberam que os

²⁴⁴ CEDOC SEEBSP. Boletim da oposição para os bancários do Banespa.

²⁴⁵ Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o Sindicato dos bancários de São Paulo, ver: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Divisão de ordem Social. Delegacia de sindicatos e associações de classe. Pasta 17 OS 0294, data limite 1977 – 1978. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Página 191 do PDF.

²⁴⁶ SANTOS, Rubens dos. Entrevista 3, (Jun. 2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

patrões estavam intransigentes OS BANCÁRIOS PARTIRAM PARA A GREVE.”²⁴⁷

Mais a frente:

“FINALMENTE, OS BANCÁRIOS ENTENDERAM , que poder, patrão e pelegos agiam de comum acordo. O patrão pressionou o governo e este decretou que banco é essencial à economia, não podendo haver greve no setor. Depois de deflagrado o movimento, o poder foi a TV dizer que a greve era ilegal e que os patrões fizessem o que bem entendessem contra os grevistas. No segundo dia de greve, o poder avisou à diretoria que era hora de acabar com a brincadeira, e ela, sem pestanejar, FECHOU COM O PATRÃO E FECHOU O SINDICATO. Respirou Aliviada.

Não é atoa que tem tanta gente descrente do sindicato. ”²⁴⁸

²⁴⁷ Idem, pág. 114.

²⁴⁸ Idem, pág. 114.

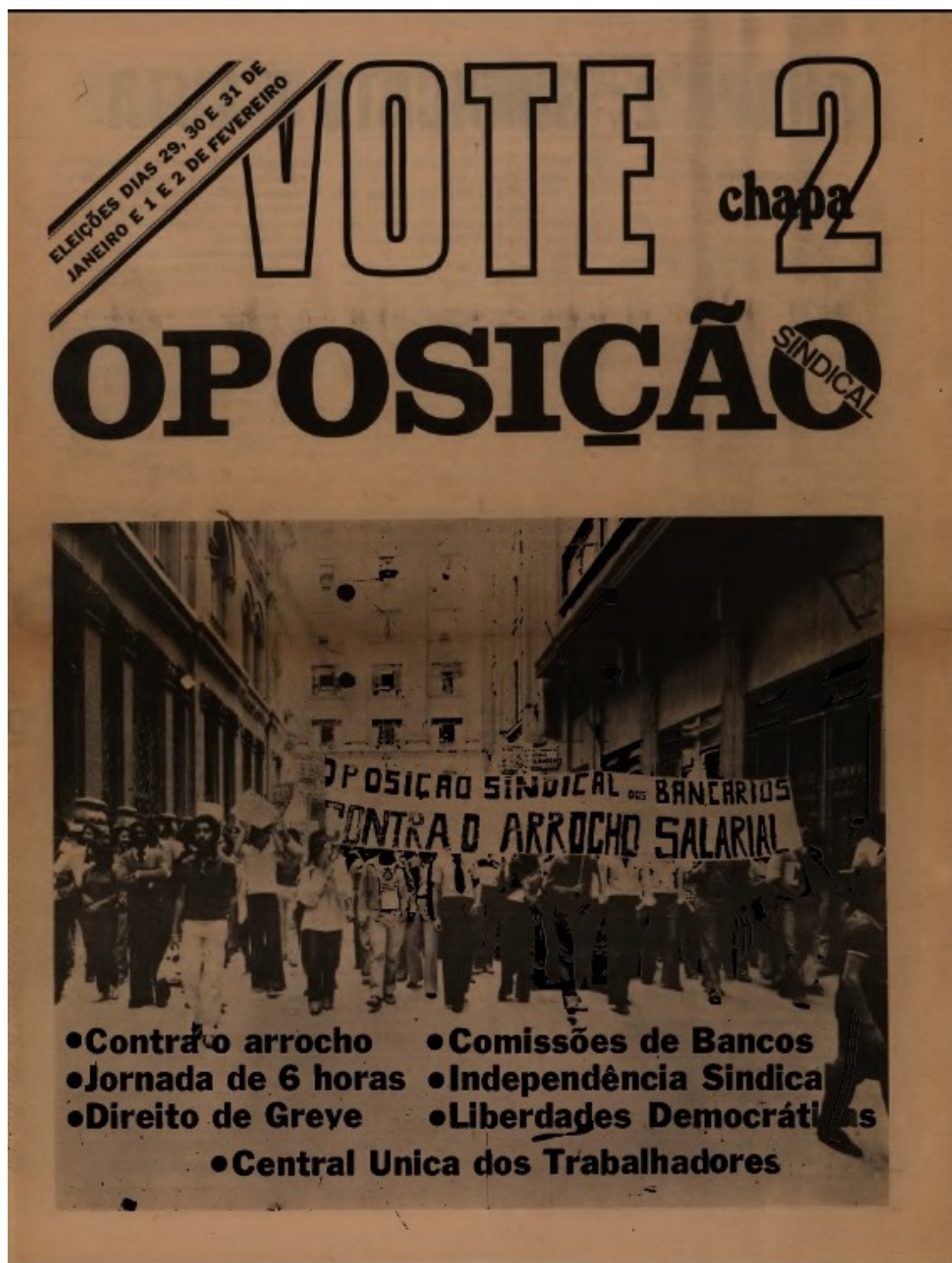


Figura 9 Jornal da Chapa 2

A visão política e a proposta de ação da Oposição estavam consolidadas em 1979, mas foi um processo de consolidação que veio desde a formação do grupo opositor em 1972 e esse desenvolvimento se deu por conta do envolvimento dos sujeitos e de suas filiações ideológicas. A Oposição sindical era composta por pessoas de várias matizes da perspectiva da esquerda. Como dito antes, no primeiro capítulo, a tensão dentro da esquerda que se dava pelo combate à hegemonia do PCB dentro do campo, vai desembocar no crescimento de outras correntes de filiação do pensamento e da ação militante e vai ter reflexos na categoria bancária. Esse eco, que chega aos bancários, encontra campo aberto, já que os quadros da direção sindical estão combalidos, e que os ativistas que faziam parte da Oposição, pré 1979, escolhem a atuação na clandestinidade. Algumas dessas correntes que surgem optam pela luta de massas, dentro da legalidade, no meio urbano e, portanto, dentro dos bairros e do movimento sindical.

A formação da chapa que disputa as eleições de 1979 é resultado desse processo, assim como a sua visão política. A heterogeneidade era característica básica dessa chapa que se deu através de uma construção discutida entre as correntes que compunham o movimento de oposição. Essa diversidade está presente na fala de alguns militantes da oposição, vamos trazer, aqui, a fala de Luiz Antonio Alves de Azevedo:

“Na oposição havia algumas pessoas do PCB, a TESICLA, a Luta Operária (que vira convergência logo depois - é o PSTU de hoje) e independentes. A disputa política era forte, mas as relações pessoais eram ótimas.”²⁴⁹

Sobre a construção da chapa, em relação aos membros dos bancos Luiz Azevedo discorre de forma breve, mas que ilustra muito bem a estratégia da formação:

“Em uma reunião no 18º andar havia duas posições: (1) fazer uma chapa de oposição pura e (2) compor com parte dos pelegos. Venceu a primeira tese, mas durante a formação da chapa constatou-se que não tínhamos lideranças em bancos com muitos votos, como Itáu, Unibanco, Bemge. Fizemos então uma aliança com participação minoritária de companheiros destes bancos. Um deles, do Unibanco, foi expulso da chapa na primeira gestão. Precisávamos contemplar pessoal de mais tempo de banco, pois nosso povo era todo jovem, com exceção do Augusto, com

²⁴⁹ AZEVEDO, Luiz Antônio Alves de. Entrevista 1. (Abr. 2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

mais tempo de Banespa. No final, a chapa tinha independente, OSI, PCB e uns poucos peleguinhos.”²⁵⁰

Embora existissem diversas visões políticas no grupo que compunha a Oposição Sindical, além de bastante disputa política o convívio não de embate:

“Na oposição havia algumas pessoas do PCB, a TESICLA, a Luta Operária (que vira convergência logo depois - é o PSTU de hoje) e independentes. A disputa política era forte, mas as relações pessoais eram ótimas.”²⁵¹

Essa visão é corroborada pela fala do Militante, Vitor Benda:

“A relação entre os militantes era de muita efervescência, boa camaradagem, atuávamos 24 horas por dia, lutando contra a "situação" e contra os bancos.”²⁵²

Dessa forma a chapa 2 foi se constituindo. As correntes presentes no debate da daquela construção precisavam ser inclusas no processo de composição, isso podemos perceber na fala do militante, Vitor Benda:

“Começando por mim, fui escolhido, pela minha intensa atividade sindical. A esta altura já não estava mais na Convergência Socialista. O presidente Augusto foi indicado pelo PC (acredito), o pessoal da Liberdade e Luta era muito atuante e indicou o Luiz Gushiken para vice-presidente, a Tita Dias e o Ademar Lopes. Na Secretaria Geral havia o Rui Sá, que acredito, foi indicado pelo Augusto (não tenho certeza) Na tesouraria foi indicado um pelego, que deu muito trabalho, pois tinha a chave do cofre. Havia o Gilmar do BANERJ, o Lucas do Banespa um companheiro do BCN, um do Banco de Boston, o Antonio. Pelos Financiários havia o Alvarinho., É o que me lembro.”²⁵³

Rubens dos Santos, também fala sobre a formação da chapa:

“Existia muitas correntes políticas de esquerda, principalmente no meio estudantil, umas já atuavam na oposição, outras foram se envolvendo no processo. Essas correntes foram a base da oposição. Buscou-se também bancários que não

²⁵⁰ AZEVEDO, Luiz Antônio Alves de. Entrevista 1. (Abr. 2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

²⁵¹ AZEVEDO, Luiz Antônio Alves de. Entrevista 1. (Abr. 2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

²⁵² BENDA, Vitor. Entrevista 2. (22/05/2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

²⁵³ BENDA, Vitor. Entrevista 2. (22/05/2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

eram de esquerda, mas que pudessem representar o seu banco na chapa. Tanto na oposição, quanto depois no sindicato, com a diretoria eleita, havia uma grande discussão política e ideológica. Cada tendência política podia colocar uma certa quantidade na chapa. A chapa tinha 24 membros e tinha que comportar membros que fossem de bancos grandes mesmo não sendo de esquerda. A discussão se deu às portas fechadas com os mais experientes e representantes das tendências.”²⁵⁴

A estratégia estava ligada à militância que existiam nos bairros onde os bancários moravam e também no movimento ligado à Igreja. Rubens, que era ligado à igreja alega em entrevista que:

“Como a FNT tinha uma grande penetração nas pastorais da Igreja, principalmente Pastoral Operária, muitas lutas faziam juntas, eu era colocado, embora não fosse como um representante da igreja. Passei a ocupar esse espaço, conversando com bancários que frequentava a igreja para participarem da oposição e da luta sindical. Na época, muitas pessoas dos movimentos sociais passaram a migrar para o movimento sindical.”²⁵⁵

O processo de formação da Chapa 2 havia sido um processo de debate das lideranças da oposição e das indicações das correntes sindicais, e com organização, ao que se parece, centralizada em Augusto Campos.

Embora a hegemonia do PCB estivesse bem desconstruída, podemos notar, na fala de Vitor Benda a importância do papel do Augusto Campos, talvez, na visão de muitos, o maior estrategista da Oposição. Augusto era membro do PCB, mas sua opção pela luta de massas leva a entender que embora não mais hegemônico no campo da esquerda, o partido tinha adesão no movimento e ainda contava com quadros influentes na disputa política.

A personagem de Augusto Campos perpassa toda a formação da oposição a partir de 1972 e a ação daquele militante torna-se central na construção da chapa de 1979. A fala da militante sindical Tita Dias mostra a importância que é atribuída à ele e a sua ação durante aquele processo:

“E o Augusto me chama, nessas conversinhas, que ele fazia em particular em uma sala, por que tinha sido demitido do banco, para me perguntar se eu não conhecia alguém no BANERJ, para por na chapa, ‘por que o BANERJ era um

²⁵⁴ SANTOS, Rubens dos. Entrevista 3, (Jun. 2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

²⁵⁵ SANTOS, Rubens dos. Entrevista 3, (Jun. 2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

banco muito importante'. Eu pensei comigo, 'BANERJ, banco importante?', sei lá quantos eleitores tinha, uma merreca, né, diante daquele colégio eleitoral imenso, era um banquinho muito pequeno, eu não entendi nada desse cara. Eu falei, puta, esse cara é louco mesmo, não é toa que eu não entendo qual que é, né, essa coisa do Augusto. Aí o Augusto pacientemente, né, comigo, por que não era fácil, né, essa minha rebeldia, o Augusto com toda aquela paciência, me explicando a história dos Bancários, a questão nacional, né, por que nosso patrão era nacional. E que não adiantava a gente ganhar apenas o Sindicato dos Bancários de São Paulo, que a gente tinha que ter uma estratégia para ganhar outros sindicatos do Brasil, do país, e que o Rio de Janeiro era outra base importante. Ó, da onde ele estava chegando. Alguém do BANERJ, na chapa de São Paulo para depois ajudar a gente a montar a oposição no Rio de Janeiro"²⁵⁶

Após a conclusão dos debates e com a Chapa 2 montada, o trabalho era mobilizar categoria bancária para fazer a disputa urna a urna com a Direção do Sindicato. Essa disputa, que dava nas ruas, se tornaria bastante intensa, já que o receio da situação em perder a máquina sindical era grande e a expectativa e vitória dos opositores era mobilizadora. Para aquelas pessoas a disputa, antes dos dias do pleito, não era qualquer e foi tida como uma guerra.

Luiz Azevedo lembra como havia sido esse processo e suas tensões:

“Uma guerra sobre todos os sentidos. Além dos panfletos, colávamos cartazes nos postes e minutos depois eles colavam em cima. Fizemos centenas de cavaletes que colocávamos nas esquinas e eles quebravam tudo. Resolvemos então lançar cartazes em tio bem altos para dificultar a retirada. Prendíamos o cartaz em um barbante e na outra ponta em uma pequena pedra, que era lançada para fixar o cartaz lá em cima. Deu certo.”²⁵⁷

O clima de batalha, instalado, não foi o suficiente para frear a disposição de luta da Chapa 2 e sua estratégia de divulgação da campanha:

“Com a chapa montada, tínhamos 3 meses de estabilidade e fomos para a rua. De dia fazíamos panfletagem nos bancos e à noite colávamos cartazes da Chapa 2. Os cartazes eram uma ótima propaganda, pois além dos bancários que passavam de ônibus e carros, outros trabalhadores também viam e ajudavam com comentários bons a nossa campanha.

²⁵⁶ Memória Sindical – Homenagem ao sindicalista Augusto Campos. Realizado por Crivelli Advogados Associados. São Paulo, 2014. 17 min e 35 segs.

²⁵⁷ AZEVEDO, Luiz Antônio Alves de. Entrevista 1. (Abr. 2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

Dormíamos pouco, pois eram poucos meses de campanha e tínhamos que enfrentar a repressão, alguns de nós foram presos colando os cartazes. Eram liberados, mas perdíamos o material de campanha.”²⁵⁸

Para o pessoal da Oposição os bancários, em sua maioria, já estavam convencidos de que a Oposição Sindical era o meio de melhorar a ação do Sindicato, na fala de Rubens “*De certa forma, já prevíamos a vitória da Chapa, pois a aceitação dos bancários era grande.*”²⁵⁹, e também tinha boa adesão em alguns bancos públicos. É importante perceber a adesão dos bancários mais jovens às propostas e ações da Chapa 2, aqueles bancários mais jovens e em setores aos quais a situação sindical se distanciou, para Luiz Azevedo apoiou a Oposição:

“Mas, a galera mais nova, que era maioria, mas com poucos sindicalizados, apoiava a oposição. Neste sentido, a força no BB, no Banespa e no BANERJ foi fundamental. E a presença de bancários mais antigos no Itaú, Unibanco e Sudameris também ajudou.”²⁶⁰

A eleição aconteceu nos dias previstos e acordados e com todos os tramites legais seguidos pontualmente pelas duas chapas, mas a coleta de votos não foi fácil, como aponta Luiz Azevedo:

“O pessoal do sindicato jogou pesado. A eleição foi uma verdadeira guerra. Eles tinham controle da listagem de votação, da mesa coletora, do trajeto, de tudo. E tinham apoio dos bancos e da turma mais velha, que os via como dirigentes que defendiam o anuênio.”²⁶¹

Para Vitor Benda a o pleito não foi tranquilo:

“O processo eleitoral foi extremamente tenso. Todo o processo é conduzido pela diretoria do sindicato: a escolha do roteiro das urnas, a escolha dos recolhedores de votos, os escrutinadores, o horário de funcionamento da votação e a quantidade de dias. Tínhamos que ter fiscais em todas as urnas, cujos mesários muitas vezes não permitiam que entrássemos nos carros dos mesários, até a visita aos bancos. Os

²⁵⁸ SANTOS, Rubens dos. Entrevista 3, (Jun. 2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ AZEVEDO, Luiz Antônio Alves de. Entrevista 1. (Abr. 2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

²⁶¹ Idem.

mesários escolhidos já tinham experiência, pois participavam de outras eleições sindicais, eram profissionais, não tinham muito interesse em recolher os votos.”²⁶²

Rubens também aponta as dificuldades durante a coleta de votos:

“O processo eleitoral foi difícil, pois tínhamos que enfrentar além dos banqueiros e da Chapa 1, também os chefes (puxa-sacos) e no processo eleitoral em si e na apuração, tivemos que recrutar fiscais, pois a diretoria é quem contratava o pessoal que fazia a eleição com as urnas e sabíamos que eram gente especializada em fraudar eleições.”²⁶³

Dadas às dificuldades do processo eleitoral é importante ressaltar a vitória da Chapa no que implica o número de votos, foram dois escrutínios e a Chapa da Oposição teve 00000 votos enquanto a situação obteve 00000 votos, uma diferença expressiva de 00000 votos. A construção que se deu a partir de 1972 estava sendo coroada no anos de 1979, 7 anos depois, e a oposição e seu discurso de um sindicalismo “Autentico”, mais combativo, mais democrático e mais socialmente político, finalmente chegava ao poder, para agora lhe dar com outras dificuldades que se avizinhavam. A Oposição Sindical agora era direção, mas “Não tínhamos experiência nenhuma em dirigir a máquina sindical, como tesouraria, departamento de pessoal, jurídico e etc. Éramos apenas militantes.”²⁶⁴ .

²⁶² BENDA, Vitor. Entrevista 2. (22/05/2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

²⁶³ SANTOS, Rubens dos. Entrevista 3, (Jun. 2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

²⁶⁴ BENDA, Vitor. Entrevista 2. (22/05/2018). Entrevistador: Regis Mendes Munhoz: São Paulo, 2018. Realizada por e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decurso dessa pesquisa, procuramos entender em que momento alguns os trabalhadores bancários sentiram a necessidade de se organizar para fazer frente à banqueiros, ao Governo Militar e à direção de seu sindicato, de tal forma que foi possível que eles ganhassem a eleição sindical do ano de 1979. Levando em conta o surgimento e a formação de um grupo de Oposição Sindical – que se constituiu marcado por sua diversidade de pessoas política e, principalmente, por sua diversidade política – nos empenhamos em investigar como e quando surge o grupo de Oposição e quais suas ideias em relação ao movimento sindical – no que tange o grupo de ideias e identidades que constroem a conformidade do grupo. Buscamos, dessa maneira, com essa inquirição, entender como foi possível à chegada daquelas pessoas ao status de direção sindical, derrotando nas urnas a, até então, direção do sindicato, através do estudo da formação de um grupo, sua biografia bem como a biografia de alguns indivíduos, deste modo, a contar das experiências dos próprios bancários, sua militância e seu convívio.

As reflexões que poderíamos compor nas considerações finais, ao que concernem aos objetos desta pesquisa estão, em sua maioria, já no decorrer dos capítulos. No entanto, e embora correndo o risco de tornar o desfecho fatigante pela reiteração, se faz necessária a recuperação de algumas conclusões.

Logo ao início do estudo, foi necessário darmos conta de entender minimamente um pouco sobre do que se trata o trabalho bancário e como se dá sua exploração, fatos de suma importância para poder-se compreender essa categoria como integrante da classe trabalhadora, capaz de constituir identidade, através de suas experiências, das vivências e memórias.

Entender que a Oposição Sindical chegou ao poder, deslocando o centro do poder do sindicato de uma direção com uma visão política, para outra, é entender, do mesmo modo, quais as causas que delinearão a derrota da, então, situação sindical. Demos conta de entender as mais importantes conquistas da categoria bancária desde o surgimento do seu sindicato até 1964, ano do Golpe Civil-Militar, e tracejar, ou buscar indícios de como aquela direção que até então exitosa, pode perder a direção sindical para um grupo de jovens que, em sua maioria, nunca estiveram ligados à luta sindical.

Nesse ponto, por diversas vezes, foi possível se dar conta do esgotamento de uma visão de ação sindical. Aconteceu que a perspectiva de ação no sindicato, até então, praticada pela esquerda, estava entrando em crise e perdendo sua hegemonia devido à tensão que passou a existir dentro da esquerda brasileira iniciada nos anos 1960. Além disso, pudemos ver que a situação, ou, direção sindical derrotada, sofre com a retaliação governo militar e com uma intervenção em 1964 e, embora tenha retomado o sindicato no ano seguinte, a realidade não seria a mesma. Desde aquele ano toda a classe trabalhadora iria, sistematicamente, perder uma série de direitos duramente conquistados, assim como a categoria bancária, que não consegue manter suas mais importantes conquistas. Fora essa realidade, existe o fato de que a direção sindical, devido a prática, crueza e crueldade dos Militares, para com militantes sindicais, e vendo uma de suas mais importantes lideranças ser assassinada, sob situação muito duvidosa, pode ter assumido uma postura muito mais acanhada, meticulosa e preocupada, do que uma atitude de enfretamento. Além do distanciamento dos avanços tecnológicos do sistema financeiro nacional e do rejuvenescer da categoria.

A tensão da hegemonia do PCB no campo da esquerda dá espaço para uma série de visões políticas desse campo, que vai se constituindo politicamente. Na categoria bancária, vimos o surgimento da Participação Ativa, um tipo de movimento que acaba por fazer oposição à direção sindical, mas que, devido ao recrudescimento do Regime se esvazia para fazer outros tipos de luta. De dentro desse movimento acabado, a existência de quadros militantes, dá vazão para o surgimento de outro tipo de visão de luta sindical e social, ou, a luta de massas. Aparece a figura de Augusto Campos, um visionário da categoria bancária, um grande símbolo da luta da oposição. Ele vai se relacionar com pessoas do sindicato e outras realidades políticas e esse, elencamos, como o ponto de partida do início do grupo de oposição que vai se tornar direção.

Esse grupo vai ser formando e se construindo a partir de 1972, e essa construção foi possível por conta da relação entre os sujeitos militantes nos bancos e no sindicato. As pessoas foram, aos poucos, se cruzando, se conhecendo, e, dessa forma, dando concretude à formação daquilo que veio a ser um grupo.

A formação desse agrupamento é possibilitada por alguns fatores próprios de caráter geracional, a categoria estava jovem, logo, isso aparece como uma característica singular da Oposição Sindical. Essas pessoas, que tem a identidade de trabalhadores bancários, também

se constituem enquanto estudantes, em sua maioria. A identidade de estudante e não apenas isso, mas o contexto de que muitos e muitas eram ligados ao movimento estudantil, indicou que aquela realidade possibilitou para a formação de um grupo.

Após grupo formado pudemos ver que suas ações e ideias estavam se moldando, tomando um rumo ao qual eles mesmos foram, também, preliminares. Aqui alegamos que eles “também” foram preliminares por que os bancários são, junto de outras categorias, fundadores de outra visão de sindicalismo, fato esse que vamos explorar logo mais a frente.

Há que se considerar, ainda, que o surgimento de um novo tipo de ação sindical e de como deve se comportar uma direção de sindicato, dá oportunidade para o advento de novas formas de ações sindicais. É o que o grupo da Oposição Sindical vai praticar.

Radicalizados – e aqui o termo radicalização está aplicado em seu sentido de ir à raiz, ou seja, bancários buscando uma forma de agir sindicalmente, que se chocasse diretamente com as raízes do problema do sindicalismo brasileiro – aqueles trabalhadores apresentam, para o conjunto da categoria, uma forma de atuação, para que assim se pudesse dar início a novo momento do sindicalismo no Brasil, ou para que a classe trabalhadora retomasse seus sindicatos e demonstrasse protagonismo em suas próprias batalhas.

Essa radicalização não fica restrita apenas aos militantes, mas acaba por incendiar boa parte da categoria, que assume a função de dar respaldo às indicações da Oposição. A categoria passa a ocupar formalmente os espaços do sindicato. Mas não só os espaços, passa a participar massivamente das atividades e passeatas, sempre capitaneadas pela Oposição, fato que culmina na eclosão da greve do ano de 1978, acontecimento de grande importância para os bancários, já que esse movimento organizado pela militância e não pela direção, embora tendo apresentado poucas conquistas materiais, representou, para bancários e bancárias, uma recuperação do seu poder de mobilização e a categoria pode conhecer pessoas que tinham visões diferentes sobre como agir sindicalmente. Essa greve deu notoriedade para a Oposição e a categoria leva, em 1979, esse grupo à direção sindical no pleito daquele ano.

É importante notar, que a greve de 1978, dos bancários, acontece por todos os fatores já apresentados, mas também é resultado da influencia de duas outras greves, a dos metalúrgicos, ocorrida em maio do mesmo ano e dos empregados das locadoras de serviços, ou, prestadoras de serviços para bancos, que se desenrola em julho.

Ora, é importante ressaltar as greves que quebram paradigmas para bancários. A greve do pessoal das prestadoras de serviço é ao que tudo indica, influenciada pela militância oposicionista, e acaba por entusiasmar bancários. Mas a greve dos metalúrgicos é marco no reaparecimento desse tipo de movimento, que esmorece após 1968 e ressurge em dez anos depois, para grande parte dos trabalhadores.

Porém, não podemos entender a greve metalúrgica como o movimento seminal de uma forma de ação sindical nova, ou seja, essa greve não necessariamente resulta em outra forma de se agir sindicalmente. Essa outra forma está enraizada na configuração e no fazer-se constante da classe trabalhadora. Estamos querendo alegar, assim, que o “Novo Sindicalismo” não é apenas resultado da greve no ABC e aqueles trabalhadores, não são por si só fundadores de uma ação nova nos sindicatos. Essa nova conduta é resultado da prática de outras categorias de trabalhadores que se conformam e se predispõem essa nova ação.

É importante relatar, brevemente sobre o conceito de “Novo Sindicalismo” e para tanto elegemos a visão de historiador Hélio Costa como adequada para essa pesquisa, já que para ele:

“O fato é que, desde suas origens, o sindicalismo que emerge para a cena social será marcado pela negação do passado sindical do período 1945 – 64, negação essa que, com todas suas adjetivações, será base de suporte para esses novos sujeitos se autoproclamarem representantes de um ‘novo sindicalismo’. Dessa forma, as ações do ‘novo sindicalismo’ deveriam ser entendidas como uma ruptura com as práticas do ‘velho sindicalismo’, dito populista, marcado pelo ‘vanguardismo’, pelo ‘cupulismo’, pelo distanciamento das bases e pela debilidade organizativa, característica de um sindicalismo que se mostrou frágil para resistir ao golpe de 1964 e incapaz de romper com a velha estrutura sindical corporativa.”²⁶⁵

Podemos entender o conceito de “Novo Sindicalismo” como uma realização dos trabalhadores que estavam em contraposição à forma com que se fazia sindicalismo no Brasil desde Getúlio, ou, a um sindicalismo “velho”, obsoleto, ultrapassado e desnecessário, que continha características inteiramente próprias e quase monolíticas e que não serviam mais para a classe trabalhadora.

²⁶⁵ COSTA, Hélio da. O Novo Sindicalismo e a CUT: Entre continuidades e rupturas. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil, Vol. 3: Revolução e Democracia, 1964. Rio de Janeiro, 2007. Ed. Civilização Brasileira. Pág. 601.

Portanto, e a título de finalização, podemos afirmar depois desta pesquisa que, a categoria bancária e seu fazer-se enquanto categoria e classe trabalhadora e também pelas suas visões sindicais, pesquisadas aqui, é fundante e fundadora junto de outras categorias de trabalhadores de uma nova visão sindical que estava surgindo.

Apêndice A: Entrevista realizada com Luiz Antonio Alves de Azevedo via e-mail em 16/04/2018

1 – Pode falar um pouco sobre você? Onde e quando nasceu? O que os pais faziam? Trajetória educacional? Tem alguma religião?

Luiz Antonio Alves de Azevedo nasceu no Córrego da Panela, região de Azevedo Marques, município de Viradouro, em 05 de dezembro de 1955. Meus pais trabalharam em terras alheias no sistema de parceria a 30%. Cresci em uma casa simples, piso de terra. Cimento só nos quartos e sala. Aos 7 anos iniciei meus estudos na escola primária da região, ao lado da Estação Ferroviária de Azevedo Marques, por onde passava o Maria Fumaça, que ligava Ibitiúva a Viradouro. A escola se resumia a uma única sala, onde pela manhã estudavam o 1º e 2º anos, ao mesmo tempo com a mesma professora, e à tarde o 3º e 4º anos. Tínhamos porcos, galinhas e plantávamos arroz, feijão, amendoim, laranja, fumo, mamona, mandioca, batata, melancia, milho e café.

Em 1966 terminei o primário e já não havia escola para eu e minha irmã mais velha. A mais nova ainda estava no terceiro ano. Foi então, que vendemos tudo que tínhamos e fomos morar em Bebedouro (SP). Com o dinheiro conseguimos comprar gás, fogão, geladeira, um cilindro a mão e passamos a fazer pastéis. Eu saía de cedo para vender nos bares, que os revendiam. Vendia também nas portas de fábricas e saídas de boias frias. Trabalhava o dia todo vendendo pastéis e fiz o curso de admissão, o quinto ano da época. Fiz o ginásio Industrial Estadual de Bebedouro, onde além das matérias de rotina (na época havia Educação, Moral e Cívica), estudei e aprendi muito de marcenaria, eletricidade, ferramenteiro, torneiro mecânico (madeira e metais), fresador.

Depois cursei o Colegial, correspondente hoje ao ensino médio, no Instituto Paraíso Cavalcanti, colégio de excelente qualidade que ficava ao lado da única faculdade da cidade (de ciências e letras). Foi quando despertei muito para a filosofia e a leitura. Ali tive excelentes professores, conheci um professor do antigo partidão e fiz amizade com dois professores, um marxista e outro anarquista. Por intermédio deles conheci um pesquisador, formado em Sociologia na USP, que adorava Tragtemberg e Weber. Por aí conheci esta outra corrente da sociologia. Isso tudo entre 14 e 18 anos.

2 – Quando, onde (alguma corrente) e com quem começou a militar?

Em 1974 prestei o serviço militar. Tomei muita porrada do sargento, por razões que desconhecia. Foi quando passei a considerar a relevância da luta pelo fim da ditadura militar. Decidi que ia fazer física na USP e prestar concurso público no Banco do Brasil e no IBGE. Nesta época, já havíamos comprado um bar no centro da cidade. Eu trabalhava das 7 horas até as 18, quando ia tomar banho e ir para o colégio, de onde retornava às 23 horas para lavar o bar e repor as bebidas no balcão frigorífico. Como passei no Banco do Brasil e no IBGE, fui a São Paulo para prestar vestibular na USP em 1975 e tomar posse no IBGE, em janeiro de 1976 (o primeiro que chamou). Fui de carona, porque não tinha dinheiro para gastar com passagem. No caminho fui lendo a Geografia da Fome de Josué de Castro, razão pela qual cheguei na USP e me inscrevi em Geografia.

Ainda quando trabalhava no IBGE e cursava geografia na USP conheci um pessoal da oposição bancária. Luiz Antônio Moreti (que você devia entrevistar). Ele trabalha aí em São Paulo (tenho o fone de quando ele estava em Brasília 61 98315 0202. Vou ver se encontro o fone dele e te passo. Esse cara sabe tudo sobre a oposição. Apesar de não ter entrado na chapa de oposição por motivo de saúde do pai que morava no interior, era uma das maiores lideranças na época, junto com Augusto Campos e Osvaldo Laranjeira. Ele pode te dar o contato do Laranjeira, pessoa super importante para sua pesquisa). Foi com o Moreti que comecei a frequentar o sindicato e conhecer o pessoal da oposição antes de entrar no banco do Brasil, o que ocorreu dia 24/08/1976. Tomei posse no Banco do Brasil na agência de Osasco, onde conheci o José Carlos Correa, que também tem muito a falar sobre a oposição. Assim que conseguir cel. te passo.

Ali me sindicalizei e comecei minha militância nos bancários, em agosto de 1976.

3 – Qual sua trajetória profissional?

Acho que já respondi parte dela. Depois de vender pastel, ser garçom, trabalhar no IBGE, fui ser escriturário no BB, de onde sai em 1996. Passei a fazer assessoria na Federação dos Comerciantes de Santa Catarina e depois fui dar aula na Escola Sul da CUT, em Florianópolis. Em 2002, sai e passei a trabalhar com planejamento estratégico. Em janeiro de 2003 assumi como chefe de gabinete do presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, onde fiquei até dezembro de 2004. Em janeiro de 2005, assumi como Secretário de Governo na prefeitura de Itajaí, onde também fui Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Sai em 2006. Em 2007, fui para Brasília, onde assumi como

Coordenador da Assessoria coletiva da liderança do PT no Senado. Em 2009, fui trabalhar no Rio de Janeiro, onde fui assessor do presidente da Fundação Petros. Em julho deste ano, voltei para o Senado, na mesma função, tendo sido convidado logo depois para trabalhar como Chefe da Assessoria do Ministro da Secretaria de Relações Internacionais da Presidência da República, ministro Alexandre Padilha, onde fiquei até julho de 2011. Passei então a trabalhar como assessor especial na presidência dos Correios, de onde sai para ser Secretário Executivo de Ricardo Berzoini na Secretaria de Relações Institucionais em 2014. Em janeiro de 2015, com o segundo mandato fui trabalhar como Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, de onde sai em outubro e assumi como Secretário Executivo da Secretaria de Governo da Presidência da República, onde fiquei até o golpe. Depois disso, constitui uma pequena empresa de consultoria em planejamento estratégico e tenho trabalhado por ela até hoje.

4 – Como era o trabalho no banco e como era o seu trabalho no banco?

Na época trabalhavam muitos funcionários nas agências. Em torno de 80 a 100 na de Osasco. A jornada era das 7 as 13 e das 13 às 19 horas. Havia uma das 12 às 18 horas. Apenas os comissionados trabalhavam 8 horas por dia. Serviço muito mecânico. A informatização era muito pequena. Os registros ainda eram feitos em fixas. O cliente ia ao balcão, onde apresentava o cheque, que passava para se conferir a assinatura e se havia fundos. Depois era entregue ao caixa, que chamava o cliente por um número que recebia no balcão. Eu trabalhava batendo partidas na máquina de escrever mecânica, fazia registro de lançamentos em uma máquina antiquíssima e grande (não me lembro o nome). A comunicação ainda usava muito o telex. Cada pequeno setor tinha um chefe. Havia muita rigidez com os horários. Cinco minutos de atraso poderiam significar a perda do dia.

Ali trabalhava e estudava na USP e militava na oposição. Me empolguei tanto com a militância que acabei por deixar a universidade e me concentrar na militância. Fui para a agência Bom Retiro, onde já havia alguns militantes, como Sandra Cajazeira e Bete. Depois fui para a Agência Campos Elíseos, de onde sai para o Cesec (centro de computação em Santo Amaro). A informatização crescia no banco e havia muita mudança na forma de trabalhar, que era rigorosamente estabelecida nos manuais. No Cesec intensifiquei o trabalho como oposição. Ajudei Gushiken a escrever as propostas e a estratégia da futura chapa de oposição

em 1978. A polícia me prendeu com todo o material quando saía do Cesec. Tivemos que mudar tudo.

Em 1978, a campanha salarial dos bancários ocorreu no calor das greves dos metalúrgicos do ABC, que haviam adotado a tática de braços cruzados máquinas paradas. Os pelegos do Sindicato fecharam o sindicato no dia da greve e tivemos que montar um comando no 11 de agosto, largo de São Francisco. Adotamos a tática de braços cruzados máquinas paradas, que foi um desastre nos bancos. Imagine um caixa de braços cruzados na frente de uma fila de clientes. A greve não foi um sucesso, mas possibilitou que a oposição conhecesse melhor a categoria e fosse reconhecida por ela como quem a defendia. Foi quando conhecemos a enorme divisão que os pelegos haviam criado na categoria. O piso salarial dos bancários era vinculado ao salário mínimo, de forma que grande parte da categoria tinha seu reajuste em maio, quando da correção do salário mínimo, sem qualquer campanha por parte do sindicato. E os bancários mais antigos tinham sua correção em setembro. Então, as assembleias eram predominantemente de bancários antigos, que se mobilizavam basicamente pela correção do anuênio. Desta forma, os pelegos neutralizavam as possibilidades de qualquer mobilização. Para se ter uma ideia de como isso foi muito bem utilizado pelos banqueiros, em 1977, o piso, se não me falta a memória, era Cr\$ 24,00, passou para Cr\$ 32,00 em 78, para Cr\$ 64,00 em 79.

Com a conquista da oposição em 1979, a questão do piso passou a ser tratada com ênfase nas campanhas. Os banqueiros mudam de estratégia e passam a forçar para acabar com os anuênios de 1980 em diante.

5 – Quando e porque começou a militar no banco?

Já respondi

6 – Quando começa a oposição bancária?

Quando cheguei nos bancários a oposição já existia de forma um tanto quanto desarticulada. Na verdade havia militantes no Banco do Brasil e no Banespa. E contatos em outros bancos, inclusive BANERJ, onde encontramos Tita Dias e Gilmar Carneiro. A oposição que conquistou as eleições apareceu primeiramente como Movimento Bancário Pela Transformação do Sindicato, ainda em 1978, transformando-se ainda neste ano em

Movimento de Oposição Bancária. Os pelegos adiaram a eleição que seria realizada em 1978 com medo de perder. A campanha salarial e a greve dos bancários de 1978 foi toda organizada e comandada pela Oposição, mas que não negociava. Antes da greve dos bancários, em 1978, houve a greve da Baneser. Fale com o Luiz Antônio Moreti a respeito.

7 – Quando e por que se tornou militante da oposição bancária?

Já respondi. Tornei-me militante em 1976. Me empolguei. Eu adorava física, fui para São Paulo para fazer física na USP e acabei fazendo outra coisa. Depois de abandonar o curso de geografia, prestei vestibular e cursei Português e Frances na USP. Também não conclui. Depois prestei vestibular para Jornalismo, ali na faculdade da Paulista, prédio da Gazeta. Entrei e também abandonei. Fui concluir minha graduação em Sociologia nos anos 2000. Fiz o mestrado e conclui em 2007, na UFSC.

8 – Quais pautas defendidas pela oposição bancária?

Não me lembro de toda. Na época as convenções coletivas eram basicamente reajuste, piso, gratificação de caixa, gratificação dos comissionados, indenização por morte e invalidez e desconto assistencial. Nossa pauta passou a valorizar a correção do piso salarial, além da reposição de perdas, como forma de atrair a juventude. E isso deu muito certo. O centro da greve de 1979 foi piso salarial mais 3 mil, forma de valorizar quem ganhava menos. Democracia e liberdade sindical também estavam na pauta. Contra o imposto sindical, coisa que conseguimos acabar no sindicato anos depois. Tínhamos entre nossos objetivos organizar as oposições sindicais de todo o país a partir do sindicato dos bancários e construir uma Central única dos Trabalhadores. Trabalhamos muitas questões específicas, como creche e auxílio creche, alimentação e ticket ou vale alimentação (esta campanha ganhou força depois que conquistamos o sindicato. O sindicato tinha um restaurante no 19º andar, que custava muito e gerava muita reclamação). Fizemos uma ampla campanha por auxílio alimentação. Quem pode falar muito disso é Tita Dias, que foi uma líder nesta campanha.

9 – Como era a sua atuação e a atuação da oposição no sindicato até 1975?

Não cabe. Eu entrei em 1976 no banco. Mas, a oposição antes de 1975 o Moreti pode te falar mais que eu.

10 – Participou da chapa que concorreu ao pleito de 1975? Como começou a fazer parte dela?

Fale com Moreti

11 – Como era composta essa chapa?

Fale com Moreti

12 – Quais as propostas dessa chapa?

Fale com Moreti

13 – Como foi essa eleição?

Fale com Moreti

14 – Entre os anos 1975 e 1979, estava em alguma corrente política? Como se relacionava com a base?

Em 1976 eu entrei para a TESICLA, que se relacionava com a Libelu na Universidade. Sai logo depois. Acho que em 1977 ou 1978.

Meu trabalho era centrado no Banco do Brasil. Fazíamos reunião meio na marra no sindicato (20º andar) para tratar das questões específicas. Além do movimento de boicote ao restaurante da agencia central em 1977, criamos um jornalzinho no Cesec, cujo nome não me lembro. O Paulo Sérgio de Carvalho, a Rosanea e o Sérgio Rosa podem falar disso.

15 – Como era sua atuação e a atuação da oposição entre 1975 e 1979, frente ao sindicato, à base e ao banco?

Já respondi.

16 – Como se deu a construção da greve de 1978 com a base e com o sindicato? Como foi a greve deste ano? Quais resultados ela teve na base, no sindicato, na oposição e nos bancos (banqueiros)?

Como já disse, tudo começa com a greve do Baneser. Os pelegos adiaram as eleições. E, na campanha, havia um clima de luta muito bom, derivado da movimentação estudantil, com manifestações no centro bancário, e das greves do ABC. Centramos a campanha na reposição das perdas (golpe do Delfim) e no aumento do piso salarial. Tínhamos força no Banco do Brasil, no BANERJ e no Banespa. Nos demais, apostamos que com a paralisação da compensação, que ficava no Banco do Brasil, a adesão cresceria. A greve foi aprovada e os pelegos fecharam o sindicato. A tática de greve não deu certo. A greve durou pouco, mas a oposição saiu fortalecida e virou referencia na categoria, preparando o terreno para a disputa eleitoral de 1979.

17 – Como era a relação entre as pessoas que faziam parte da oposição bancária nesse período?

Na oposição havia algumas pessoas do PCB, a TESICLA, a Luta Operária (que vira convergência logo depois - é o PSTU de hoje) e independentes. A disputa política era forte, mas as relações pessoais eram ótimas.

18 – Como se deu o processo de formação da chapa eleita em 1979?

Em uma reunião no 18º andar havia duas posições: (1) fazer uma chapa de oposição pura e (2) compor com parte dos pelegos. Venceu a primeira tese, mas durante a formação da chapa constatou-se que não tínhamos lideranças em bancos com muitos votos, como Itaú, Unibanco, Bemge. Fizemos então uma aliança com participação minoritária de companheiros destes bancos. Um deles, do Unibanco, foi expulso da chapa na primeira gestão. Precisávamos contemplar pessoal de mais tempo de banco, pois nosso povo era todo jovem, com exceção do Augusto, com mais tempo de Banespa. No final, a chapa tinha independente, OSI, PCB e uns poucos peleguinhos.

19 – Quais as propostas de chapa?

Já falei

20 – Como a base, o sindicato e os bancos receberam essa chapa?

O pessoal do sindicato jogou pesado. A eleição foi uma verdadeira guerra. Eles tinham controle da listagem de votação, da mesa coletora, do trajeto, de tudo. E tinham apoio dos bancos e da turma mais velha, que os via como dirigentes que defendiam o anuênio.

Mas, a galera mais nova, que era maioria, mas com poucos sindicalizados, apoiava a oposição. Neste sentido, a força no BB, no Banespa e no BANERJ foi fundamental. E a presença de bancários mais antigos no Itaú, Unibanco e Sudameris também ajudou.

21 – Como foi o processo eleitoral?

Uma guerra sobre todos os sentidos. Além dos panfletos, colávamos cartazes nos postes e minutos depois eles colavam em cima. Fizemos centenas de cavaletes que colocávamos nas esquinas e eles quebravam tudo. Resolvemos então lançar cartazes em tio bem altos para dificultar a retirada. Prendíamos o cartaz em um barbante e na outra ponta em uma pequena pedra, que era lançada para fixar o cartaz lá em cima. Deu certo. Mobilizamos apoio do movimento estudantil e das oposições na campanha, acompanhamento das urnas e fiscalização.

22 – Como você, a oposição, a base, o sindicato e os bancos reagiram frente à vitória da oposição?

Vitoriosa a chapa começamos nosso trabalho. Logo o Ministério do Trabalho compareceu para vasculhar as contas do sindicato. Na greve de 1979, quatro dirigentes foram punidos, Tita Dias, Ademar Lopes de Almeida, Washington Luiz Moura Lima e Gushiken.

Mas, aos poucos fomos nos impondo. Fato decisivo neste percurso foi o lançamento do jornal diário do sindicato no dia 8 de julho de 1980.

23 – Tem alguma coisa que gostaria de adicionar ao questionário? Alguma informação que não apareceu para ser respondida pelas perguntas?

Após a greve de 1979, resolvemos repensar nossas estratégias e nos debruçamos em conhecer a categoria. Foi feita uma pesquisa e decidimos que para ter força, o sindicato precisaria representar também os comissionados. Isso nos levou a até usar roupas mais adequadas para este público. Gushiken passou a usar terno e gravata. Lembro que, em uma assembleia do BB, cheguei a ganhar sapato, camisa e gravata para melhorar meu visual. Ou

seja, aqueles jovens cabeludos, de calça Jeans e bolsa de couro do lado, não conseguiam dialogar com toda a categoria. Depois disso, estudamos muito a categoria e suas necessidades. O que nos possibilitou reorientar nossas campanhas. Apesar da recessão de 1981 e 1982, conseguimos avançar em conquistas específicas na convenção coletiva e aumentar a nossa representatividade na categoria.

Além disso, cabe realçar a decisão estratégica adotada pela chapa de oposição já em 1979. Não ficaríamos presos no Sindicato. Jogaríamos pesado para derrotar os pelegos em todo o país, com prioridade para os bancários. E assim, fizemos.

24 – Tem algum material desse período que possa ajudar na pesquisa? Jornais de oposição, fotos, panfletos e etc.?

Entreguei tudo para o sindicato. Devo ter algo no meio da papelada lá em Florianópolis, mas não creio que acrescente muito ao que você já deve ter.

Apêndice B – Entrevista Realizada com Vitor Benda via e-mail em 22/05/2018.

1 – Pode falar um pouco sobre você? Onde e quando nasceu? O que os pais faziam? Trajetória educacional? Tem alguma religião?

1. Meu nome é Vitor Benda, nasci em São Paulo, aos 27 de março de 1950, junto com meu irmão René Benda, que já não está mais entre nós. Meus pais são imigrantes, papai veio da Alemanha, como judeu fugitivo do nazismo, desembarcou no porto de Santos, em 1934. Saiu sozinho da Alemanha em 1932, passou pela França, onde ficou pouco tempo e depois soube que havia um navio que viria para o Brasil, quando resolveu embarcar. Sem conhecer a língua, com muito pouco dinheiro, e sem conhecer ninguém passou a amar o Brasil, que o recebeu de braços abertos. Mamãe veio da Áustria só com a mãe em 1932, pois seu papai havia ficado na primeira Grande Guerra. Minha vó era música e além de professora tocava nos cinemas quando somente havia os filmes mudos. Pós-guerra foram tempos muito difíceis e o filme sonoro chegou em 1927, então, já não havia mais condições de sobrevivência com a música. Minha vó já tinha conhecidos no Brasil que a convidaram para vir afirmando que o país possuía melhores condições de sobrevivência. Papai não tinha grandes estudos, trabalhou como operário, até que começou a se desenvolver profissionalmente em uma fábrica de guarda-chuvas. Chegou até gerente, mas o dinheiro era pouco, então resolveu começar a trabalhar por conta própria, montando a sua própria fábrica de guarda-chuvas no Bom Retiro, bairro tradicional de judeus em São Paulo. Morei no Bom Retiro, onde estudei o primário na escola Israelita Brasileira Sholem Aleichem, que era uma escola mais "socialista", com o que meu pai se identificava. O ginásio foi no Ginásio Estadual Conselheiro Rui Barbosa, em Tremembé, bairro da zona norte de São Paulo. O acesso ao ginásio foi difícil, pois precisávamos passar no "Exame de Admissão", sendo que passei um ano no Cursinho para entrada no ginásio estadual. Após o Ginásio, novos exames para frequentar o Científico. Consegui passar no Colégio de Aplicação da FFCL da USP. Era um colégio de vanguarda, e em 1968 fui para as ruas contra a ditadura, meu líder era o José Dirceu. Participava das passeatas e frequentava a FFCL que na época era na Rua Maria Antonia. Depois do colégio fiz cursinho no Cairú Vestibulares, mas só consegui entrar em uma escola de Economia D. Pedro II, particular, onde me formei. Sempre me senti atraído pela História e quando eu estava no segundo ano da faculdade, prestei vestibular na História e entrei na USP em 1973, meu grande sonho. Fazia duas faculdades ao mesmo tempo e ainda trabalhava. Conclusão,

não fiz nada bem feito. Não consegui concluir o curso de História. Meus pais eram judeus, fui criado como tal, embora não fossem praticantes e também não tínhamos as cerimônias domésticas. Sinagoga apenas nas "grandes festas", "yom Kipur", dia do Perdão e "Rosch Hachana" ano novo. Fui circuncisado e fiz o Bar-mitzvá aos 13 anos. Bem, concluindo, me considero um judeu.

2 – Quando, onde (alguma corrente) e com quem começou a militar?

2. Comecei a atuar politicamente no Centro Acadêmico da História e no segundo ano, integrei a Chapa vencedora, isto em 1974. Era uma frente política, que tinha em comum, tirar o PC>>. Em 1975 perdíamos as eleições. Na escola havia várias tendências digladiando-se entre si, cada uma querendo conquistar mais adeptos. Fui convidado a integrar as fileiras da Convergência Socialista, que já tinha membros na História e acho Ciências Sociais. A Convergência procurava ampliar sua área de atuação na sociedade e como sabiam que eu estava no Banco do Brasil, fui deslocado para atuar no Sindicato dos Bancários.

3 – Qual sua trajetória profissional?

3. Nos fins de 1975, ingresso no Banco do Brasil. Eu já havia tentado antes, mas não consegui ser aprovado. Os fatores que me levaram a pertencer ao Banco do Brasil foram: horário bancário de 6 horas, o que me permitia atuar em outras atividades, como estudar. Era um emprego em estatal, portanto com estabilidade, ganhava relativamente bem melhor que os outros bancos e tinha benefícios como Assistência Médica, aposentadoria integral, financiamento para casa própria. Comecei minha vida profissional no Banco Nacional do Comércio de São Paulo, em seguida fui para a COMASP (Cia Metropolitana de Águas de São Paulo), depois absorvida pela SABESP, de lá fui para a Abril Cultural, que deixei para estudar para vestibular de história. Voltei depois para o Banco de Crédito Real de Minas Gerais e em seguida para o Banco Real. Cito estas passagens, apenas para registro, pois nada acrescentaram no meu enriquecimento profissional ou político.

4 – Como era o trabalho no banco e como era o seu trabalho no banco?

4. Entrando no Banco do Brasil, escolhi uma agência de grande porte, pois poderia passar despercebido e as grandes agências são as que mais pesam politicamente. Trabalhei no Cadastro e como em qualquer empresa havia os mais identificados com a empresa e os

menos. Eu obviamente me identifiquei com o segundo grupo e logo fui estreitamente vigiado. Um velho companheiro do PC me alertou dizendo que eu sempre deveria ser um bom funcionário, para não dar motivo para retaliações e assim, sempre cumpria os horários de entrada e saída, além de cumprir as tarefas a contento. Então, comecei a milita no banco, como uma tarefa da tendência que eu abraçara.

5– Quando e porque começou a militar no banco?

5. Quando entrei no Banco tinham terminado as eleições para a diretoria do sindicato, mas, o que notei, é que a partir daí a atuação dos militantes passa a se centrar nas questões específicas de cada banco e nas campanhas salariais, sem discutir o resultado das eleições com um balanço. Acredito que essa oposição de 1975 se dissolveu completamente. Fomos reunindo forças a cada assembleia, praticamente só a "oposição" atuava, embora a situação tinha o controle da máquina e também levava seus parceiros.

6 – Quando começa a oposição bancária?

6. Era uma época de grandes mobilizações dos metalúrgicos do ABC e isto contaminava todo o movimento sindical, inclusive os bancários. A diretoria eleita em 1975 não mobilizava, não convocava a categoria para a luta, fechava acordos salariais e os chamávamos de "pelegos"

7 – Quando e por que se tornou militante da oposição bancária?

7. A posição da oposição era um convite à luta e o representante dessa luta seria o sindicato, me parece que essa era o que unia todos nós, a chamada "mobilização", que a diretoria eleita não fazia.

8. 9. 10. 11.12. Não tenho condições de responder, pois não participei desse episódio no sindicato, entrei no banco em setembro de 1975

13 – Entre os anos 1975 e 1979, estava em alguma corrente política? Como se relacionava com a base?

13. Fui transferido do movimento estudantil para o movimento sindical bancário, pois naquela época atuava na Convergência Socialista.

14 – Como era sua atuação e a atuação da oposição entre 1975 e 1979, frente ao sindicato, à base e ao banco?

14 Fui logo identificados pela empresa como um sindicalista. Enquanto grupo, procurávamos ser uma alternativa para a categoria, atuando nas assembleias, reuniões por bancos, convocando a categoria, nas portas dos bancos

16 – Como era e relação entre as pessoas que faziam parte da oposição bancária nesse período?

16. A relação entre os militantes era de muita efervescência, boa camaradagem, atuávamos 24 horas por dia, lutando contra a "situação" e contra os bancos.

17 – Como se deu o processo de formação da chapa eleita em 1979?

17 . Começando por mim, fui escolhido, pela minha intensa atividade sindical. A esta altura já não estava mais na Convergência Socialista. O presidente Augusto foi indicado pelo PC (acredito), o pessoal da Liberdade e Luta era muito atuante e indicou o Luiz Gushiken para vice presidente, a Tita Dias e o Ademar Lopes. Na Secretaria Geral havia o Rui Sá, que acredito, foi indicado pelo Augusto (não tenho certeza) Na tesouraria foi indicado um pelego, que deu muito trabalho, pois tinha a chave do cofre. Havia o Gilmar do BANERJ, o Lucas do Banespa um companheiro do BCN, um do Banco de Boston, o Antonio. Pelos Financiários havia o Alvarinho, É o que me lembro.

18 – Quais as propostas de chapa?

18. A proposta da chapa era a mobilização, para que conseguíssemos conquistar as nossas reivindicações. Considerávamos a antiga diretoria imobilista, a serviço dos banqueiros.

19 – Como a base, o sindicato e os bancos receberam essa chapa?

19 Acredito que a base recebeu bem, um grupo de combativos colegas, a diretoria procurava sempre que podia, cercear a palavra, encerrando logo as assembleias e procurando "fechar" acordos salariais o mais breve possível.

20 – Como foi o processo eleitoral?

20 O processo eleitoral foi extremamente tenso. Todo o processo é conduzido pela diretoria do sindicato: a escolha do roteiro das urnas, a escolha dos recolhedores de votos, os escrutinadores, o horário de funcionamento da votação e a quantidade de dias. Tínhamos que ter fiscais em todas as urnas, cujos mesários muitas vezes não permitiam que entrássemos nos carros dos mesários, até a visita aos bancos. Os mesários escolhidos já tinham experiência, pois participavam de outras eleições sindicais, eram profissionais, não tinham muito interesse em recolher os votos.

21 – Como você, a oposição, a base, o sindicato e os bancos reagiram frente à vitória da oposição?

21. Os primeiros dias foram de grande euforia. Não tínhamos experiência nenhuma em dirigir a máquina sindical, como tesouraria, departamento pessoal, jurídico, etc. Éramos apenas militantes. O sindicato passou a receber um grande contingente de bancários, que não sabia o que fazer.

22 – Tem alguma coisa que gostaria de adicionar ao questionário? Alguma informação que não apareceu para ser respondida pelas perguntas?

22. Quero acrescentar, que acho importante, é que essa vitória abriu espaço para que outras oposições sindicais surgissem, tanto bancárias como não bancárias. Fomos grande referência para a criação da CUT e depois para a formação do PT, quando formamos Núcleo dos Bancários do PT. Percorremos os bancos coletando assinaturas para a criação do Partido. E quando Lula foi lançado governador de São Paulo, Tita, Ademar e eu fomos indicados para formar uma chapa petista. O indicado a concorrer para Deputado Federal foi o Gilmar, mas que na última hora abriu mão. Djalma Bom ou Jair Meneguelli, que era presidente do PT em São Paulo, aceitaria a recusa de Gilmar, desde que ele indicasse outro candidato. Fui o escolhido. Mas isto acredito já é assunto para seu próximo mestrado.

Apêndice C – Entrevista Realizada com Rubens Dos santos via e-mail em 04/06/2018.

Bom dia Regis,

Envio as respostas do seu questionário. Como já disse no final, não respondi perguntas por perguntas, Se tiver alguma pergunta sobre o que escrevi, pode fazer caso queira um esclarecimento melhor. Não fiz nenhuma correção de português, então no português pode haver erros. De qualquer forma, se quiser saber mais alguma coisa, estou à disposição.

Abraços Rubens dos Santos

Questionário para mestrado em história de Regis Mendes Munhoz.

Meu nome é Rubens dos Santos, nasci em Mirandópolis-SP no dia 03.12.1956 e vivi na região da Alta Paulista. Em 1972 mudamo-nos para São Paulo e fomos morar no Jardim Brasil, zona norte da capital.

Meu pai era barbeiro e minha mãe era dona de casa. Já em São Paulo, meu pai continuou com seu trabalho de barbeiro, minha mãe começou a trabalhar como costureira e eu comecei a estudar a noite e trabalhar de dia (estudei até o 2º colegial e deixei da escola para militar, vindo a concluir o ensino médio anos depois).

Em Dracena, última cidade em que vivi no interior, trabalhei num bar, no mercado da cidade fazendo entregas de frutas, legumes e verduras, e trabalhei numa tinturaria.

Em São Paulo, trabalhei numa indústria de lentes para óculos, numa indústria de plásticos, num escritório de representações na zona cerealista e depois fui trabalhar no Banco Nacional.

(junho/1975 à março/1976) e no Banco Safra (maio/1976 à março/1983) quando fui diretor do sindicato à partir de 79.

Depois que acabou a estabilidade no banco, fui demitido e não mais consegui um emprego nem em firmas e muito menos em outro banco.

Até o ano 2000, vivia de bicos e de contratos em organizações de trabalhadores como Serviço Nacional de Justiça e Não-Violência e Frente Nacional dos Trabalhadores, com exceção de quando trabalhei no SOS-Criança através de uma firma terceirizada, mas por poucos meses.

A partir de 73, comecei a participar de um grupo de jovens na Igreja católica do Jardim Brasil.

Lá, tive os primeiros contatos com política. Além da participação normal na igreja, organizávamos eventos nas escolas e nos bairros onde aproveitávamos o trabalho social da igreja para levantar uma discussão política.

Organizamos o Movimento Custo de Vida, depois chamado de Movimento Contra a Carestia.

Fazíamos também um trabalho de resistência cultural através de teatro, música e literatura.

Tínhamos um Jornal “O Debate” que era distribuído nas missas e fazíamos parte do “Jornal da Gente” que era distribuído nos bairros. Participávamos também, eventualmente, do jornal da Arquidiocese de São Paulo.

Política partidária, militávamos no MDB.

A partir de 75, comecei a participar da Frente Nacional do Trabalho, depois chamada de Frente Nacional dos Trabalhadores, onde passei a militar no movimento sindical.

Defendíamos a luta através da Não-Violência (organização dos trabalhadores, greves, mobilizações, desobediência civil, etc.).

Me sindicalizei em 76, quando estava no Banco Safra. Fui numa assembleia, conheci uns membros da oposição e passei a conversar e me organizar com alguns companheiros dentro do Safra, mas com pouca participação nas assembleias. Essas discussões dentro do banco é que deram condições para organizar a greve de 78 no Safra que, como em todos os bancos não foi muito boa, pouco conseguimos, porém foi de grande ajuda para eleger a Chapa 2.

Eu trabalhava no banco na seção Cobrança, era grande e eu fazia trabalhos de datilografia que eram enviados para arquivos. Até a chefia queria algo mais do sindicato, mas tinham medo de serem demitidos e da ditadura (ainda estávamos na ditadura militar). Daí, para qualquer coisa, todos, de funcionários à chefia imediata, me colocavam na linha de frente. Antes de entrar na Chapa 2 eu não tinha estabilidade, mas fazia o que era possível.

Como se vê, a minha participação no movimento sindical bancário se deu a partir de 76. Não posso falar nada de 75 porque não participei.

Como a FNT tinha uma grande penetração nas pastorais da Igreja, principalmente Pastoral Operária, muitas lutas faziam juntas, eu era colocado, embora não fosse como um

representante da igreja. Passei a ocupar esse espaço, conversando com bancários que frequentavam a igreja para participarem da oposição e da luta sindical.

Na época, muitas pessoas dos movimentos sociais passaram a migrar para o movimento sindical.

Em 78 eu era jovem. Tinha pessoas mais velhas e com mais experiência, como Augusto Campos e Luiz Gushiken, que lideravam a oposição.

Na campanha salarial de 78, a diretoria do sindicato foi pressionada pela oposição a fazer assembleias e foi aprovada a greve. Como na greve dos metalúrgicos de São Bernardo dos Campos “Máquinas paradas, braços cruzados”, nossa greve foi aprovada para se fazer dentro dos bancos. A diretoria abriu as portas do sindicato e negociou, porém nada fez na greve.

A oposição e os bancários combativos lideraram a greve e dessa greve saiu o restante da composição da Chapa 2.

A greve durou apenas 1 dia. Na greve, os seguranças me colocaram para fora do banco e passei o resto do dia no sindicato. Houve críticas quanto a se fazer a greve dentro dos bancos.

Porém essa greve serviu para mostrar aos bancários que era possível fazer alguma coisa e foi a partir dessa greve que se iniciou o processo de organização da categoria.

Existiam muitas correntes políticas de esquerda, principalmente no meio estudantil, umas já atuavam na oposição, outras foram se envolvendo no processo. Essas correntes foram à base da oposição. Buscaram-se também bancários que não eram de esquerda, mas que pudessem representar o seu banco na chapa. Tanto na oposição, quanto depois no sindicato, com a diretoria eleita, havia uma grande discussão política e ideológica.

Cada tendência política podia colocar uma certa quantidade na chapa. A chapa tinha 24 membros e tinha que comportar membros que fossem de bancos grandes mesmo não sendo de esquerda. A discussão se deu às portas fechadas com os mais experientes e representantes das tendências.

As propostas da chapa, falávamos em sindicato combativo, direito de greve, melhores salários e essas propostas vinham de encontro ao que muitos bancários queriam. Uma categoria onde a grande maioria era jovem, que questionava uma diretoria de sindicato que nada fazia. O desejo de mudança era grande.

Com a chapa montada, tínhamos 3 meses de estabilidade e fomos para a rua. De dia fazíamos panfletagem nos bancos e à noite colávamos cartazes da Chapa 2. Os cartazes eram

uma ótima propaganda, pois além dos bancários que passavam de ônibus e carros, outros trabalhadores também viam e ajudavam com comentários bons a nossa campanha.

Dormíamos pouco, pois eram poucos meses de campanha e tínhamos que enfrentar a repressão, alguns de nós foram presos colando os cartazes. Eram liberados, mas perdíamos o material de campanha.

O processo eleitoral foi difícil, pois tínhamos que enfrentar além dos banqueiros e da Chapa 1, também os chefes (puxa-sacos) e no processo eleitoral em si e na apuração, tivemos que recrutar fiscais, pois a diretoria é quem contratava o pessoal que fazia a eleição com as urnas e sabíamos que eram gente especializada em fraudar eleições.

De certa forma, já prevíamos a vitória da Chapa, pois a aceitação dos bancários era grande. Os banqueiros tiveram que se readaptar a outro tipo de diretoria. Uns aumentaram a repressão dentro dos bancos e outros tentaram fazer mais negociações. Com o sindicato dos banqueiros, as negociações eram difíceis e o tempo todo falava de greve com os bancários.

Os bancários, mesmo com medo de demissão, começaram a participar mais do sindicato. Melhoramos a Folha Bancária, criamos a Folha bancária diária, criamos sub-sedes nas regiões, (eu era responsável pela Sub-sede da Lapa), abrimos o sindicato para os bancários e também para outras categorias que estavam organizando suas oposições. E fizemos um trabalho de apoiar e organizar oposições de bancários em todo o país.

Organizamos a CUT junto com os metalúrgicos de São Bernardo e participamos da criação do PT.

Na criação da CUT, elaborei uma proposta que foi levada pela FNT, de CUT pela base. A proposta era de filiação direta dos trabalhadores à CUT.

Passados os 3 anos de mandato, voltei para o banco e não me deixaram voltar para a seção em que eu trabalhava.

Iam me colocando em seções diferentes até que um dia me colocaram numa seção ao lado do Depto Pessoal, onde eu ficava numa mesa vazia o dia inteiro, sem trabalho e sem poder ao menos ler um jornal.

Passado esse ano de estabilidade, me demitiram.

Não consegui emprego em nenhum banco mais e também não em outras firmas. Vivi esses anos de bico e de pequenos contratos. De 1994 ao ano 2000, eu tive uma microempresa de jateamento de areia artístico em vidros. Como estava muito difícil nessa época a vida no Brasil, sem um emprego estável, vim morar na Alemanha.

Aqui na Alemanha, minha mulher trabalhava fora e eu fiquei como dono de casa (Hausman), e nesse tempo me dediquei à literatura e música. Tenho um livro de fábulas, são 18 fábulas em 3 línguas: Alemão, Latim e Francês. Tenho várias composições (músicas) próprias e também com parceiros. Também 2 Cds com um parceiro de Bonn.

Bem, espero que isso que escrevi possa te ajudar. Não respondi pergunta por pergunta, mas procurei seguir um pouco a sequência das perguntas. Umas não respondi, como sobre 1975, porque não tinha participação nessa época. Outras, depois de 40 anos, são difíceis de se lembrar os detalhes. Talvez você consiga materiais no sindicato e ou com os outros membros da chapa. Eu perdi os materiais que guardava nas várias mudanças de casa que fiz nesse tempo.

Rubens dos Santos

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) – Acervo Online

Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP)

Pastas

- OS 0279 – Dossiês movimento sindical – Pasta 4 - Sindicato dos Empregados nos Estabelecimentos Bancários de SP - Relatórios e Panfletos (doc.1); Telex (doc.2); Informações Recebidas (doc.3); Relação dos Detidos durante a Greve de 1979 (doc.4). Ano 1977 – 1979
- OS 0293 – Dossiês movimento sindical – Pasta 16 – Sindicato dos Empregados nos Estabelecimentos Bancários de SP - Informações Sobre os Elementos da Diretoria (doc.1); Fichas de Qualificação - Diretoria (doc.2); Chapa da Diretoria (doc.3). Ano 1979 – 1982
- OS 0294 – Dossiês movimento sindical – Pasta 17 – Sindicato dos Empregados nos Estabelecimentos Bancários de SP - Greves de 1977 e 1978. Ano 1977 – 1978
- OS 2138 – Relatórios de Inquérito e Sindicância – Pasta 151 – Ano 1976 – 1977
- OS 2295 – Relatórios de Inquérito e Sindicância – Greve dos bancários. Ano 1978

Fichas e Prontuários

- Ficha: Delegacia de Ordem Social – Nome: **Vitor Benda** – Nomenclatura - BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNB001571
- Ficha: Delegacia de Ordem Social – Nome: **Vitor Benda** – Nomenclatura - BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFICONSV000360
- Ficha: Prontuário – Nome: **Vitor Benda** – Nomenclatura - DEOPSSPV002995
- Ficha: Departamento de Comunicação Social – Nome: **Sandra Costa Cajazeira** – Nomenclatura - DCSC00171
- Ficha: Delegacia de Ordem Social – Nome: **Sandra Costa Cajazeira** – Nomenclatura - BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNC000219
- Ficha: Prontuários – Nome: **Sandra Costa Cajazeira** – Nomenclatura – DEOPSSPS001545
- Ficha: Delegacia de Ordem Social – Nome: **Sandra Costa Cajazeira** – Nomenclatura – BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFICONSS000166
- Ficha: Delegacia de Ordem Social – Nome: **Sandra Costa Cajazeira** – Nomenclatura – BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFICONSS000139
- Ficha: Departamento de Comunicação Social – Nome: **Rui Sá Silva Barros** – Nomenclatura – DCSB00785
- Ficha: Delegacia de Ordem Social – Nome: **Rui Sá Silva Barros** – Nomenclatura – BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNB000934
- Ficha: Delegacia de Ordem Social – Nome: **Rui Sá Silva Barros** – Nomenclatura – BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFICONSR001180

- Ficha: Prontuários – Nome: **Rui Sá Silva Barros** – Nomenclatura – DEOPSSPR006740
- Ficha: Delegacia de Ordem Social – Nome: **Marcos Rogério de Paula** – Nomenclatura – BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNP000746
- Ficha: Departamento de Comunicação Social – Nome: **Luiz Antonio Alves de Azevedo** – Nomenclatura – DCSA04191
- Ficha: Delegacia de Ordem Social – Nome: **Luiz Gushiken** – Nomenclatura – BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNG002605
- Ficha: Prontuários – Nome: **Luiz Gushiken** – Nomenclatura – DEOPSSPL006252
- Ficha: Delegacia de Ordem Social – Nome: **Antonio Augusto de Oliveira Campos** – Nomenclatura – BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNC000700
- Ficha: Delegacia de Ordem Social – Nome: **Antonio Augusto de Oliveira Campos** – Nomenclatura – BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFICONSA000895
- Ficha: Prontuários – Nome: **Antonio Augusto de Oliveira Campos** – Nomenclatura – DEOPSSPA013984

Centro de Documentação e Memória dos Bancários (CEDOC)

Periódicos

Jornais

- Folha Bancária (1930 – 2017)

Boletins

- Comunicados aos bancários (1977 – 1978)

Atas

- Atas de Assembleias Gerais (1970 – 1978)
- Atas de Reunião da Comissão Salarial (1977 – 1978)

Fotografias

- Caixas; 0055, 0094 e 104

Presidência da República - Planalto (Brasil)

Decretos²⁶⁶

- Lei 4.330, de 1 de junho de 1964. Regula o direito de greve.
- Decreto Lei número 72, de 21 de Novembro de 1966. Unifica os Institutos de Aposentadoria e cria o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).²⁶⁷
- Lei número 4.595, de 31 de Dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.
- Lei número 4.728, de 14 de Julho de 1965. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

²⁶⁶ < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4330.htm >. Último acesso em 17/01/2019.

²⁶⁷ < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0072.htm >. Último acesso em 17/01/2019.

Câmara dos Deputados (Brasil)

Base de Legislação²⁶⁸

- Lei 1.632, de 4 de Agosto de 1978. Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional.
- Decreto número 54, de 12 Setembro de 1934. Aprova o regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

Documentário

Augusto Campos

- Memória Sindical – Homenagem ao Sindicalista Augusto Campos. Direção: SASHARA, Aline. Produção – Crivelli Advogados Associados. São Paulo, 2014. 1 DVD (21min e 19 segs.).

²⁶⁸ < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao> >. Último acesso em 17/01/2018 .

Bibliografia

ACCORSI, André. “Automação: Bancos e Bancários”. Dissertação de Mestrado USP. São Paulo: 1990.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “Lutas democráticas contra a ditadura”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Organizadores). *As Esquerdas no Brasil: revolução e democracia, 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

BLASS, Leila Maria da Silva. “Estamos em Greve: Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários”. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1992.

CANÊDO, Leticia Bicalho. “O sindicalismo bancário em São Paulo”. São Paulo: Editora Símbolo, 1978.

CANÊDO, Letícia Bicalho. “Bancários: Movimento sindical e participação política”. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1986.

CHAUÍ, Marilena. “Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil”. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2ª edição, 1986.

CORDEIRO, Janaína Martins. “Anos de chumbo ou anos de ouro? – A memória social sobre o governos Médici”. In: *Revista Estudos Históricos*. N 43, Vol. 22. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a05.pdf> >. Último acesso em 17/01/2019.

COSTA, Hélio da. “O Novo Sindicalismo e a CUT: Entre continuidades e rupturas”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Organizadores). *As esquerdas no Brasil, Vol. 3: Revolução e Democracia, 1964*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2007.

BOSI, Eclea. “Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos”. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 17ª edição, 2012.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão bibliográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Organizadores). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 8 edição, 2006.

BULST, Neithard. “Sobre o objeto e o método Prosopografia”. In: *Revista POLITEIA: História e Sociedade*. V.5, N.1. Vitória da Conquista/ BA, 2005. Disponível em < <http://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3902/3211> >. Último acesso em 17/01/2019.

GENOVEZ, Patrícia Falco. “Barões numa perspectiva reticular: Análise de redes sociais, poder e nobreza na zona da mata mineira no segundo reinado”. In: *Revista Tempo*. N 30, Vol. 15. Universidade Federal Fluminense, RJ, 2015. Disponível em < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018481011> >. Último acesso em 17/01/2019.

GINZBURG, Carlo. “O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição”. São Paulo: Ed. Cia das Letra, 1987.

JINKINGS, Nise. “O mister de fazer dinheiro – Automatização e subjetividade no trabalho bancário”. São Paulo: Boitempo editorial, 1995.

JINKINGS, Nise. “Trabalho e resistência na fonte misteriosa: Os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro”. São Paulo: Ed. Unicamp, 2002.

KAREPOVS, Dianis (Organizador). “A História dos bancários: Lutas e conquistas – 1923 – 1993”. SEEB-SP, 1994.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. “O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos”. Anais do X encontro nacional de história da mídia. UFRGS/ RS, 2015. 2 p. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view> >. Último acesso em 17/01/2019.

LEVI, Giovanni “Sobre Micro História”. In: BURKE, Peter (Organizador): *A Escrita da História – Novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

NAPOLITANO, Marcos. “1964 História do Regime Militar Brasileiro”. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

NORONHA, G. Eduardo – “Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007”, pág. 126, quadro 1. *Revista Lua Nova*, São Paulo. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a05> >. Último acesso em 17/01/2019.

OLIVEIRA, Ana Lúcia. “IAPB e sindicato: Duas estruturas interligadas”. In: *Revista de Sociologia e política*. Nº13. UFRRJ, RJ, 1999. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n13/a11n13.pdf> >. Último acesso em 17/01/2019.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Revista Estudos Históricos*. N. 3, vol. 2. Rio de Janeiro, 1989. Disponível em < http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf > Último acesso em 17/01/2019.

PRINS, Gwyn. “Historia Oral”. In: BURKE, Peter (Organizador): *A escrita da história - Novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e Democracia no Brasil”. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014.

REVEL, Jacques. (Organizador). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Organizadores). *As Esquerdas no Brasil: revolução e democracia, 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

ROCHA, Danielle Franco da. “Bancários e Oligopolização: Avanços e limites das lutas contra a superexploração do trabalho na ditadura no Brasil (1964 – 1980)”. Tese de doutorado. PUC: São Paulo, 2013.

SCHIMIDT, Benito Bisso. “História e Biografia”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Organizadores). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2012.

SEGNINI, Liliana. “A liturgia do poder: Trabalho e disciplina”. Editora Educ. São Paulo, 1988.

THOMPSON, Edward P. “*A Formação da Classe Operária Inglesa*. v. 1. A árvore da liberdade”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. v. 2. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. A Formação da Classe Operária Inglesa. v. 3. A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. “A Economia Moral da multidão Inglesa no século XVIII”. In: THOMPSON, Edward P. Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 150-202.

THOMPSON, Edward P. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”. In: NEGRO, Antônio L.; SILVA, Sérgio (Organziador). As peculiaridades dos ingleses e outros artigos / E. P. Thompson. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 2001. pp.269-281.

THOMPSON, E. P. “Tempo, Disciplina e Capitalismo industrial”. In: THOMPSON, Edward P. Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 267-304.